



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO/FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA
E CIDADANIA**

CRISNA RODRIGUES AZEVEDO

**APRISIONAMENTO FEMININO: UMA REVISÃO DE
LITERATURA SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO
BRASIL, DE 2009 A 2019.**

Salvador, Ba

2020

CRISNA RODRIGUES AZEVEDO

**APRISIONAMENTO FEMININO: UMA REVISÃO DE
LITERATURA SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO
BRASIL, DE 2009 A 2019.**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em
Segurança Pública, Justiça e Cidadania, da Universidade
Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau
de Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Milton Júlio de Carvalho Filho

Salvador, Ba

2020

Dados internacionais de catalogação-na-publicação

A994 Azevedo, Crisna Rodrigues
Aprisionamento feminino: uma revisão de literatura sobre as produções acadêmicas no Brasil, de 2009 a 2019 / por Crisna Rodrigues Azevedo. – 2020.
197 f.

Orientador: Prof. Dr. Milton Júlio de Carvalho Filho.
Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, Salvador, 2020.

1. Prisioneiras. 2. Negras. 3. Mulheres - Condições sociais. 4. Prisões. I. Carvalho Filho, Milton Júlio de. II. Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Direito. III. Título.

CDD – 365.43

CRISNA RODRIGUES AZEVEDO

**APRISIONAMENTO FEMININO: UMA REVISÃO DE
LITERATURA SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO
BRASIL, DE 2009 A 2019.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 18 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora

Milton Júlio de Carvalho Filho
Professor orientador - MPSPJC
Universidade Federal da Bahia

Andrija Oliveira Almeida
Membro interno - MPSPJC
Universidade Federal da Bahia

Elaine Cristina Pimentel Costa
Convidada externa
Universidade Federal de Alagoas

A

minha saudosa avó Maria, mulher, negra, guerreira, vitoriosa em suas tantas batalhas.

A minha amiga querida Andréa Mércia que deixou tanta saudade e um exemplo de luta em prol das mulheres negras.

Ao querido colega Fábio Fernandes que também nos deixou saudade e lembranças de muitos momentos divertidos e especiais que vivemos juntos nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, pois, sem Ele, nada é possível. Por ser da Sua vontade a realização deste sonho.

Ao Ministério Público do Estado da Bahia pela oportunidade de cursar este mestrado.

Ao meu amado pai Orisvaldo, pelo seu amor incondicional, pelo empenho, garra e coragem na criação minha e de minha irmã, mesmo diante das adversidades e pelo exemplo de força e dedicação para a realização do seu sucesso.

À minha amada mãe Itana pelo seu amor e companheirismo, por estar sempre me apoiando e fazendo o seu melhor por mim.

À minha amada tia Urânia, por sua dedicação e zelo incondicionais, por ser grande responsável pela minha trajetória como menina e como mulher.

Ao meu amado filho Monclar, inspiração de todos os meus dias e responsável pela minha transformação como mulher, na minha forma de agir diante das adversidades e de enxergar o mundo. É nele que encontro forças para o peso do dia a dia, nessa maravilhosa e difícil jornada de ser mulher, esposa, mãe, profissional, filha, irmã, amiga e eterna estudante.

À minha amada sobrinha Maria Olívia, que me encanta e me inspira com sua doçura.

Ao meu amado marido Monclar, pelo seu amor e companheirismo. Pela força e incentivo nos meus momentos de fraqueza e pela nossa maravilhosa jornada juntos.

À minha amada irmã Cosete, pelo incentivo, motivação e apoio em todo o processo e trajetória deste mestrado, bem como pelo seu exemplo de garra e pelos debates tão construtivos.

Ao meu amado irmão Uri, pelo seu companheirismo, paciência e por todo apoio sempre que precisei.

A Márcia, pelo zeloso trabalho, executado com carinho e cuidado comigo e minha família, os quais me deram e me dão a segurança necessária para que eu possa me ausentar e para que pudesse me dedicar a este trabalho.

Ao meu orientador, Professor Milton Júlio, sempre tão gentil, sábio e atencioso. Agradeço muito pelos ensinamentos adquiridos, professor que tanto admiro.

Ao amigo Ivan Carlos Machado, que tanto me incentivou para que eu fizesse este mestrado.

À minha querida amiga Elizângela, por estar sempre ao meu lado, mesmo distante fisicamente e por sempre torcer por mim.

À querida amiga Silvana, pela sua amizade, por acreditar sempre em mim e no melhor que posso ser.

À querida amiga Jussara, pela sua importante amizade e seu carinho sempre tão confortante.

Ao meu querido amigo Fernando, pela sua paciência, boa vontade e valiosa ajuda para consecução deste trabalho.

Ao meu querido amigo Ítalo, pelo seu valioso companheirismo e incentivo nessa jornada.

Aos queridos amigos e colegas de lida Janair, Michelle e Roger pela compreensão nos meus momentos ausentes e pelos inúmeros momentos de alegria e descontração, os quais me deram fôlego nessa jornada.

À querida Kelly, por, em tão pouco tempo, mostrar-se companheira e com uma enorme empatia.

À querida Cynthia pelo incentivo e pelas nossas conversas enriquecedoras.

A Dr. Marcos Pontes, pela compreensão nos meus momentos ausentes e por todo apoio que me foi dado.

A Dr^a Mônica Barroso, pelas conversas enriquecedoras, pelo incentivo e valiosa contribuição.

A Dr. André Lavigne pela sua compreensão e pela tranquila condução na chefia do Centro de Apoio Operacional Criminal, essencial para finalização da minha jornada.

Às professoras e professores do curso, pelos valiosos ensinamentos. Às servidoras do PROGESP, Dôra e Taiala, pela atenção de sempre.

Às colegas e aos colegas da turma pela grandiosa experiência que passamos juntos nesses dois anos. Em especial, à minha amiga Andréa Mércia, pelos nossos momentos e experiências compartilhadas, pelo tanto que aprendi. Um dia, estaremos juntas novamente.

Por fim, a todas as mulheres que me inspiram, muito obrigada!

Ginga e Expressão
(Composição: Tonho Matéria)

Todas as mulheres são sempre mulheres da vida
Todas as mulheres são símbolos d'uma amplidão
Eu quero poder pra poder amar
Como o afreketete que abre um lugar lunar pro teu estrelar
Confere os muitos que buscam a paz contida
Sem superstição no além da imaginação
Quem dera o mundo zezemotiar
Pro bem do futuro margaretizar
Um mar de motivações
Ginga e expressão, vem do coração
É um mar de amor, é um mar, navega eu
Mulheres são todas felinas
Navega eu, querendo afreletiar
A mulher surpreende o seu mundo por ser exótica
Vendo imagem de puberdade pro teu sentir
Se a vida relata poder noção, porque não buscar o teor razão
Andar sem preocupação
Resiste aos embates que fere tua fera ferida
Do sangue ao mel, teu lume nunca eclipsou
Mulher é verdade e sempre será
O nome expande num total lugar
Estou aqui por seu existir

AZEVEDO, Crisna Rodrigues. Aprisionamento feminino: uma revisão de literatura sobre as produções acadêmicas no Brasil, de 2009 a 2019. 2020. Orientador: Milton Júlio de Carvalho Filho. 197 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) – Faculdade de Direito e Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

RESUMO

No Brasil, em 16 anos, a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou 525%. As singularidades do aprisionamento feminino no Brasil têm direta relação com as desigualdades de gênero da sociedade brasileira e isso promove diferenças entre as condições de aprisionamento de homens e mulheres. As mulheres presas são em sua maior expressão negras e pobres e esses dados não podem ser desconsiderados. Este trabalho tem como objetivo geral demonstrar, através da revisão de literatura, as problematizações recorrentes do aprisionamento feminino, estabelecendo marcos para a compreensão da situação da mulher aprisionada no Brasil. Os objetivos específicos são: 1. Organizar as temáticas de pesquisas empíricas em que foram ouvidas as mulheres aprisionadas, por produção, a fim de compreender as aproximações entre as produções brasileiras; 2. Compreender as temáticas mais problematizadas nos estudos realizados; 3. Levantar as metodologias e as evidências produzidas pelos estudos. Justifica este trabalho o fato de que as mulheres em situação de cárcere vivem diversas situações singulares de aprisionamento e, por isso, há necessidade de sistematização dos estudos relacionados à condição de aprisionamento de mulheres no Brasil, assim como há escassez de revisões sistemáticas e integrativas de literatura sobre o tema. A pesquisa mostrou que, sobre aprisionamento de mulheres, muitos temas se entrelaçam, entre eles saúde, maternidade, sociabilidade entre mulheres presas. Neste sentido, a revisão de literatura permitiu uma análise multidimensional a respeito das questões envolvendo a mulher em situação de prisão, o que reforça a evidência acerca da necessidade da efetivação de pesquisas sob uma perspectiva multidisciplinar, sempre tratando das categorias, raça, classe e gênero.

Palavras-chave: revisão de literatura, prisões, mulheres

AZEVEDO, Crisna Rodrigues. Female imprisonment: a literature review on academic productions in Brazil, from 2009 to 2019. 2020. Advisor: Milton Júlio de Carvalho Filho. 197 f. Dissertation (Master in Public Security, Justice and Citizenship) - Faculty of Law and School of Administration, Federal University of Bahia, Salvador, 2020.

ABSTRACT

In Brazil, in 16 years, the rate of women imprisonment has increased 525%. The singularities of female imprisonment in Brazil are directly related to the gender inequalities of Brazilian society and this promotes differences between the male and female imprisonment conditions. Women in prison are mostly black and poor, and these figures cannot be disregarded. This work has a general objective to demonstrate, through the literature review, the recurrent problematizations of female imprisonment, establishing milestones to understand the situation of women imprisoned in Brazil. The specific objectives are: 1. Organize, by production, the themes of empirical research in which women prisoners were heard, in order to understand the similarities between Brazilian productions; 2. Understand the most problematic themes in the fulfilled studies; 3. Bring up the methodologies and evidence produced by the studies. This work justifies the fact that women in situations of imprisonment live different singular situations of incarceration and, therefore, there is a need to systematize studies related to the imprisonment condition of women in Brazil, as well as there is a lack of systematic and integrative reviews of literature on the topic. Research has shown that, regarding the imprisonment of women, many themes intertwine, including health, motherhood, sociability among women prisoners. In this sense, the literature review allowed a multidimensional analysis regarding the issues involving women in prison, which reinforces the evidence about the need to carry out research from a multidisciplinary perspective, always addressing the categories, race, class and gender.

Keyword: literature review, prisons, women

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Perfil da população carcerária feminina: Brasil, Nordeste e Bahia.....	23
Tabela 2 Produções de IES públicas do Brasil: quantidade de produções, por região, localizadas na BDTD: Região, Estados, Universidades, trabalhos (dissertações ou teses), total por região.....	49
Tabela 3 Produções das IES públicas do Brasil: quantidade de produções localizadas nos Repositórios Institucionais: Estados, Universidades, trabalhos (dissertações ou teses), total por região.....	50
Tabela 4 Quantidade de produções objeto do estudo, por região.....	51
Tabela 5 Quantidade de produções em relação à área do conhecimento dos Programas de pesquisa onde foram desenvolvidas as produções.....	159
Tabela 6 Quantidade de produções em relação à metodologia empregada: abordagem, instrumentos de coleta e procedimentos de análise.....	161
Tabela 7 Quantitativo comparativo entre as regiões do Brasil, em relação às temáticas centrais.....	163
Tabela 8 Quantitativo comparativo entre as regiões do Brasil, em relação aos subtemas.....	164

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Produções de IES públicas brasileiras: título, autoria, local da pesquisa, IES e ano de produção.....	52
Quadro 2 Características das publicações produzidas nas IES públicas do Brasil: IES, área de conhecimento dos Programas de pesquisa e metodologia.....	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Acre	PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
AL – Alagoas	
AFC – Atividades físicas coletivas	PUC - SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
AFISP/DFE – Associação de Familiares de Internos e Internas do Sistema Prisional no Distrito Federal e Entorno	RJ – Rio de Janeiro
AM - Amazonas	RN – Rio Grande do Norte
AP – Amapá	RO - Rondônia
BDTD – Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações	UCDF – Universidade Católica do Distrito Federal
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	UCPE – Universidade Católica de Pernambuco
CE – Ceará	UCSAL – Universidade Católica de Salvador
CIS - Centro de Inserção Social	UCSP – Universidade Católica de São Paulo
CNJ – Conselho Nacional de Justiça	UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
CNCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	UEPE- Universidade Estadual de Pernambuco
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
COMPAJ - Complexo Penitenciário Feminino Anísio Jobim	UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
CPF – Conjunto Penal Feminino de Salvador	UFAC – Universidade Federal do Acre
CPP - Casa de Prisão Provisória	UFAL – Universidade Federal de Alagoas
CRISMA - Centro de Reeducação e Inclusão Social de Mulheres Apenadas	UFAM – Universidade Federal do Amazonas
CRF - Centro de Reeducação Feminino do Pará	UFBA – Universidade Federal da Bahia
	UFCE – Universidade Federal do Ceará
	UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
	UFGO – Universidade Federal de Goiás
	UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
	UFMA – Universidade Federal do Maranhão
	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

CRFMJM - Centro de Reeducação Feminino Maria Julia Maranhão	UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso
DEAP- Departamento Estadual de Administração Prisional	UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional	UFPA – Universidade Federal do Pará
DF – Distrito Federal	UFPB – Universidade Federal da Paraíba
DST’S – Doenças Sexualmente Transmissíveis	UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
EaD – Educação a Distância	UFPR – Universidade Federal do Paraná
EJA - Educação de Jovens e Adultos	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
ES – Espírito Santos	UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
GO – Goiás	UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
HAS - Hipertensão Arterial Sistêmica	UFRR – Universidade Federal de Roraima
HIV - Human Immuno-Deficiency Virus	UFRO – Universidade Federal de Rondônia
IES – Instituições de Ensino Superior	UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
IFB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
INFOPEN – Informações Penitenciárias	UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
IMC - Índice de Massa Corporal	UFSE – Universidade Federal de Sergipe
LEP – Lei de Execução Penal	UFTO – Universidade Federal do Tocantins
MG – Minas Gerais	UNB – Universidade de Brasília
MS – Mato Grosso do Sul	UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”
MT – Mato Grosso	UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
PA - Pará	UNIFAP – Universidade Federal do Amapá
PB – Paraíba	UNIFOR – Universidade de Fortaleza
PBE – Prática Baseada em Evidências	UNIFRA – Centro Universitário Franciscano
PBF – Programa Bolsa Família	UNINOVE – Universidade Nove de Julho
PE - Pernambuco	UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
PI – Piauí	UNISANTOS – Universidade Católica de Santos

<p>PCC – Primeiro Comando da Capital</p> <p>PFC ES - Penitenciária Feminina de Cariacica/ES</p> <p>PFC SP – Penitenciária Feminina da Capital / SP</p> <p>PFDF – Penitenciária Feminina do Distrito Federal</p> <p>PFF – Presídio Feminino de Florianópolis</p> <p>PNAISP – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional</p> <p>POG - Penitenciária Odenir Guimarães</p> <p>PR - Paraná</p> <p>PREFEM - Presídio Feminino de Nossa Senhora do Socorro/SE</p> <p>SP – São Paulo</p> <p>SUS – Sistema Único de Saúde</p> <p>TO - Tocantins</p> <p>PRESP - Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional</p> <p>PSP – Programa de Saúde Penitenciária</p> <p>RR - Roraima</p> <p>RS – Rio Grande do Sul</p> <p>SE - Sergipe</p> <p>SEAP – Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização</p> <p>SC – Santa Catarina</p> <p>PUC RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro</p> <p>PUC SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo</p>	<p>UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos</p> <p>UPFP - Unidade Prisional Feminina de Palmas</p> <p>USP – Universidade de São Paulo</p> <p>UTP – Universidade Tuiti do Paraná</p>
---	---

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	A METODOLOGIA DO TRABALHO DE PESQUISA SOBRE O ENCARCERAMENTO FEMININO: REVISÃO DE LITERATURA.....	25
1.1.1	Escolha do Tema e Elaboração da Questão de Pesquisa.....	31
1.1.2	Estabelecimento de Critérios para Inclusão e Exclusão dos Estudos.....	32
1.1.3	Definição das Informações a Serem Extraídas dos Estudos Selecionados.....	35
1.1.4	Avaliação dos Estudos Incluídos na Revisão.....	36
1.1.5	Interpretação dos Resultados.....	37
1.1.6	Apresentação dos Resultados e Síntese do Conhecimento.....	37
1.2	O QUE A PRODUÇÃO ACADEMICA INDICA: UMA INTRODUÇÃO PROBLEMÁTICA DA MULHER APRISIONADA.....	38
2	O ENCARCERAMENTO FEMININO: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E CONJUNÇÃO DE TEMÁTICAS PRODUZIDAS	49
2.1	PRODUÇÕES DE IES PÚBLICAS BRASILEIRAS SOBRE O APRISIONAMENTO FEMININO.....	52
2.1.1	A Maternidade em Foco nas Produções Brasileiras.....	56
2.1.2	A Saúde da Mulher Presa, outra Temática Recorrente.....	59
2.1.3	O Protagonismo Feminino no Crime nas Produções Brasileiras.....	62
2.1.4	A Sociação, a Subjetivação e a Ressocialização de mulheres nas Pesquisas Brasileiras.....	64
2.1.5	A Sexualidade da Mulher Presa como Tema de Pesquisas no Brasil.....	66
2.1.6	A Identidade, a Comunicação e a Autoimagem das mulheres Presas nas Pesquisas do Brasil.....	68
2.1.7	A Religião nas Prisões Femininas como Tema de Pesquisas no Brasil.....	71
2.1.8	O Racismo e o Sexismo na Prisão em questão nas Pesquisas do Brasil.....	72
3	SAÚDE E MATERNIDADE NA PRISÃO: AS PROBLEMATIZAÇÕES RECORRENTES NAS PRODUÇÕES BRASILEIRAS	74

3.1	A REVISÃO DE LITERATURA QUANTO À SAÚDE FÍSICA E MENTAL DA MULHER APRISIONADA.....	74
3.1.1	Dificuldades na Prestação de Assistência à Saúde da Mulher Presa.....	74
3.1.2	Prevalência de Hipertensão Arterial Sistêmica em Mulheres Encarceradas.....	75
3.1.3	Tabagismo e Alcoolismo nas Prisões Femininas do Brasil.....	76
3.1.4	Incidência de DST's em Mulheres Presas.....	77
3.1.5	Saúde Mental das Mulheres Encarceradas.....	79
3.1.6	A Falta de Acompanhamento Ginecológico em Mulheres Presas.....	80
3.1.7	Obstáculos para Receber Visitas Íntimas.....	81
3.1.8	Masturbação Feminina nas Prisões.....	85
3.1.9	Ocorrência do Uso de Drogas Consideradas Ilícitas nos Estabelecimentos Prisionais Femininos.....	86
3.1.10	A Saúde da Mulher Negra em Situação de Prisão.....	86
3.2	A REVISÃO DE LITERATURA QUANTO À MATERNIDADE DA MULHER APRISIONADA.....	87
3.2.1	A Maternidade antes do Ingresso na Prisão.....	88
3.2.2	A Maternidade Exercida no Cárcere.....	89
3.2.3	As Grávidas na Prisão.....	91
3.2.4	As Crianças “Criadas” na Prisão.....	92
3.2.5	A Falta de Apoio Familiar no Exercício da Maternidade na Prisão.....	95
3.2.6	O Significado da Maternidade para a Mulher Aprisionada.....	96
3.2.7	A Maternidade Após o Cárcere.....	96
4	CONDIÇÕES MATERIAIS E SUBJETIVIDADES DA MULHER EM CONDIÇÃO DE PRISÃO: AS PROBLEMATIZAÇÕES RECORRENTES NAS PRODUÇÕES BRASILEIRAS.....	100
4.1	SOLIDÃO.....	100
4.2	MEDO E CONSTRANGIMENTO.....	102
4.3	PRECONCEITO E ABANDONO.....	105
4.4	PRECARIEDADE DAS CONDIÇÕES DE APRISIONAMENTO.....	107
4.5	SOCIABILIDADE CARCERÁRIA.....	108
4.6	TEMPO, ROTINA E ENVELHECIMENTO NA PRISÃO.....	110

4.7	PROIBIÇÕES.....	113
4.8	TELENOVELAS.....	114
4.9	A RELAÇÃO COM O “MUNDO” DO CRIME.....	115
4.10	A ESPERA DE PROTEÇÃO E AMPARO.....	117
4.11	PRIVAÇÕES ANTERIORES À PRISÃO.....	119
4.12	VISITAS, AFINIDADES E DESAVENÇAS.....	122
4.13	ANGÚSTIA, DEPRESSÃO E USO DE DROGAS.....	124
4.14	FALTA DE PERSPECTIVAS APÓS CUMPRIMENTO DE PENA.....	126
4.15	TRABALHO PARA AS MULHERES APRISIONADAS.....	126
4.16	EDUCAÇÃO NA PRISÃO.....	132
4.17	A EXPRESSÃO RELIGIOSA DAS MULHERES NAS PRISÕES.....	137
4.18	VITIMIZAÇÃO NO INTERIOR DO SISTEMA PRISIONAL.....	141
4.19	CLASSE, RAÇA E GÊNERO.....	145
4.20	AS FAMÍLIAS DAS MULHERES PRESAS.....	150
5	SÍNTESE DA REVISÃO E ANÁLISE.....	153
5.1	ANÁLISE QUANTO À ÁREA DO CONHECIMENTO.....	159
5.2	ANÁLISE QUANTO À METODOLOGIA.....	161
5.3	ANÁLISE COMPARATIVA DAS PRODUÇÕES TEMÁTICAS POR REGIÃO.....	163
5.4	ANÁLISE QUANTO ÀS EVIDÊNCIAS GERADAS PELAS PESQUISAS DESENVOLVIDAS SOBRE APRISIONAMENTO FEMININO NO BRASIL.....	165
5.4.1	Sentimento de Culpa e Tristeza na Vivência da Maternidade na Prisão.....	165
5.4.2	Abandono e Perda dos Laços Familiares.....	167
5.4.3	Impactos do Gênero, Classe e Raça no Interior da Prisão e no Crime.....	168
5.4.4	Assistência à Saúde Deficitária no Interior da Prisão.....	171
5.4.5	Necessidade de Ações Estratégicas para Adaptação ao Ambiente Prisional.....	173
5.4.6	Impactos nas Subjetividades no Interior da Prisão.....	175
5.4.7	Entraves para o Exercício da Sexualidade.....	177
5.4.8	Prisão como Política de Segregação.....	178
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
	REFERÊNCIAS.....	184

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo geral demonstrar, através de revisão de literatura de teses e de dissertações, produzidas por meio de pesquisas empíricas, realizadas em universidades públicas do Brasil, as problematizações recorrentes sobre o aprisionamento feminino e as conclusões às quais as pesquisadoras e pesquisadores chegaram, através de diversas metodologias de investigação. Essa revisão de literatura sobre aprisionamento de mulheres, por uma década, pretende estabelecer marcos para a compreensão da situação da mulher aprisionada no Brasil e garantir as pesquisadoras do tema, maior facilidade de acesso às referências.

A motivação desse trabalho deu-se em função da prévia consideração de que as singularidades do aprisionamento feminino no Brasil têm direta relação com as desigualdades de gênero da sociedade brasileira. Isso promove diferenças entre as condições de aprisionamento de homens e de mulheres. A escolha pela produção acadêmica, especialmente em universidades públicas se deu, por entender que essas instituições são financiadas pelo estado brasileiro e, portanto, com maior força no que diz respeito a compreender e propor caminhos para a minimização de problemas sociais graves.

Os objetivos específicos desse trabalho são: 1. Organizar as temáticas de pesquisas empíricas, em que foram ouvidas as mulheres aprisionadas, por produção, no que diz respeito a compreender as aproximações entre as produções brasileiras; 2. Compreender as problematizações recorrentes nesses estudos e a maneira como as mesmas foram abordadas; 3. Levantar, no conjunto de temáticas pesquisadas sobre aprisionamento feminino, quais são as evidências recorrentes produzidas sobre as condições materiais e subjetivas das mulheres encarceradas. A pesquisa visa responder a seguinte pergunta norteadora: o que revelam as produções acadêmicas acerca do aprisionamento feminino, realizadas entre 2009 e 2019, nas principais universidades públicas brasileiras?

No ano de 2000, eram cerca de dez mil mulheres no sistema prisional brasileiro. Em 2009, esse número já alcançava cerca de trinta mil, segundo dados sobre a evolução da população prisional de 2000 a 2014, editado pelo Departamento Penitenciário Nacional. (INFOPEN MULHERES, 2014) Entendemos que essa elevação significativa do aprisionamento feminino possibilitou a produção de muitos estudos sobre o tema, principalmente a partir de 2009, quando se elevou, expressivamente, a taxa desse tipo de aprisionamento. Por isso, recortamos a pesquisa em dez anos, de 2009 a 2019.

Portanto, a importância de investigações sobre o aprisionamento feminino se dá em razão dos indicativos apontados pelos dados do Sistema de Informação do Sistema Penitenciário Brasileiro que demonstram que, em 16 anos, entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento entre mulheres aumentou 525% no Brasil. Em junho de 2016, a população prisional feminina alcançou a marca de 42 mil mulheres presas, o que representa um aumento de 656% em relação ao total registrado no início dos anos 2000, quando menos de 6 mil mulheres se encontravam no sistema prisional. No mesmo período, a população prisional masculina cresceu 293%, passando de 169 mil homens encarcerados em 2000 para 665 mil em 2016. (INFOPEN MULHERES, 2018)

Nos levantamentos realizados para essa pesquisa notou-se como expressivas as produções acadêmicas sobre aprisionamento masculino. Homens aprisionados são 94% do total de pessoas presas no Brasil e mulheres aprisionadas equivalem a 6%, (INFOPEN MULHERES, 2018) o que talvez justifique a assimetria de pesquisas. Buscamos, através dessa revisão de literatura, analisar a conjunção das temáticas produzidas para compreender de que forma a singularidade do aprisionamento feminino foi considerada.

A justificativa deste trabalho dá-se em três dimensões. A primeira é a dimensão social, pois para além das crescentes taxas de encarceramento feminino no Brasil, estudos demonstram que, na maioria das vezes, as mulheres em situação de cárcere acabam abandonadas nas prisões, não recebendo visitas nem mesmo das mães. (PASTORE, 2011 apud, ASSIS e VITÓRIA, 2016) O abandono é uma

característica singular do aprisionamento feminino, entre outras singularidades que foram investigadas a luz dos trabalhos realizados em uma década, no Brasil. Nesse sentido, interessou-nos entender como as singularidades de gênero foram tratadas nas pesquisas sobre o universo carcerário feminino, tendo em vista o que o senso comum já singularizava e divulgava, como por exemplo, o abandono familiar da mulher presa, diferente do que acontece com os homens, cuja maioria é amparada com alguém que compõe sua base familiar, nuclear ou estendida.

A segunda dimensão da justificativa deste trabalho, corresponde a uma perspectiva científica, pois, evidenciamos a existência de diversos estudos sobre a condição de aprisionamento de mulheres no Brasil, muitos deles realizados também por mulheres pesquisadoras, sem, entretanto, haver recorrentes sistematizações sobre esses estudos. Sendo assim, este trabalho se justifica também diante da lacuna existente no que tange à sistematização de pesquisas relacionadas ao aprisionamento feminino em geral, sobretudo em razão das evidências de que mulheres em situação de prisão têm demandas e necessidades específicas, que envolvem, mas que não se limitam à questões relacionadas à saúde e à condição materna da mulher, como é o caso do abandono familiar e do sentimento de solidão e isolamento vivenciado pela grande maioria da população carcerária feminina. A justificativa científica também se dá em razão da revisão de literatura nos dá a possibilidade de realizar um trabalho em escala multidisciplinar, justificando-se, outrossim, diante da precária existência de revisões sistemáticas e integrativas de literatura no campo das ciências sociais. A terceira dimensão é a do interesse pessoal dessa autora, bacharel em direito, servidora do Ministério Público do Estado da Bahia, mulher e negra, com interesse ético e político com a causa estudada.

Historicamente, a perspectiva masculina tem sido tomada como regra para compreender o contexto prisional brasileiro. Isso faz com que haja a prevalência de serviços e de políticas penais mais direcionadas para homens, deixando em segundo plano as diversidades que compreendem a realidade prisional feminina. A gravidez, a maternidade, a amamentação, a menstruação, o trabalho da mulher presa, a assistência aos filhos menores que estão com seus familiares, o abandono familiar, a falta de parceiros, a sexualização na prisão, as visitas íntimas, são algumas das

tantas nuances do aprisionamento feminino. (CNJ, 2016) Ainda que haja deficiência de dados e de indicadores sobre o perfil de mulheres em privação de liberdade nos bancos de dados oficiais governamentais, o que contribui para a invisibilidade das necessidades dessas pessoas (CNJ, 2016), acreditamos que as pesquisas científicas já possibilitaram muitos avanços sobre a compreensão da realidade prisional feminina.

O principal marco normativo internacional a abordar essa problemática foram as chamadas Regras de Bangkok – Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Essas Regras propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino. Apesar do Governo Brasileiro ter participado ativamente das negociações para a elaboração e aprovação das Regras de Bangkok na Assembleia Geral das Nações Unidas, até o momento, elas não foram plasmadas em políticas públicas consistentes, em nosso país, sinalizando, ainda, o quanto carece de fomento a implementação e a internalização eficaz pelo Brasil das normas de direito internacional dos direitos humanos. (CNJ, 2016)

No Brasil, o número de mulheres privadas de liberdade varia de forma considerável entre as diferentes Unidades da Federação. O Estado de São Paulo concentra 36% de toda a população prisional feminina do país, seguido por Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, que, juntos, somam 20%. Os Estados do Nordeste, juntos, concentram 14,37% da população feminina privada de liberdade no país. A Bahia se encontra em 19º lugar, concentrando cerca de 1% do total de mulheres aprisionadas no Brasil. (INFOPEN MULHERES, 2018)

Quanto ao perfil da mulher presa no Brasil, os dados do INFOPEN demonstraram que a maioria possui entre 18 a 24 anos, sendo que 50% da população feminina no Brasil é formada por mulheres jovens, assim consideradas até 29 anos, segundo classificação do Estatuto da Juventude. Entre elas, apenas 15% concluiu o ensino médio, 62% são solteiras e 74% têm filhos. No quesito raça, 62% da população carcerária feminina brasileira são compostas por mulheres negras, dado

que expressa a disparidade entre os padrões de encarceramento de mulheres negras e brancas no Brasil. (INFOPEN MULHERES, 2018)

Analisando os mesmos dados em relação à população carcerária feminina do Nordeste e do Estado da Bahia, as seguintes taxas:

Tabela 1 – Perfil da população carcerária feminina: Brasil, Nordeste e Bahia:

Perfil	Brasil	Nordeste	Bahia
Jovens (até 29 anos)	50%	50,01%	57%
Concluiu o ensino médio	15%	7,98%	9%
Solteiras	62%	47,34%	60%
Negras	62%	83,26%	86%

Fonte: Infopen mulheres 2018.

Em geral, as mulheres em condição de cárcere são as responsáveis pela provisão do sustento familiar e advêm de extratos sociais menos favorecidos economicamente. A maioria realizava atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento, (BASTOS, 2015) ou seja, não mantinham vínculos empregatícios.

Comumente, os crimes relacionados ao tráfico de drogas correspondem a 62% das incidências penais pelas quais as mulheres privadas de liberdade foram condenadas ou aguardam julgamento. Entre o período de 2005 e 2016 o percentual de encarceramento de mulheres pelos crimes ligados ao tráfico em detrimento dos crimes praticados contra a vida aumentou, passando de 49% para 62%. (INFOPEN MULHERES, 2018) Dados fornecidos pela SEAP informam que, na Bahia, a maioria das mulheres cumpre pena por tráfico de drogas, salvo o Hospital de Custódia e Tratamento, em que o homicídio constitui a mais expressiva causa para internação.

Destaque-se que as informações disponibilizadas pelos Estados acerca das pessoas custodiadas em delegacias de polícia não possuem, geralmente, um recorte de gênero, o que impede de conhecer o número de mulheres presas nesses espaços. Esta lacuna pode atenuar um quadro de dificuldade de acesso à justiça que, ainda que observado em relação ao conjunto da população prisional como todo, apresenta especificidades significativas em relação às mulheres. Entre os estados que

apresentam o maior percentual de presas sem condenação, destacam-se: Amazonas, Sergipe, Ceará, Bahia, Pará e Piauí. (INFOPEN MULHERES, 2018)

Importante salientar que as pesquisas que foram levantadas sobre aprisionamento feminino, foram aquelas produzidas sobre o aprisionamento em penitenciárias e em centros de detenção provisória, ou presídios que agregam mulheres que aguardam julgamentos. Essa investigação não incorporou a condição das mulheres presas em delegacias. No Brasil, 45% das mulheres privadas de liberdade são presas sem condenação. Das condenadas (55%), 32% estão presas em regime fechado, 16% no semiaberto e 7% no aberto. (INFOPEN, 2018)

No contexto mundial, em relação à taxa de aprisionamento, o Brasil figura na terceira posição entre os países que mais encarceram mulheres (40,6%). O Brasil fica atrás apenas dos Estados Unidos (65,7%) e da Tailândia (60,7%). (INFOPEN MULHERES, 2018) Na Bahia, dados recentes da SEAP (2019) informam que a população feminina inserida no sistema prisional é de 417 presas, sendo 2 estrangeiras, estando 112 no Conjunto Penal Feminino de Salvador e 305 no interior do Estado. Desse total, 234 são presas provisórias, o que corresponde a 56%, e 183 condenadas, em sua maioria, a penas privativas de liberdade, que vão de oito a quinze anos, estando 130 em regime fechado e 53 no semiaberto. (SEAP, 2019)

Em relação à destinação dos estabelecimentos prisionais por gênero, o estudo levantou que a maior parte dos estabelecimentos foi projetada para o público masculino, sendo 74% das unidades destinadas a homens e 7% ao público feminino. Outros 16% são caracterizados como mistos, o que significa que podem contar com alas específicas para aprisionamento de mulheres dentro de um estabelecimento originalmente masculino. (INFOPEN MULHERES, 2018)

A Bahia, conforme informações da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, conta com nove estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena de mulheres. São eles: Hospital de Custódia e Tratamento, Conjunto Penal Feminino, Conjunto Penal de Feira de Santana, Conjunto Penal de Jequié, Conjunto Penal Advogado Nilton Gonçalves, Conjunto Penal de Paulo Afonso, Conjunto Penal de Juazeiro, Conjunto Penal de Itabuna e o Conjunto Penal de Teixeira de

Freitas. Desses, apenas o Conjunto Penal Feminino de Salvador constitui unidade exclusivamente destinada ao aprisionamento de mulheres. (INFOPEN MULHERES, 2014; SEAP, 2019)

A separação por gênero nos estabelecimentos penais foi introduzida na Lei de Execução Penal em 1997, através da Lei 9.460. Essa alteração da Lei alterou o parágrafo 1º do artigo 82 da Lei de Execução Penal, para determinar que a mulher deverá ser recolhida separadamente em estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal. No Brasil, a taxa de ocupação em unidades masculinas de estabelecimento prisional é de 184%; 133% em unidades femininas e 254% em unidades mistas. Na Bahia, essa taxa é de 143% em unidades masculinas, 99% em unidades femininas e 285% em unidades mistas de estabelecimento prisional. (INFOPEN, 2018)

Com base nos dados quantitativos sobre aprisionamento feminino, podemos constatar a relevância da temática para além do crescente número. Para ampliar a problematização sobre esse tipo de aprisionamento, o trabalho de pesquisa se voltou a sua proposta inicial de levantar as produções acadêmicas brasileiras sobre o tema e revisar essa literatura. Para esse trabalho foi realizado levantamento de teses e de dissertações produzidas em universidades brasileiras, públicas. Procurou-se analisar a produção do conhecimento acadêmico, verificando o que foi produzido e problematizado ao longo da última década no que diz respeito ao encarceramento de mulheres.

1.1 A METODOLOGIA DO TRABALHO DE PESQUISA SOBRE O ENCARCERAMENTO FEMININO: REVISÃO DA LITERATURA

O propósito dessa pesquisa, desde o seu início, foi a produção de uma revisão de literatura. Para Souza, Silva e Carvalho (2010), o propósito geral de uma revisão de literatura de pesquisa é reunir conhecimentos sobre um tópico, ajudando nas fundações de um estudo significativo. Segundo ensinamentos constantes no material produzido pela Biblioteca Professor Paulo Carvalho de Mattos (2015), a revisão cobre todo o material relevante que é escrito sobre um tema: livros, artigos

de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos, não existindo um critério específico para a seleção da fonte material, bastando tratar-se do tema investigado. (UNESP, BIBLIOTECA PROF. PAULO CARVALHO DE MATTOS, 2015) Compreende, outrossim, o processo de busca, de análise e de descrição de um corpo do conhecimento, visando responder a uma questão específica (UNESP, BIBLIOTECA PROF. PAULO CARVALHO DE MATTOS, 2015).

Os estudos de revisão podem ser divididos em dois grupos: as revisões que mapeiam e aquelas que avaliam e sintetizam, estando incluídos nesses últimos, as revisões sistemáticas e integrativas. (UNESP, BIBLIOTECA PROF. PAULO CARVALHO DE MATTOS, 2015) Essas revisões se distinguem das revisões que mapeiam no aspecto referente a formulação da questão de investigação, no estabelecimento de estratégias de diagnóstico crítico e na exigência na transparência para estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão dos estudos, necessariamente primários, ou seja, aqueles coletados pelo próprio pesquisador. (DAVIES, 2007 *apud* UNESP, BIBLIOTECA PROF. PAULO CARVALHO DE MATTOS, 2015)

Seguindo essa linha de intelecção, Donato e Donato (2019) orientam que a revisão narrativa, não sistemática, não descreve o processo de pesquisa da literatura, a seleção dos artigos ou a avaliação da qualidade dos estudos, sendo dotada de parcialidade, representando a visão dos autores sobre o tema. Já as revisões sistemáticas, por outro lado, tendem a ser imparciais, utilizando de métodos explícitos para realizar uma pesquisa bibliográfica abrangente e avaliar criticamente os estudos individuais. Assim, em contraste com a revisão tradicional ou narrativa, as revisões sistemáticas respondem a uma questão de investigação bem definida e são caracterizadas por serem metodologicamente abrangentes, transparentes e replicáveis. (DONATO, DONATO, 2019).

Na perspectiva de Ercole, Melo e Alcoforado (2014), os artigos de revisão, assim como outras categorias de artigos científicos, são pesquisas que utilizam fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de

pesquisas de outros autores, com o objetivo de fundamentar teórica e cientificamente um determinado objetivo. Desse modo, nosso trabalho constitui um estudo de revisão que, além de mostrar a visão dos autores sobre o tema, avalia e sintetiza, uma vez que abrange uma questão de investigação que compreende responder o que as principais universidades do Brasil têm produzido acerca do aprisionamento feminino, a partir da construção de conhecimentos oriundos de pesquisas empíricas, no período de 2009 a 2019. Para tanto, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão dos estudos primários coletados em bases de dados eletrônicas.

As revisões integrativas e as sistemáticas são métodos de pesquisa criteriosos empregados para fornecer os melhores conhecimentos produzidos sobre um dado problema de pesquisa. (ERCOLE, MELO, ALCOFORADO, 2014) Segundo Conforto, Amaral e Silva (2011), a revisão bibliográfica sistemática é um método científico para busca e análise de artigos de uma determinada área da ciência. Para Galvão e Pereira (2014), as revisões sistemáticas são consideradas estudos secundários, que têm nos estudos primários sua fonte de dados, distinguindo-se das revisões integrativas, por essas utilizarem diferentes delineamentos na mesma investigação, além de expressarem a opinião do próprio autor.

A revisão integrativa de literatura é um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente, sendo denominada integrativa porque fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo, assim, um corpo de conhecimento. (ERCOLE, MELO, ALCOFORADO, 2014) A variedade na composição da amostra da revisão integrativa em conjunção com a multiplicidade de finalidades desse método proporciona como resultado um quadro completo de conceitos complexos, de teorias ou problemas relativos ao tema. (ERCOLE, MELO, ALCOFORADO, 2014)

Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), a revisão integrativa é um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática. Trata-se de uma metodologia

enraizada na PBE - Prática Baseada em Evidências, a qual se caracteriza por uma abordagem voltada ao ensino fundamentado no conhecimento e na qualidade da evidência. (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010) Em virtude de sua abordagem metodológica, a revisão integrativa permite a inclusão de métodos diversos, que têm o potencial de desempenhar um importante papel na PBE. (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010)

Em conformidade com De-La-Torre-Ugarte-Guanilo, Takahashi e Bertolozzi (2011), PBE é um movimento que surgiu da necessidade de aprimorar a prática clínica e a qualidade do ensino. Surge da necessidade de sintetizar a grande quantidade de informação científica e tem a finalidade de obter subsídios para fundamentar propostas de aprimoramento, de implementação e de avaliação dos resultados obtidos para o incremento da assistência e do ensino. (DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, TAKAHASHI, BERTOLOZZI, 2011) Neste sentido, a Revisão Sistemática constitui o meio para obter os subsídios para a PBE, consistindo numa metodologia rigorosa proposta para: identificar os estudos sobre um tema em questão, aplicando métodos explícitos e sistematizados de busca; avaliar a qualidade e validade desses estudos, assim como sua aplicabilidade no contexto onde as mudanças serão implementadas, disponibilizando a sua síntese, com vistas a facilitar sua implementação na PBE. (DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, TAKAHASHI, BERTOLOZZI, 2011)

A revisão integrativa determina o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto. (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010) Pontua-se, então, que o impacto da utilização da revisão integrativa se dá não somente pelo desenvolvimento de políticas, protocolos e procedimentos, mas também no pensamento crítico que a prática diária necessita. (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010)

A revisão sistemática, diferentemente da revisão integrativa, é um método utilizado para responder a uma pergunta específica sobre um problema específico. É uma síntese rigorosa de todas as pesquisas relacionadas a uma questão/ pergunta

específica sobre causa, diagnóstico e prognóstico de um problema específico, mas frequentemente envolve a eficácia de uma intervenção para a solução desse problema. (ERCOLE, MELO, ALCOFORADO, 2014)

Conforme orienta o material publicado pela Biblioteca Professor Paulo Carvalho de Mattos (2015), a revisão integrativa tem o potencial de promover os estudos de revisão em diversas áreas do conhecimento, mantendo o rigor metodológico das revisões sistemáticas. Ela permite incorporar a contribuição de diferentes perspectivas de um mesmo fenômeno, possibilitando um entendimento mais completo sobre o tema. (DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, TAKAHASHI E BERTOLOZZI, 2011)

Neste sentido, a Revisão integrativa é adotada nesta pesquisa, uma vez que esta abrange trabalhos segundo uma perspectiva multidisciplinar, englobando teses e dissertações produzidas em Programas de Pesquisa Científica de variadas áreas do conhecimento. O propósito inicial deste método de pesquisa é obter um profundo entendimento de um determinado fenômeno baseando-se em estudos anteriores, sendo necessário seguir padrões de rigor metodológico, clareza na apresentação dos resultados, de forma que o leitor consiga identificar as características reais dos estudos incluídos na revisão. (UNESP, BIBLIOTECA PROF. PAULO CARVALHO DE MATTOS, 2015)

Em virtude da quantidade crescente e da complexidade de informações na área da saúde, tornou-se imprescindível o desenvolvimento de artifícios, no contexto da pesquisa cientificamente embasada, capazes de delimitar etapas metodológicas mais concisas e de propiciar, aos profissionais, melhor utilização das evidências elucidadas em inúmeros estudos. Nesse cenário, a revisão integrativa emerge como uma metodologia que proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática. (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010) A ampla amostra, em conjunto com a multiplicidade de propostas, deve gerar um panorama consistente e compreensível de conceitos complexos, teorias ou problemas de saúde relevantes para a enfermagem. (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010)

No presente estudo, optamos por uma Revisão da literatura em razão da possibilidade de trabalhar com uma amostra diversificada dos objetos, tendo em vista as múltiplas temáticas que envolvem o encarceramento de mulheres. O objetivo desse método de pesquisa é obter profundo conhecimento de um determinado fenômeno baseado em estudos anteriores. Consiste na construção de uma análise ampla da literatura e contribui para discussões sobre métodos e resultados de pesquisas, servindo como reflexões para estudos posteriores. (GALVÃO, SILVEIRA, MENDES, 2008)

Para tanto, faz - se necessária a adoção de padrões de rigor metodológico, clareza na apresentação dos resultados, de forma a identificar as características reais dos estudos incluídos na revisão. Neste sentido, a escolha desse método de revisão se dá em razão de ser a revisão integrativa a mais ampla, dentre os tipos de revisão, pois permite a inclusão simultânea de vários tipos de pesquisa, proporcionando uma compreensão completa do tema. A variedade na composição da amostra da revisão integrativa proporciona como resultado um quadro completo de conhecimento sobre o tema e dos problemas relativos ao encarceramento feminino, ou seja, a riqueza do processo de amostragem contribui para um retrato compreensivo em relação ao fenômeno. (UNESP, BIBLIOTECA PROF. PAULO CARVALHO DE MATTOS, 2015)

Embora apresente características gerais de revisão integrativa, uma vez que procede à integração dos dados para elaboração de tópicos e entendimento do fenômeno, procedendo também o caminho metodológico desse tipo de revisão, não se pode deixar de reconhecer que ele também apresenta características das revisões sistemáticas, uma vez que procede ao levantamento da produção científica, articulando saberes de diversas fontes. (UNESP, BIBLIOTECA PROF. PAULO CARVALHO DE MATTOS, 2015) Segundo Pompei (2010), a revisão sistemática nada mais é que uma metodologia que tem por base um levantamento o mais amplo e cuidadoso possível das publicações que cobriram o tema pretendido, seguido de uma análise criteriosa de cada resultado, com o objetivo juntar, em uma só publicação, os diversos resultados sobre o tema pesquisado. (POMPEI, 2010) Além disso, apresenta também caráter narrativo, uma vez que procede à apresentação dos

dados de forma descritiva, característica das revisões narrativas, consoante os ensinamentos de Conforto, Amaral e Silva (2011).

Importante destacar que identificamos que essas revisões de análise e síntese são frequentemente utilizadas na área da saúde. Entretanto, nas ciências humanas e sociais, ainda percebemos uma tímida aplicação desse método, tendo sido encontrados, alguns poucos adeptos, como é o caso da tese produzida por Ormeño (2013), apresentada ao Programa de Psicologia da UFSCar, entendendo ser a Psicologia área das ciências humanas, segundo informações do CNPq (2020), e os artigos de revisão de Barcinski, Cúnico e Brasil (2015), publicado no periódico Estudos e Pesquisas em Psicologia; de Teixeira e Oliveira (2011), publicado na Revista Brasileira de Informações Bibliográficas e o artigo de Ramos, Faria e Faria (2014), apresentado ao periódico Revista Diálogo Educação. Verificamos, ainda, que esses poucos estudos ligados às ciências humanas e / ou sociais corresponderam a revisões sistemáticas, de modo que encontramos dificuldades em encontrar estudos de revisão integrativa dessas áreas sociais e esse constituiu um dos maiores desafios desse trabalho, uma vez que os referenciais de estudos de revisão integrativa encontrados, referiam-se à estudos da área de saúde, com nomenclaturas específicas que dificultavam o entendimento da pesquisadora.

A seguir, descreveremos nosso percurso metodológico, tendo como referencial Galvão, Silveira e Mendes (2008), em razão de essas autoras estarem presentes nas referências dos estudos de revisão integrativa consultados. Segundo as autoras, na construção da revisão integrativa, é preciso o percurso de seis etapas:

1.1.1 Escolha do Tema e Elaboração da Questão de Pesquisa

A definição da pergunta norteadora é a fase mais importante da revisão, pois determina quais serão os estudos incluídos, os meios adotados para a identificação e as informações coletadas de cada estudo selecionado. (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010) Segundo Galvão, Silveira e Mendes (2008), o assunto deve ser definido de maneira clara e específica, sendo que a objetividade inicial predispõe todo o processo a uma análise direcionada e completa, com conclusões de fácil

identificação e aplicabilidade. Procuramos a definição da temática de modo abrangente, o que possibilitou a identificação das palavras-chave, para a execução da busca dos estudos. (GALVÃO, SILVEIRA, MENDES, 2008)

Assim, neste trabalho, buscamos estudos que abordam a temática da mulher em situação de prisão. Esta revisão integrativa buscou responder à seguinte questão de pesquisa: o que as principais universidades do Brasil têm produzido acerca do aprisionamento feminino, a partir da construção de conhecimentos oriundos de pesquisas empíricas, no período de 2009 a 2019?

1.1.2 Estabelecimento de Critérios para Inclusão e Exclusão dos Estudos

Segundo Galvão, Silveira e Mendes (2008), o revisor deve refletir sobre a abrangência do assunto a ser estudado, pois uma demanda muito alta de estudos pode inviabilizar a construção da revisão ou introduzir vieses nas etapas seguintes. Por esse motivo, considerando a alta abrangência temática, optamos por delimitar nosso tipo de estudo em teses e dissertações, de abordagem empírica, utilizando, como local de busca base de dados eletrônica, especificamente, a BDTD, por concentrar o maior número de produções dessas pesquisas e em razão do alto grau de abrangência, o que facilita a procura por trabalhos relacionados ao tema estudado. Primeiramente, concentramos nossas buscas em bancos de teses e posteriormente no banco de dissertações. Com o intuito de abrangermos um maior universo de achados, utilizamos os seguintes métodos de busca:

a) BDTD – dissertações -> buscar -> palavra – chave -> todos os campos (título, assunto);

b) BDTD – teses -> buscar -> palavra – chave -> todos os campos (título, assunto).

Palavras – chaves utilizadas: prisão, cárcere, penitenciária, aprisionamento, presa, encarceramento, encarcerada, presídio, presidiária, aprisionada, detenta.

Considerando a alta abrangência da temática e das palavras-chaves utilizadas, selecionamos, em nossa busca, um recorte temporal compreendido entre o período

de 2009 e 2019, a fim de detectar, no período de uma década, o que fora produzido sobre o tema. Consideramos dois momentos como adequados para realizar uma pesquisa como esta. O primeiro sobre trabalhos produzidos de 2000 até 2009. O segundo cobriria outra década, entre 2009 e 2019. Optamos pela segunda década, em função da estabilidade do crescente número de mulheres aprisionadas a partir de 2009. Entre 2000 e 2009 houve elevação, mas entre 2009 e 2019 o quantitativo de mulheres presas se tornou estável. (INFOPEN MULHERES, 2014, 2018)

A fim de promover uma maior adequação à nossa questão de pesquisa, centralizamos nossas atenções sobre teses e dissertações, de abordagem empírica, em que foram ouvidas as mulheres presas, produzidas nas Universidades públicas Federais dos Estados do Brasil e pela USP, em razão da sua representatividade e importância no cenário científico. Desse modo, a fim de tornar a pesquisa mais completa, também foram realizadas buscas nos Repositórios institucionais das Universidades Federais do Nordeste, da UNB, da USP e daquelas, cujos trabalhos não foram encontrados no BDTD: UFAC, UFMG, UFMS, UFPA, UFPR, UFRJ, UFRR, UFRO e UNIFAP. Métodos de busca:

- Repositórios institucionais -> buscar em todo repositório -> adicionar filtros avançados -> contém -> no título -> descritores -> no assunto -> descritores

Descritores utilizados: prisão, cárcere, penitenciária, aprisionamento, presa, encarceramento, encarcerada, presídio, presidiária, aprisionada, detenta.

Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), a conduta ideal é incluir todos os estudos encontrados ou a sua seleção randomizada; porém, se as duas possibilidades forem inviáveis pela quantidade de trabalhos, deve-se expor e discutir claramente os critérios de inclusão e exclusão de artigos. A determinação dos critérios deve ser realizada em concordância com a pergunta norteadora, considerando os participantes, a intervenção e os resultados de interesse. (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010)

Reunimos um total de 64 trabalhos científicos sobre mulheres encarceradas nas diversas unidades prisionais do Brasil. Após a leitura dos resumos, foram excluídos os seguintes trabalhos:

- a) a fim de evitar um número crescente de produções que dificultasse a conclusão deste trabalho, optamos por representar uma IES pública Federal por Estado, de modo que excluimos de nosso estudo outras Universidades Federais, em detrimento daquelas principais de cada Estado. Foram encontrados 6 trabalhos de outras universidades federais, sendo um da UFRPE, dois da UFJF e três da UFSCar;
- b) trabalhos, cujo objeto de estudo constituísse, expressamente, análises de mulheres em regime semiaberto e/ou aberto, uma vez que nosso trabalho está relacionado exclusivamente e somente a mulheres presas em instituições fechadas de cumprimento de pena e de prisão provisória. Embora o levantamento do Infopen não seja capaz de oferecer dados para subsidiar a análise das situações de reincidência das pessoas privadas de liberdade, os quais incidem sobre o cálculo da pena e determinação do seu regime de cumprimento, pode - se destacar determinadas disparidades: embora 29% da população prisional feminina seja condenada a penas inferiores a 4 anos, apenas 7% das mulheres encarceradas no Brasil em junho de 2016 cumpria pena em regime aberto. Da mesma forma, temos 41% da população condenada a penas entre 4 e 8 anos, entretanto, o regime semiaberto contempla apenas 16% do total da população prisional feminina, (INFOPEN, 2018) motivo pelo qual resolvemos concentrar nossa pesquisa em estudos relacionados exclusivamente as mulheres presas em instituições fechadas de cumprimento de pena e de prisão provisória, por ser o regime, no qual se concentra a grande parte da população feminina em cumprimento de pena. Dentro do recorte temporal de 2009 a 2019, foram encontrados 3 trabalhos que incluíam em suas análises mulheres inseridas no regime semiaberto de cumprimento de pena;
- c) Trabalhos, cujos objetivos constituísse, expressamente, análises de condições e vivência relacionadas às mulheres presas e ao público feminino em geral; mulheres presas e agentes penitenciárias; mulheres e homens presos; estudos de vivências de mulheres egressas (vida pós cárcere) ou em livramento condicional; bem como estudos sobre experiências de profissionais dentro do cárcere feminino, tendo em vista que o nosso trabalho está relacionado exclusivamente mulheres inseridas no sistema prisional feminino e suas experiências nesse contexto, não sendo inserido, outrossim, trabalhos que envolvam análises de adolescentes inseridas nas unidades

de internação. Foram encontrados 8 desses trabalhos dentro do referido recorte temporal;

- d) Trabalhos de pesquisa exclusivamente documental: embora também compreendam pesquisas empíricas, a fim de obstar uma alta gama de produções, que impossibilitasse a conclusão deste trabalho, foi preciso excluir trabalhos de pesquisa exclusivamente documental em detrimento dos trabalhos em que foram ouvidas as mulheres aprisionadas. Foram encontrados 12 desses trabalhos dentro do nosso recorte temporal;
- e) Outros trabalhos de revisão: também em razão da necessidade de delimitar o máximo possível o nosso objeto, a fim de que esta pesquisadora pudesse dar conta da revisão, optamos por excluir outros trabalhos de revisão em detrimento dos trabalhos realizados in loco, no interior das penitenciárias brasileiras, realizados através da realização de entrevistas com as internas. Foram encontrados 4 desses trabalhos dentro do nosso recorte temporal.

1.1.3 Definição das Informações a Serem Extraídas dos Estudos Selecionados

De acordo com Galvão, Silveira e Mendes (2008), esta etapa consiste na definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados, utilizando um instrumento para reunir e sintetizar as informações-chave. Esta etapa é similar à coleta de dados de uma pesquisa convencional. O objetivo é organizar e sumarizar as informações de maneira concisa, formando um banco de dados de fácil acesso e manejo. Geralmente as informações devem abranger a amostra do estudo (sujeitos), os objetivos, a metodologia empregada, resultados e as principais conclusões de cada estudo. (GALVÃO, SILVEIRA, MENDES, 2008)

Em nosso trabalho, procuramos arquivar os achados da BDTD e dos Repositórios institucionais em pastas separadamente. E, dentro dessas, foram criadas subpastas em separado por tipo (dissertação ou tese). Dentro de cada uma dessas subpastas, criamos outras subpastas por região: Nordeste; Centro – Oeste, Norte, Sudeste e Sul. Produzimos, uma tabela, em *Excel*, com colunas onde foram

definidos: tipo (se tese ou dissertação); título; autoria; local de realização da pesquisa; área do conhecimento; IES; ano de produção; metodologia empregada e as conclusões desses pesquisadores e pesquisadoras. A categorização das informações em tabelas permitiu uma melhor esquematização, para caracterização das informações que servirão de objeto de análise para alcance dos nossos objetivos.

1.1.4 Avaliação dos Estudos Incluídos na Revisão

Segundo Galvão, Silveira e Mendes (2008), a avaliação dos estudos equivale à análise dos dados em uma pesquisa convencional. Para garantir a validade da revisão, os estudos selecionados devem ser analisados detalhadamente. A análise deve ser realizada de forma crítica, procurando explicações para os resultados nos diferentes estudos. Dentre as abordagens, o revisor pode promover a aplicação de análises estatísticas, bem como a listagem de fatores que mostram um efeito na variável em questão ao longo dos estudos. (GALVÃO, SILVEIRA, MENDES, 2008)

Para Souza, Silva e Carvalho (2010), esta fase demanda uma abordagem organizada para ponderar o rigor e as características de cada estudo.

Neste trabalho, procedemos à análise do material a partir da leitura dos resumos, sumários, introduções, resultados e das conclusões, a fim de proceder à captura da temática envolvida, metodologia, resultados e evidências dos autores. A busca desses tópicos fora reforçada através de busca no texto, com auxílio de buscador de texto em *pdf*, das palavras: análise, métodos, coleta e resultados.

Procuramos identificar as temáticas centrais abordadas a partir dos títulos e objetivos descritos nos trabalhos acerca do encarceramento feminino, sendo identificados três pontos centrais: maternidade, saúde e subjetividades da mulher presa. A partir das informações extraídas naqueles tópicos, identificamos também questões decorrentes desses eixos principais, estabelecendo uma comparação quantitativa entre as regiões e seus Estados. Identificamos, outrossim, a área de conhecimento dos Programas de pesquisa desses trabalhos, a metodologia

empregada, baseada na abordagem, instrumentos de coleta e procedimentos de análise.

1.1.5 Interpretação dos Resultados

Segundo Galvão, Silveira e Mendes (2008), esta etapa corresponde à fase de discussão dos principais resultados na pesquisa convencional. Souza, Silva e Carvalho (2010) sugerem, nesta etapa, comparar os dados evidenciados na análise dos trabalhos, a partir da interpretação e síntese dos resultados. Assim, além de identificar possíveis lacunas do conhecimento, é possível delimitar prioridades para estudos futuros. (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010)

No nosso trabalho, a discussão dos resultados foi demonstrada de forma descritiva, trazendo os principais aspectos das publicações encontradas e suas contribuições para as condições de aprisionamento de mulheres. Foi realizada uma análise temática dos estudos, evidenciando questões similares entre eles, apresentando três blocos temáticos centrais: maternidade da mulher presa, saúde da mulher presa e subjetividades.

1.1.6 Apresentação dos Resultados e Síntese do Conhecimento

A proposta da revisão integrativa é reunir e sintetizar as evidências disponíveis na literatura, consistindo na elaboração do documento que deve contemplar a descrição das etapas percorridas pelo revisor e os principais resultados evidenciados da análise dos trabalhos incluídos. (GALVÃO, SILVEIRA, MENDES, 2008) Esta etapa contempla a visualização dos dados expressos em tabelas e quadros, nos quais, é possível a comparação entre os estudos selecionados. (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010)

A última etapa desta dissertação consistiu na apresentação da síntese da revisão, demonstrada através de tabelas. Neste item, seguindo o delineamento de Souza, Silva e Carvalho (2010), tanto a análise quanto a síntese dos dados extraídos das pesquisas foram realizadas de forma descritiva, possibilitando observar, contar

e descrevê-los, com o intuito de reunir o conhecimento produzido sobre o tema explorado nesta revisão.

1.2 O QUE A PRODUÇÃO ACADEMICA INDICA: UMA INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA DA MULHER APRISIONADA

Um dos estudos pioneiros sobre o tema no país é a obra de Lembruger (1993), *Cemitérios dos Vivos*, que trata da análise sociológica e antropológica de uma prisão de mulheres no final da década de 1970. Na obra, a autora promove um recorte de gênero, compreendendo que a mulher presa é duplamente estigmatizada enquanto transgressora: transgride a ordem social por meio do crime pelo qual cumpre pena e transgride os papéis que a sociedade frequentemente impõe as mulheres: papel social de mãe, que zela pelo bem estar da família. (LEMGRUBER, 1993)

A mesma autora observa que o papel social destinado à mulher na nossa sociedade consiste na passividade e na prática do cuidado e da manutenção da casa, dos filhos e do marido. Ao cometer um crime, a mulher automaticamente transgride este papel social, e, por tal, é julgada. De modo geral, seus filhos passam aos cuidados de familiares que não o pai, frequentemente aos avós. O cônjuge, quando também não se encontra aprisionado, por seu turno, reestrutura o núcleo familiar a partir do relacionamento com outra companheira. Ou seja, há uma reconfiguração da rede de relações e de cuidados na família da mulher presa de uma forma que a exclui, uma vez que, enquanto estiver presa, não pode desempenhar o papel, socialmente lhe atribuído, de cuidadora. (LEMBRUGER, 1993)

O sistema penal, baseado em estudos focados no homem como sujeito de pesquisa, produziu o que a criminologia feminista identificou como dupla violência contra a mulher. Se, em um primeiro momento, o sistema criminal tratou de subvalorizar as violências decorrentes das relações afetivo-familiares, que são, na verdade, as grandes causas dos homicídios, lesões corporais, ameaças, injúrias, estupros, sequestros e cárceres privados, dos quais as mulheres são vítimas, em um segundo momento, quando a mulher é sujeito ativo do delito, a criminologia

feminista evidenciou o conjunto de metarregras que produzem o aumento da punição ou o agravamento das formas de execução das penas exclusivamente em decorrência da condição de gênero. (CAMPOS; CARVALHO, 2011)

Nesse sentido, precisamos compreender que é a sociedade, ancorada nas suas bases sociais, que estabelece os meios de categorizar as pessoas (GOFFMAN, 1963, p. 5). Seguindo essa lógica, considerando a situação de rebaixamento enfrentada pelas mulheres ao longo dos anos, é inquietante imaginar a situação da mulher que se vê inserida no campo da criminologia, na qualidade de sujeito ativo de crimes. Em seu trabalho “*A criança e o sistema prisional*”, Torres (2012) constatou que:

[...] a maioria das mulheres reclusas é abandonada pelo companheiro e recebe pouco ou nenhum apoio da família. [...] como não é esperada na nossa cultura a participação e iniciativa da mulher na criminalidade, as crianças sentem vergonha em falar sobre o assunto, ou até mesmo visitá-las. [...] a visão idealizada da mãe sofre um impacto em razão da constatação de que ela se posiciona completamente diferente do que lhe é proposto socialmente para mulheres e homens, como fazendo parte da “natureza” feminina; então, vê-la reclusa por conta de um crime que cometeu provoca, entre outros sentimentos, como culpa: dor, vergonha e distanciamento. (TORRES, 2012)

Santa Rita (2009) destaca que o Sistema Prisional Brasileiro aponta uma negação de gênero, criando assim uma desvalorização da mulher dentro das penitenciárias por meio da desigualdade social, discriminação e seletividade do sistema de justiça penal. Independentemente de serem vítimas ou criminosas, a realidade intramuros impõe o estigma criminal, que relega a essas mulheres uma condição de esquecimento. Nos últimos anos, diversas pesquisas contribuíram para reflexão sobre o aprisionamento feminino no Brasil sob a perspectiva de gênero.

Verificamos uma crescente preocupação acadêmica em sintetizar estudos relacionados às circunstâncias que envolvem as condições de aprisionamento feminino. Percebemos que grande parte desses trabalhos procurou sistematizar pesquisas a respeito da saúde da mulher presa e questões que abrangem aspectos reprodutivos, sendo observada a prevalência de estudos que envolvem a condição materna na trajetória de mulheres presas no país. Modesti (2011), empreendeu uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo foi estudar o fenômeno do encarceramento feminino e as consequências desse aprisionamento na vida dos filhos.

Em seu estudo, constatou que a privação da liberdade é o pior dos sofrimentos que se pode impor ao ser humano e o rompimento compulsório com os filhos é um dos mais difíceis de suportar, sugerindo que, no momento da prisão da mãe, o Estado deve agir preventivamente para minimizar as dores dessa separação e evitar danos maiores àqueles já suportados. (MODESTI, 2011) Ormeño (2013), em sua tese de doutorado *Histórico familiar de mulheres encarceradas: fatores de risco e proteção para os filhos*, promoveu um estudo de revisão sistemática da literatura nacional de dissertações, teses e artigos científicos com a temática da mulher encarcerada, sendo apontada a falta de continuidade nos estudos envolvendo essas mulheres e suas famílias. Após uma revisão nacional e internacional sobre as características de filhos de encarcerados, pontuou-se a existência de uma tendente reprodução das práticas maternas recebidas pelas mães encarceradas quando crianças para com seus filhos. Nesse sentido, considerando o histórico de maus-tratos e de violência intrafamiliar vivido pelas mulheres encarceradas, revelou-se a necessidade de se trabalhar programas preventivos a mulheres em situação de encarceramento com seus filhos, visando prevenir a intergeracionalidade de violências. (ORMEÑO, 2013)

Silva (2013) promoveu, em dissertação de mestrado, uma revisão sistemática acerca da saúde sexual e sexualidade da mulher detenta. O trabalho considerou que, tendo em vista as condições de vulnerabilidade, a mulher detenta está exposta a doenças sexualmente transmissíveis no encarceramento. O objetivo foi fazer uma reflexão sobre a literatura existente quanto à possível contribuição da enfermagem na saúde sexual e sexualidade da presa. Segundo os achados da literatura, a prática comum de violação dos direitos humanos dessas mulheres fundamenta-se na situação de abandono e de descaso em que elas se encontram no ambiente prisional. Constatou-se a necessidade de quebra de paradigmas e preconceitos por parte de profissionais de atendimento à saúde da mulher presa por meio de ações educativas multidisciplinares para mudanças na qualidade de vida dos indivíduos dentro do contexto de privação de liberdade, especialmente o contingente feminino do país. (SILVA, 2013)

No trabalho *Saúde da mulher em situação de prisão: Direitos Sexuais e reprodutivos*, Lopes e Oliveira (2014) empreenderam uma revisão não sistemática para visualizar e desenvolver uma reflexão crítica sobre os direitos sexuais e reprodutivos destinados à mulheres que se encontram em situação de encarceramento, destacando a essencialidade destes e se os mesmos são aplicados nas penitenciárias brasileiras. O estudo apontou uma extensa disparidade da realidade vivenciada por essas mulheres, em razão de fatores que vão, desde os entraves impostos pelos próprios estabelecimentos prisionais, à própria tentativa de exercer um papel de maternidade, sendo que o que mais chamou atenção foram as discriminações em razão do gênero. (LOPES; OLIVEIRA, 2014)

Almeida *et al* (2015) procedeu a uma revisão integrativa acerca dos estudos relacionados à condição de Saúde de Mulheres Privadas de Liberdade. A abordagem da saúde da mulher em situação de cárcere identificou um cenário de mulheres que são mais acometidas por agravos à saúde do que a população feminina geral, além de terem poucas condições de acesso aos cuidados de saúde, que são, muitas vezes, prestados indevidamente. Os agravos da saúde mental também foram evidenciados. As condições biopsicossociais pré-encarceramento foram consideradas relevantes na situação de saúde geral das detentas. (ALMEIDA *et al*, 2015)

Cúnico, Brasil e Barcinski (2015) realizaram uma revisão sistemática de artigos publicados entre 2003 e 2014, sobre a maternidade no cárcere. No estudo de revisão, as autoras evidenciaram que a maternidade no contexto de encarceramento assume contornos específicos e diversos daquela maternidade exercida fora das grades da prisão, problematizando o foco exclusivo neste aspecto da identidade feminina quando falamos nas possibilidades de ressocialização de mulheres encarceradas. Ao focar exclusivamente na maternidade, as instituições prisionais reforçam os estereótipos de gênero da sociedade mais ampla, entendendo as mulheres unicamente como mães. (CÚNICO; BRASIL e BARCINSKI, 2015)

França e Silva (2015) efetivaram uma revisão integrativa que objetivou identificar as circunstâncias relacionadas à maternidade da mulher em situação de prisão. Os resultados indicaram que o encarceramento, por si só, já promove danos

emocionais e ansiedades que trazem sofrimentos inerentes à privação da liberdade. As expectativas em relação à vida futura, à separação do filho e ao reencontro com a família, tornaram-se confusas e, por vezes, deturpadas. O estudo concluiu que existe um comprometimento para a manutenção saudável do binômio ‘mãe-filho’ que vive em situação de encarceramento. (FRANÇA; SILVA, 2015)

Mello (2015), em sua dissertação de mestrado, utilizou de uma revisão integrativa para saber quais aspectos são discutidos na produção científica acerca da saúde da mulher em privação de liberdade durante o ciclo gravídico-puerperal. O objetivo foi desvelar a promoção do aleitamento materno no sistema prisional a partir da percepção das nutrizes encarceradas. O trabalho revelou que a promoção do aleitamento materno se dá de forma impositiva, com foco na saúde da criança; revelando também a existência de uma interação conflituosa com os profissionais de saúde, bem como de um ambiente carcerário, cujas regras são geradoras de estresse e perturbação para a prática do aleitamento materno. A organização prisional possui condições peculiares que interferem tanto na prática da amamentação, como na assistência prestada à nutriz e sua criança pelos profissionais a eles vinculados. (MELLO, 2015)

Castilhos e Silva (2016) realizaram um estudo de revisão integrativa para conhecer a produção científica nacional de enfermagem em relação à saúde da mulher no sistema prisional. No artigo *Atenção à Saúde das mulheres em situação prisional: um estudo de revisão integrativa*, as pesquisadoras concluíram que as ações de saúde nesse contexto deveriam ser mais divulgadas e exercidas por profissionais qualificados, visto que as mulheres encarceradas se encontram privadas de liberdade social e não do direito à saúde. O estudo permitiu conhecer a produção científica nacional de enfermagem sobre a saúde da mulher no sistema prisional. (CASTILHOS; SILVA, 2016)

Pessoa (2016) procedeu a uma revisão integrativa acerca da violência sofrida por mulheres antes do seu encarceramento. Foram identificadas abordagens de violência interpessoal, durante a infância, quando adulto, por parceiro íntimo e na comunidade, sendo que tais experiências estão fortemente associadas a problemas

de saúde mental. Observou-se que o tipo de violência na infância e a frequência em que ocorrem, indicam importantes preditores ao agravo da saúde. O trabalho concluiu que o abuso sexual e a violência intrafamiliar trouxeram maiores implicações na saúde das mulheres encarceradas. (PESSOA, 2016)

Ribeiro e Deus (2017) publicaram o artigo de revisão *Mulheres encarceradas: a saúde atrás das grades*. O trabalho promoveu o mapeamento da literatura acessada em banco de dados para ampliar a discussão sobre a saúde das mulheres no Sistema Prisional, focalizando o recorte de gênero que circula nos artigos nacionais e internacionais publicados entre 2004 e 2015. (RIBEIRO; DEUS, 2017)

Teixeira e Oliveira (2017) produziram o artigo *Maternidade e encarceramento feminino: um estado da arte das pesquisas no Brasil*. O trabalho contemplou estado da arte das pesquisas e estudos sobre a questão da maternidade nas prisões femininas, a partir um levantamento quantitativo nas bases de dados digitais referentes a periódicos e a teses e dissertações defendidas no país que abordassem essa temática, destacando que a ausência de um reconhecimento dos direitos individuais e sociais decorrentes da condição de ser mãe nas prisões, confere a tônica do abandono a que essas mulheres e seus(suas) filhos(as) são submetidos(as). (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2017)

Recentemente, Santos e Bispo (2018) publicaram *Mãe e filho no cárcere: uma revisão sistemática*. A pesquisa, através de uma revisão sistemática da literatura, procurou analisar a produção científica acerca da relação mãe e filho no contexto de privação de liberdade. O estudo mostrou a necessidade de uma maior atenção à mulher que vivencia a maternidade em situação de privação de liberdade, tendo em vista que o ambiente da prisão tem fortes implicações para o estabelecimento da relação mãe-filho e para a formação do vínculo nesse binômio. (SANTOS; BISPO, 2018)

Estudos sobre as construções afetivas das internas e seus filhos no ambiente prisional da Penitenciária Feminina do Espírito Santo procurou compreender a realidade da mulher aprisionada que fica com o filho lactente junto com ela na

Unidade prisional e as intervenções psicossociais realizadas em mães (e filhos) em situação de prisão, na tentativa de suavizar as marcas de sofrimento que o sistema carcerário pode provocar. O resultado foi a constatação de que a maternidade parece ser importante, mas se apresenta de maneira ambígua para as internas: de um lado está o sentimento de felicidade, alegria por poder cuidar de seu filho e de estar perto dele, e do outro está a angústia e a tristeza, uma vez que as mães se sentem duplamente penalizadas face ao momento de separação da mãe-presas de seu filho, e à manutenção do filho num ambiente que pouco favorece o desenvolvimento afetivo, cognitivo, biológico, social e cultural. (PESSOTI *et al.*, 2013)

Assis e Vitória (2016), em sua pesquisa, evidenciaram que a privação de liberdade e o tempo de reclusão, associados à posição social e econômica desfavorável, à baixa escolaridade, à falta de qualificação profissional e a problemas pessoais, constituem fatores de risco que podem contribuir para o desenvolvimento e/ou intensificação de sintomas depressivos em mulheres encarceradas. Indicaram, portanto, a necessidade de programas de intervenção psicossocial adequados às problemáticas dessas mulheres. (ASSIS; VITÓRIA, 2016)

Os dispositivos de controle e punição nas prisões para mulheres foram estudados por Vera Silva (2013), tendo, por base, uma perspectiva antropológica feminista. A intenção foi indagar quais símbolos das ideologias que configuram as construções sociais e culturais sobre o sexo feminino são determinantes para as formas de punição específicas impostas às mulheres, em geral e, especificamente, em Portugal.

Em seu trabalho, a mesma pesquisadora analisou que, no contexto português, as instituições destinadas à reclusão de mulheres surgiram como casas de Misericórdia a partir do século XVI e concluiu que as regras, a vigilância, o isolamento, o silêncio, o trabalho e a penitência através da oração, às quais eram submetidas as mulheres reclusas, assemelhavam-se aos modelos de prisão defendidos e aplicados no século XIX. Neste sentido, estas instituições dos finais do século XVI, que se estenderam por toda a Europa, foram as antecessoras mais

diretas das novas formas de punir e castigar inerentes ao sistema penitenciário. Este tipo de instituição foi implementada em vários contextos ocidentais, e são reflexo do controle e punição sob normas de feminilidade que, apesar de tomarem diferentes expressões, regiam-se por valores patriarcais e moralizadores ocidentais que, na modernidade, começam a exercer um maior controle sobre as mulheres (SILVA, 2013).

Outro estudo relevante sobre o tema foi uso de medicação psicotrópica no ambiente prisional feminino, como resultado do agravamento à saúde mental, decorrente das condições de aprisionamento, especialmente no contexto do Rio Grande do Norte (FIGUEIRÓ *et al*, 2015). Os estudos revelaram um elevado consumo desses medicamentos pelas detentas da Unidade Prisional pesquisada, associado à dificuldade de assistência em saúde, às dificuldades e problemas presentes no cotidiano da prisão e à ausência de contato com familiares. Esta última pareceu ser de suma importância para pensar o fenômeno do encarceramento e o trabalho do psicólogo nesse contexto. (FIGUEIRÓ *et al*, 2015)

O encarceramento feminino também foi analisado sob a perspectiva da gestão da sexualidade no âmbito da Penitenciária Talavera Bruce – TB/ Rio de Janeiro. (CORDEIRO, 2017) A finalidade foi entender os modos como as questões de gênero e as convenções sobre sexualidade delinearam um quadro normativo que estabelece um tipo ideal de ressocialização das mulheres criminosas, ou seja, em que medida orientam a política prisional do Estado em relação às mulheres presas. (CORDEIRO, 2017) A autora concluiu que o estabelecimento de relações amorosas na prisão envolve um amplo processo de adaptação à vida institucional e de possibilidade de inserção social nesse universo, como meio de adquirir status e tentar aliviar a incerteza quanto ao futuro, restando evidente que as convenções de gênero e de sexualidade norteiam formas de estratificação social no contexto prisional. (CORDEIRO, 2017)

Mais um estudo sobre a temática foi acerca da sexualidade e sua influência no cotidiano e na regulamentação da visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo. Padovani (2009) procurou investigar a relação entre os

comportamentos sexuais e a construção do perfil da mulher delinquente e a forma como se deu a absorção (ou a punição) dos discursos sobre sexo dentro da referida Instituição prisional. Constatou-se que a administração penitenciária entende por vínculos familiares e por indivíduos aptos para o convívio social aqueles membros de uma família heterossexual formalmente estabelecida. A interdição às visitas de antigas presas na unidade e à visita íntima homossexual evidenciam a dificuldade existente para grande parte das internas em manter os laços sexuais, afetivos e até mesmo familiares construídos dentro da instituição penal. Laços que, por diversas vezes, são citados como o principal suporte emocional e até mesmo econômico. (PADOVANI, 2009)

Nesse sentido é possível retomar as clássicas constatações de Foucault no que tange a produção das identidades dos indivíduos por meio das instituições modernas. A instituição penal não só tem historicamente reforçado o fato de serem desviantes e perversas pessoas que não se identificam com um determinado padrão de conduta, como também tem impedido destas saírem das condições de privação de direitos e de liberdade. (PADOVANI, 2009)

Chernicharo (2014), em seu estudo sobre seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil, escreveu sobre crime de tráfico de drogas cometido por mulheres, inserção das mulheres no mercado de drogas ilícitas e a punição das autoras desses delitos. As evidências mostraram que, para entender o processo de criminalização feminina pelo delito de tráfico de drogas, é fundamental que se insira a análise das relações e representações de gênero e o papel social atribuído à mulher.

Os modos de inserção feminina neste delito e a sua seleção pelo poder punitivo formal estão diretamente relacionados à sua vulnerabilidade social e de gênero, o que pode ser demonstrado nos dados nos revelam um perfil muito homogêneo de mulheres privadas de liberdade, bem como pelos inúmeros relatos das trajetórias de vida destas mulheres. (CHERNICHARO, 2014)

Em todo o seu contexto histórico de formação e posterior finalidade punitiva, a prisão está baseada no controle do corpo e do desvio de comportamento para conseguir atender a interesses do capital, servindo como aparato a um processo

seletivo que criminaliza e exclui pessoas de uma sociedade. (ESPINOZA, 2004) Para Santa Rita (2009), a prisão como local de privação de liberdade e de reiteradas situações de negligência incumbe-se de colocar a detenta, desde a sua chegada, na mais baixa posição social. Esta é levada a buscar estratégias de sobrevivência e, na maioria das vezes, submeter-se a um papel inferior para obter vantagens, evitar punições e muitas vezes fugir da violência. (SANTA RITA, 2009)

As prisões têm se apresentado como instituições machistas, que se encarregam da localização dos corpos femininos, seguindo uma orientação patriarcalista. Duarte e Givisiez (2017), em artigo sobre *Cárcere feminino: mecanismo de docilização de mulheres desviantes*, verificou que:

[...] As paredes e muros dos estabelecimentos para mulheres, bem como os uniformes destinados a elas costumam apresentar cor rosa ou outro tom pastel, estimulando e indicando como “adequado” um comportamento dócil. Além disso, as prisões de mulheres são mais asseadas se comparadas com as masculinas. A crítica a isto tem relação ao fato de a administração prisional punir disciplinarmente as presas que não possuem suas celas limpas, o que não acontece com os homens presos, reforçando a ideia de que as mulheres devem ser “caprichosas” e sempre aptas a desenvolver atividades domésticas, de limpeza da casa. [...] De igual forma, as opções de trabalho, bem como os cursos profissionalizantes destinados às privadas de liberdade reforçam a perspectiva de que as mulheres devem desenvolver atividades profissionais que seriam nada mais do que uma espécie de projeção das tarefas típicas da vida doméstica, voltadas ao cuidado do outro e da manutenção do lar. Portanto, em muitas unidades são desenvolvidos cursos e oferecidos trabalhos de corte e costura, beleza e artesanato. Geralmente não é disponibilizada qualquer possibilidade profissional de acordo com os interesses das mulheres, dificultando a criação de planos de vida mais emancipatórios, distantes de papéis de gênero tradicionais. [...] os órgãos do Estado não oferecem materiais de higiene essenciais às mulheres, como absorventes íntimos, shampoo etc., nem fornece atenção à saúde adequada. Poucas são as presas atendidas regularmente por um ginecologista e outros profissionais de saúde. E, se não recebem visitas, as mulheres estão à mercê do comércio desenvolvido na unidade de privação de liberdade ou da generosidade de outras colegas privadas de liberdade. [...] para além de punir a mulher pelo crime cometido, a prisão seria em grande medida um mecanismo destinado à adequação das mulheres a seu papel socialmente atribuído. O cárcere teria, assim, a função de transformar a mulher ‘desviante’ em um ser doméstico. O cárcere, então, não só reforça como perpetua as desigualdades de gênero típicas do meio social. (DUARTE, GIVISIEZ, 2017)

Segundo Buglione (2002), o atual modelo prisional fundado desde o século XIX, não foi criado e muito menos desenvolvido para aprisionar mulheres e sim homens. Essa condição se torna real quando a autora confirma que a estrutura prisional teve que, aos poucos, passar por adaptações arquitetônicas para atender às especificidades femininas, como, por exemplo, a criação de creches, que, até hoje, não existem nas penitenciárias masculinas, o que reforça a questão cultural de que a tarefa de cuidar dos filhos ainda é quase que exclusivamente feminina. (BUGLIONE, 2002)

Esta dissertação estará organizada da seguinte forma: no capítulo 2, procedemos à apresentação do resultado da coleta, apresentação do objeto, bem como das temáticas produzidas. No capítulo 3, procuramos abordar as problematizações emergentes das leituras dos resultados das pesquisas que envolvem as temáticas da saúde e maternidade na prisão. No capítulo 4, abordamos as problematizações emergentes da leitura dos resultados das pesquisas que envolvem as condições materiais e subjetivas das mulheres em situação de prisão. No capítulo 5 e último, apresentamos uma síntese da revisão, procedendo à análise dos resultados quanto à área do conhecimento, à metodologia utilizada, bem como à análise comparativa acerca da distribuição regional das áreas temáticas envolvendo o cárcere feminino, procedendo, por fim, à análise quanto às evidências geradas nas conclusões das produções trabalhadas.

2 O ENCARCERAMENTO FEMININO: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E CONJUNÇÃO DE TEMÁTICAS PRODUZIDAS

Este capítulo está destinado à apresentação dos resultados do levantamento realizado (tabelas 2 a 4), bem como à exposição das produções temáticas no Brasil envolvendo o encarceramento feminino (quadro 1). Primeiramente, apresentamos a demonstração do levantamento realizado na BDTD (tabela 2), e, em seguida, apresentamos a demonstração da pesquisa realizada nos Repositórios institucionais (tabela 3).

A tabela 4 compreende a exposição quantitativa do nosso objeto, por IES, após o recorte realizado, a partir da aplicação dos critérios de exclusão. O quadro 1 apresenta os trabalhos objeto de nosso estudo, sendo realizada a análise temática dos mesmos, exibindo em tópicos os trabalhos com temáticas similares.

Como resultado do levantamento na BDTD, foram achados um total de 64 trabalhos relacionados com o tema, nas mais diversas Universidades públicas do país. Dessa forma, após arquivo, contabilizamos: da região Centro – Oeste, 12 trabalhos (10 dissertações e 2 teses) do Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso; da região Nordeste, foram 21 trabalhos (15 dissertações e 6 teses), de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Sergipe; da região Norte, 6 trabalhos (5 dissertações e 1 tese) do Amazonas e Tocantins; da região Sudeste, 13 trabalhos (10 dissertações e 3 teses) do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo; e, por fim, da região Sul, 12 trabalhos (6 dissertações e 6 teses) do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (tabela 2).

Tabela 2 – Produções de IES públicas do Brasil: quantidade de produções, por região, localizadas na BDTD: Região, Estados, Universidades, trabalhos (dissertações ou teses), total por região:

Região	Estados	Universidades	Trabalhos		Total por região
			Dissertações	Teses	
Centro-oeste	DF	UNB	6	2	12
	GO	UFGO	2		
	MT	UFMT	2		
Nordeste	AL	UFAL	1		21
	BA	UFBA	4		

	CE	UFCE	2	3	
	MA	UFMA	1		
	PE	UFPE	3	3	
		UFRPE	1		
	SE	UFSE	3		
Norte	AM	UFAM	2	1	6
	TO	UFTO	3		
	ES	UFES	1		
Sudeste	MG	UFJF	2		
	SP	UFSCar	1	2	13
		USP	6	1	
Sul	RS	UFRS	2	4	12
	SC	UFSC	4	2	
Total			46	18	64

Uma vez que nosso trabalho se refere às principais IES federais de cada Estado, procedemos ao nosso primeiro recorte, excluindo os trabalhos da UFRPE (1), UFJF (2) e UFSCar (3), restando 58 trabalhos da BDTD, objeto de nosso estudo.

Verificamos ausências na BDTD, de trabalhos das Federais do AC, AP, MG, MS, PA, PI, PR, RJ, RN, RO e RR, motivo pelo qual empreendemos buscas nos respectivos repositórios. Como resultado do levantamento das teses e dissertações, após busca nos referidos Repositórios e nos demais Repositórios dos Estados do Nordeste, além do da USP e da UNB, levantamos um total de 16 trabalhos.

Dessa forma, contabilizamos: da região Centro – Oeste, 1 dissertação do Mato Grosso do Sul; da região Nordeste, 8 trabalhos (7 dissertações e 1 tese) de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe; da região Norte, 4 trabalhos (3 dissertações e 1 tese) do Pará; da região Sudeste, temos mais 2 dissertações de Minas Gerais e São Paulo; e da região Sul, 1 tese da Federal do Paraná, perfazendo um total de 8 trabalhos levantados nos Repositórios Institucionais de outros Estados do Brasil (tabela 3).

Tabela 3 – Produções das IES públicas do Brasil: quantidade de produções localizadas nos Repositórios Institucionais: Estados, Universidades, trabalhos (dissertações ou teses), total por região:

Região	Estados	Universidades	Trabalhos		Total por região
			Dissertações	Teses	
Centro-oeste	MS	UFMS	1		1
Nordeste	AL	UFAL	1	1	8

	PB	UFPB	3		
	PE	UFPE	1		
	RN	UFRN	1		
	SE	UFSE	1		
Norte	PA	UFPA	3	1	4
Sudeste	MG	UFMG	1		2
	SP	USP	1		
Sul	PR	UFPR		1	1
Total			13	3	16

Ao todo, reunimos um total de 74 trabalhos. Após aplicação do nosso terceiro recorte, que constituiu o emprego dos demais critérios de exclusão descritos, excluimos 27 produções, delimitando os trabalhos objetos de nosso estudo em 47 produções. Dessa forma, contabilizamos: 8 trabalhos de 3 Universidades Federais do Centro – Oeste: UFGO (1), UFMT (2) e UNB (5); 19 de 8 Universidades Federais nordestinas: UFAL (2), UFBA (3), UFCE (4), UFMA (1), UFPB (3), UFPE (2), UFRN (1) e UFSE (3); 7 de 3 Federais do Norte: UFAM (3), UFPA (3) e UFTO (1); 5 de 2 Universidades públicas do Sudeste: UFES (1) e USP (4) e 8 das duas Federais do Sul: UFRS (5) e UFSC (3) (tabela 4).

Tabela 4 – Quantidade de produções objeto do estudo, por região:

Região	Universidade	Quantidade	Total por região
Centro-oeste	UFGO	1	8
	UFMT	2	
	UNB	5	
Nordeste	UFAL	2	19
	UFBA	3	
	UFCE	4	
	UFMA	1	
	UFPB	3	
	UFPE	2	
	UFRN	1	
	UFSE	3	
Norte	UFAM	3	7
	UFPA	3	
	UFTO	1	
Sudeste	UFES	1	5
	USP	4	
Sul	UFRS	5	8
	UFSC	3	
Total			47

Ao delimitar o objeto de estudo, observamos que o Nordeste é a região que mais tem produzido sobre o tema, com 19 produções, seguida das Regiões Centro-Oeste e Sul, com 8 produções cada uma, depois a Norte, com sete produções e, por

último, a Sudeste, com cinco produções. Porém, se considerarmos cada Universidade individualmente, verificamos que a UFRS (5) e a UNB (5) lideram em quantidade de produções relacionadas ao encarceramento feminino, seguidas da UFCE (4) e USP (4). Logo atrás, estão a UFBA (3), UFPB (3), UFSE (3), UFAM (3), UFPA (3) e UFSC (3), seguidas da UFAL (2), UFPE (2) e UFMT (2) e, por último, com apenas uma produção cada, a UFMA, UFRN, UFGO, UFTO e UFES. Vajamos a seguir a produção geral do país.

2.1 PRODUÇÕES DE IES PÚBLICAS BRASILEIRAS SOBRE APRISIONAMENTO FEMININO

O quadro abaixo corresponde à exposição das 47 produções objeto de nosso estudo. A pesquisas foram qualificadas em título, autoria, local de realização da pesquisa, aí, entendido como a unidade prisional pesquisada, IES em que foram produzidas e ano de realização.

Quadro 1 – Produções de IES públicas brasileiras: título, autoria, local da pesquisa, IES e ano de produção:

Título	Autoria	Local	IES	Ano
Percepções e significados da maternidade de mulheres em situação de prisão: uma contribuição da enfermagem à luz da fenomenologia social.	Alba Maria Bonfim de França	Estabelecimento Penal Feminino Stª Luzia – Maceió-AL.	UFAL	2015
Contradições e convergências nos discursos das presidiárias: patriarcalismo e sedução do consumo na prática criminosa feminina.	Lisiane Alcária de Oliveira	Unidade prisional de Santa Luzia, Maceió-AL.	UFAL	2016
Os (des) caminhos da maternidade em contexto prisional: um estudo com mulheres reclusas no Estado do Amazonas.	Soraya Fabiane Neves Marques	Estabelecimento Penal da Cidade de Manaus.	UFAM	2011
Filhos concebidos no cárcere: mães apenas do complexo penitenciário Anísio Jobim – COMPAJ.	Maria Aparecida da Silva Martins	Complexo Penitenciário Feminino Anísio Jobim: COMPAJ: Penitenciária Feminina de Manaus - PFM e Centro de Detenção Provisória-CDPF.	UFAM	2016

Título	Autoria	Local	IES	Ano
Histórias das mulheres privadas de liberdade em Manaus - vidas marcadas pela pobreza, violência e abandono.	Clarice Marques Cardoso	Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus/AM.	UFAM	2017
Impactos do envolvimento de mulheres presidiárias com o fenômeno das drogas.	Vanessa dos Santos Moreira	Penitenciária Feminina de Salvador	UFBA	2012
Ó paí, prezada!: racismo e sexismo institucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador.	Carla Akotirene	Conjunto Penal Feminino de Salvador-BA.	UFBA	2014
À margem das fronteiras legais: Trajetórias sociais de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas na penitenciária feminina do Distrito Federal.	Juliana Gonçalves Caceres	Penitenciária Feminina do Distrito Federal	UFBA	2015
Conhecimento, atitude e prática de presidiárias quanto ao uso do preservativo masculino e feminino.	Ana Isabel Oliveira Nicolau	Penitenciária Feminina do Estado do Ceará	UFCE	2010
Inquérito nacional sobre violência na vida da população penitenciária feminina brasileira.	Isabelle da Silva Gama	Penitenciárias femininas de 8 Estados brasileiros e DF: PA, RO, CE, MT, MG, RS, PR, SP.	UFCE	2015
Fatores associados à prevalência de hipertensão arterial sistêmica na população penitenciária feminina do Brasil.	Paula Negrão da Silva	Penitenciárias femininas de 8 Estados brasileiros selecionados através da importância e tamanho da população encarcerada por Estado: PA, RO, CE, MT, SP, MG, PR e RS	UFCE	2017
Fatores associados à testagem para o HIV e soroprevalência de HIV na população penitenciária feminina do Brasil: resultados de um inquérito nacional.	Deborah Gurgel Freire	15 Penitenciárias de 8 Estados brasileiros: PA, RO, CE, MT, DF, RS, PR, SP e MG	UFCE	2017
Poder e trabalho: análise dos programas de ressocialização de apenadas do Estado do Espírito Santo.	Beatriz Correia Lopes	Penitenciária Feminina de Cariacica (PFC), Cariacica, Espírito Santo.	UFES	2013
A problemática da visita íntima no cárcere feminino: Um estudo de caso sobre a penitenciária feminina Consuelo Nasser.	Mariana Costa Guimarães	Penitenciária Feminina Consuelo Nasser, Aparecida de Goiânia, Goiás	UFGO	2015
Para além do cárcere: o significado reeducativo da pena privativa de	Sheila Cristina Rocha Coelho	Centro de Reeducação e Inclusão Social de	UFMA	2010

Título	Autoria	Local	IES	Ano
liberdade em uma instituição penal para mulheres em São Luís.		Mulheres Apenadas (CRISMA) de São Luís-MA.		
Práticas de leitura, escrita e letramento na penitenciária feminina em Cuiabá-MT: a visão da professora e suas alunas.	Luciana Ferreira da Silva Moraes Scariot	Penitenciária Feminina “Ana Maria do Couto”, localizada na Rodovia BR 364, KM 14, Jardim Industrial, em Cuiabá - Mato Grosso	UFMT	2013
Sentidos da sexualidade em mulheres privadas de liberdade: a interface de uma educação sexual emancipatória.	Maria das Graças de Mendonça Silva Calicchio	Anexo penitenciário Feminino Estadual Dr. Osvaldo Florentino Leite Ferreira, Sinop- MT	UFMT	2015
Identidades submersas: Uma análise do cárcere feminino como crônica visual.	Renata Aguiar Rodrigues	Centro de Reeducação Feminino – Ananindeua, Pará	UFPA	2013
As hepatites B e C na população carcerária feminina do Pará: prevalência, genotipagem e fatores de risco.	Nayana Maria Leal Moraes	Centro de Recuperação Feminino do Estado do Pará	UFPA	2015
A Casa dos Dias: A vida no cárcere feminino.	Ana Paula Palheta Santana	Centro de Reeducação Feminino, Pará.	UFPA	2012
A experiência religiosa no cárcere: O caso do Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão em João Pessoa – PB.	Anaíze Anália De Oliveira	Centro de Reeducação Feminina Maria Julia Maranhão-PB.	UFPB	2012
A saúde no âmbito prisional feminino: análise acerca da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Pessoa Privada de Liberdade no contexto de João Pessoa-PB.	Shirleny de Souza Oliveira	Centro de Reeducação Feminino Maria Julia Maranhão (CRFMJM), em João Pessoa-PB.	UFPB	2016
Cárcere e infância: o direito das crianças de mães encarceradas.	Alice Maria Santos Ramos	Centro de Reeducação Feminino Maria Julia Maranhão (CRFMJM), em João Pessoa-PB.	UFPB	2017
A dialética de transformação do self e do autoconceito: dimensões auto-refletidas no cárcere feminino.	Lysia Rachel Moreira Basílio Rodrigues	Espaços de cumprimento de pena e de prisão provisória situados na grande Recife.	UFPE	2013
O entre da liberdade, as prisões: os feminismos que emancipam, prendem?: uma história do gênero feminino na Penitenciária Regional	Vanuza Souza Silva	Penitenciária Estadual do Seridó Desembargador Francisco Pereira da	UFPE	2014

Título	Autoria	Local	IES	Ano
Feminina de Campina Grande (1970-2000).		Nóbrega – Pereirão, localizada em Caicó, no Rio Grande do Norte / Penitenciária Regional Feminina		
Vivência de mulheres em situação de cárcere penitenciário durante o período gestacional.	Mayana Camila Barbosa Galvão	Complexo Penal Dr. João Chaves, Natal-RN	UFRN	2012
No limite - A invenção de si no espaço prescrito e proscrito da prisão.	Maynar Patrícia Vorga Leite	Penitenciária Feminina Madre Pelletier, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.	UFRS	2012
Sociação de mulheres na prisão disciplinaridades, rebeliões e subjetividades.	Leni Beatriz Correia Colares	Penitenciária Feminina Madre Pelletier (RS)	UFRS	2011
Mundos possíveis e telenovela: memórias e narrativas melodramáticas de mulheres encarceradas.	Valquiria Michela John	Presídio Regional de Itajaí, Santa Catarina	UFRS	2014
Discurso, corpo e linguagem: Processos de subjetivação no cárcere feminino.	Luciana Iost Vinhas	Penitenciária Feminina Madre Pelletier, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.	UFRS	2014
Prática de Educação em Saúde no contexto do cárcere feminino na região do Cariri.	Marlene Menezes de Souza Teixeira	Penitenciária Feminina da região do Cariri, no Estado do Ceará	UFRS	2017
Puerpério em ambiente prisional: vivência de mulheres.	Ioná Vieira Bez Birolo	Unidade prisional de Santa Catarina.	UFSC	2010
O trabalho das mulheres no presídio feminino de Florianópolis: das funções declaradas às funções latentes e realmente cumpridas.	Vanessa Maciel Lema	Presídio Feminino de Florianópolis (PFF), Santa Catarina.	UFSC	2015
Os sentidos das experiências escolares nas trajetórias de vida de mulheres em privação de liberdade.	Pollyana dos Santos	Presídio Feminino de Florianópolis, Santa Catarina.	UFSC	2014
“Aceitar Jesus, porque Satanás atenta...”: as conversões neopentecostais no presídio feminino de Sergipe.	Viviane Rocha de Santana	Presídio Feminino de Nossa Senhora do Socorro – SE	UFSE	2013
Pela cortina do desvio: a trajetória de mulheres presas do presídio feminino de Nossa Senhora do Socorro-SE.	Fabiana Santos Andrade	Presídio Feminino de Nossa Senhora do Socorro – SE	UFSE	2015
As invisíveis do cárcere: interfaces identitárias de mulheres aprisionadas.	Giseliene Medeiros Almeida	Conjunto Penal de Paulo Afonso/BA	UFSE	2018
Visita íntima na unidade prisional feminina de regime fechado e provisório de Palmas/TO: sentidos e significados analisados sob o enfoque fenomenológico	Marcelo Laurito Paro	Unidade Prisional Feminina de Palmas/TO	UFTO	2016

Título	Autoria	Local	IES	Ano
Programa Mulheres Mil: Uma oportunidade de reinserção social cidadã às reeducandas da penitenciária feminina do Distrito Federal.	Crisonéia Nonata de Brito Gomes	Presídio Feminino do Distrito Federal, Brasília.	UNB	2015
Educação em prisões: um olhar à formação profissional na penitenciária feminina do Distrito Federal.	Walace Roza Pinel	Penitenciária Feminina do Distrito Federal	UNB	2017
“Faca só lâmina”: um estudo dos papéis desempenhados pelas famílias nos processos de proteção social das mulheres presas no DF.	Júlia Freire de Alencastro	Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDf)	UNB	2017
O uso de medicação psicotrópica por mulheres presas no distrito federal e as interfaces com a política nacional de atenção integral das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional.	Jamila de Souza Abdelaziz	Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDf)	UNB	2017
Fragmentos de uma genealogia de mulheres no contexto prisional: um estudo de relatos sobre a experiência de aprisionamento.	Jaqueline Carvalho Quadrado	Unidade Prisional Feminina de Palmas/TO	UNB	2014
Por entre as grades: Um estudo sobre o cotidiano de uma prisão feminina.	Luciana Cazalli Buckeridge	Penitenciária Feminina do Estado de São Paulo.	USP	2011
Memórias do cárcere: estudo sobre as motivações e significados para a prática de atividades físicas coletivas de um grupo de melhores presas.	Charles Augusto Moreira Fernandes	Penitenciária feminina da Capital (PFC), São Paulo	USP	2013
Mulheres na prisão: Entre famílias, batalhas e a vida normal.	Natália Bouças do Lago	Unidades prisionais de mulheres localizadas na região metropolitana de São Paulo	USP	2014
A experiência da maternidade no cárcere: cotidiano e trajetórias de vida.	Priscilla Feres Spinola	(Egressas do sistema prisional)	USP	2016

Após exposição dos trabalhos, procedemos ao exame da temática envolvida em cada um deles, a partir da descrição do título, bem como dos objetivos expostos. Da análise, reunimos os trabalhos com temas similares, através dos seguintes tópicos:

2.1.1 A Maternidade em Foco nas Produções Brasileiras

Maternidade foi a primeira temática a surgir, sendo destaque na pesquisa da UFAL, produzida por França (2015), intitulada por *Percepções e significados da maternidade de mulheres em situação de prisão: uma contribuição da enfermagem à luz da fenomenologia social*, realizada no Estabelecimento Penal Feminino Santa

Luzia, em Maceió, Alagoas. A produção procurou conhecer as percepções e significados da maternidade para mulheres em situação de prisão e a relação desses significados com a construção da relação mãe-filho. (FRANÇA, 2015)

A maternidade também foi tema da dissertação de mestrado de Marques (2011), *Os (des) caminhos da maternidade em contexto prisional: um estudo com mulheres reclusas no Estado do Amazonas*, apresentada à UFAM. A pesquisadora buscou compreender como as mulheres reclusas em estabelecimento penal no Estabelecimento Penal de Manaus/AM entendem o conceito de maternidade, buscando analisar como se apresentam os vínculos com os filhos, no interior do cárcere e identificar como a maternidade pode repercutir na vivência das mulheres no sistema prisional. (MARQUES, 2011)

Já Martins (2016), na tese *Filhos concebidos no cárcere: mães apenas do complexo penitenciário Anísio Jobim – COMPAJ*, apresentada à UFAM, realizada no Complexo Penitenciário Feminino Anísio Jobim: COMPAJ, que inclui a Penitenciária Feminina de Manaus - PFM e o Centro de Detenção Provisória – CDPF. A pesquisa analisou os significados da maternidade das mulheres condenadas que se tornaram mães dentro do Complexo e as dificuldades emocionais enfrentadas por estas mulheres quando devem entregar seus filhos para os familiares, para os parentes distantes, para os amigos da família ou para a adoção. (MARTINS, 2016)

Outro trabalho a abordar o tema foi o de Ramos (2017) na dissertação *Cárcere e infância: o direito das crianças de mães encarceradas*, apresentada na UFPB, em que analisou a realidade vivenciada por crianças, filhas de mães presidiárias no ambiente do cárcere feminino de Centro de Reeducação Feminino Maria Julia Maranhão, em João Pessoa, Paraíba. A autora discutiu o direito das crianças que permanecem com suas mães no estabelecimento prisional feminino, segundo a Política de Atendimento às crianças filhas de mães presas. Trouxe questionamentos quanto ao prazo de permanência e aos reflexos do cárcere sobre o desenvolvimento cognitivo, psíquico e moral infantil. (RAMOS, 2017)

Outra produção envolvendo a temática da maternidade em mulheres presas foi a dissertação produzida por Galvão (2012) pela UFRN. Os dados foram coletados no Complexo Penal Dr. João Chaves em Natal, Rio Grande do Norte. A autora, na obra *Vivência de mulheres em situação de cárcere penitenciário durante o período gestacional*, problematizou a vivência das mulheres encarceradas durante o período gestacional. O trabalho trouxe questões relacionadas ao relacionamento interpessoal das detentas com a família e com colegas de presídio; aos sentimentos que permeiam a mulher grávida quanto ao ambiente prisional, problematizando a ausência de assistência à saúde da gestante encarcerada e o não acompanhamento do pré-natal, revelando a falta de estrutura do sistema penitenciário para atender às especificidades da gestante. (GALVÃO, 2012)

Também Birolo (2010), na dissertação *Puerpério em ambiente prisional: vivência de mulheres*, apresentada à UFSC, realizada na Unidade Prisional de Santa Catarina, buscou compreender como as detentas vivenciam o puerpério em ambiente prisional. (BIROLO, 2010) Por fim, a dissertação *A experiência da maternidade no cárcere: cotidiano e trajetórias de vida*, escrita por Spinola (2016) e apresentada à USP, completa o rol de trabalhos envolvendo a trajetória materna da mulher presa. Em seu trabalho, a pesquisadora procurou conhecer e compreender a experiência da maternidade no cárcere, a partir do cotidiano e trajetória de vida de mulheres egressas do sistema penitenciário. (SPINOLA, 2016)

A maternidade fora tema de sete produções realizadas nas UFAL, UFAM, UFPB, UFRN, UFSC e USP. Ao falar de maternidade, verificamos que não só o período gestacional foi considerado, mas também a vivência com os filhos nas prisões, bem como a experiência do período pós parto no cárcere. Trata-se de tema bastante recorrente nas pesquisas brasileiras, sobretudo, no Nordeste. A seguir, apresentaremos as produções envolvendo a saúde da mulher encarcerada, tema também bastante recorrente nas produções do Brasil.

2.1.2 A Saúde da Mulher Presa, outra Temática Recorrente

Considerando a saúde da mulher presa, apresentamos a dissertação de Silva (2017), da UFCE, que procurou estimar a prevalência de Hipertensão Arterial Sistêmica e os fatores de risco associados à sua maior prevalência em mulheres em cárcere no Brasil. O trabalho titulado *Fatores associados à prevalência de hipertensão arterial sistêmica na população penitenciária feminina do Brasil*, fora realizado em Penitenciárias femininas de 8 Estados brasileiros selecionados através da importância e tamanho da população encarcerada por Estado: PA, RO, CE, MT, SP, MG, PR e RS. A autora analisou a temática da saúde das mulheres presas, atribuindo à Hipertensão Arterial Sistêmica, um grave problema no sistema prisional. (SILVA, 2017)

Ainda abordando o tema saúde, a identificação da testagem para o HIV no ambiente prisional e a soroprevalência de HIV entre a população penitenciária feminina brasileira foi abordada por Freire (2017) em sua tese apresentada à UFCE. A tese *Fatores associados à testagem para o HIV e soroprevalência de HIV na população penitenciária feminina do Brasil: resultados de um inquérito nacional*, fora realizada em 15 Penitenciárias de 8 Estados brasileiros: PA, RO, CE, MT, DF, RS, PR, SP e MG. A autora enfrentou pontos como: o comportamento sexual da população penitenciária feminina brasileira; o conhecimento sobre o HIV e acesso à saúde desse público; conhecimento sobre o teste para o HIV da população penitenciária feminina brasileira e as características socioeconômicas e prisionais de mulheres soropositivas para o HIV na prisão. (FREIRE, 2017)

Nicolau (2010), na sua dissertação *Conhecimento, atitude e prática de presidiárias quanto ao uso do preservativo masculino e feminino*, apresentada à UFCE, investigou fatores de vulnerabilidade de presidiárias às DSTs/HIV, avaliando o conhecimento, atitude e prática quanto ao uso de preservativo feminino e masculino como medida preventiva às DST's/HIV, no âmbito prisional. A pesquisa fora realizada na Penitenciária feminina do Estado do Ceará e procurou verificar o perfil sociodemográfico, sexual, reprodutivo e hábitos de vida das presidiárias. (NICOLAU, 2010)

A saúde da mulher presa foi analisada também na dissertação de Soares (2015), junto à UFPA, em trabalho com o título *As hepatites B e C na população carcerária feminina do Pará: prevalência, genotipagem e fatores de risco*. Considerando as elevadas taxas de Hepatites B e C nos presídios, a pesquisa buscou identificar os principais fatores de risco, a prevalência dessas doenças e os genótipos encontrados no âmbito do Centro de Recuperação Feminino do Pará. (SOARES, 2015)

Já Oliveira (2016), na dissertação *A saúde no âmbito prisional feminino: análise acerca da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Pessoa Privada de Liberdade no contexto de João Pessoa-PB*, apresentada à UFPB, através de um estudo de caso, empenhou-se em analisar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Pessoa Privada de Liberdade (PNAISP) direcionada ao Centro de Reeducação Feminino Maria Julia Maranhão, em João Pessoa, Paraíba. Na pesquisa, a autora identificou impasses e possibilidades no que se refere ao planejamento, execução e monitoramento das ações e serviços de saúde endereçados à penitenciária feminina do Centro de Reeducação Feminino Maria Julia Maranhão. O estudo apresentou contribuições para a promoção da saúde humanizada e problematizou as dificuldades enfrentadas no interior do estabelecimento penal, analisando a participação dos profissionais em Cursos de Capacitação Continuada. O trabalho também trouxe a percepção da saúde vinculada ao processo de ressocialização e o monitoramento da Política de Saúde no referido CRFMJM. (OLIVEIRA, 2016)

Na UFRS, fora apresentada a tese *Prática de Educação em Saúde no contexto do cárcere feminino na região do Cariri*, de Teixeira (2017), que, através desse estudo, procurou desenvolver estratégias para aplicabilidade da promoção e prevenção à saúde da mulher encarcerada, na região do Cariri. A escolha para realizar a ação assistencial com as mulheres encarceradas no presídio da região do Cariri, foi motivada em razão da continuidade de um projeto de assistência que vem a atender as necessidades da comunidade carcerária feminina com educação e saúde na prevenção, promoção e qualidade de vida e que visa propiciar um campo para o desenvolvimento de pesquisa relacionada à temática, despertando, nos acadêmicos

de Enfermagem, um novo caminho para estudos científicos. Tal ação teve seu início em março de 2011, quando foram realizadas as consultas de enfermagem (coletivas e individuais), cujo direcionamento era voltado para a prevenção e promoção de saúde, através da realização de exames para detecção precoce do câncer cérvico-uterino, câncer de mama, doenças sexualmente transmissíveis, consultas de pré-natal e puerpério, ações educativas sobre autocuidado e higiene e campanhas de vacinas. (TEIXEIRA, 2017)

A temática acerca da saúde da mulher também fora objeto da dissertação de Abdelaziz (2017), titulada *O uso de medicação psicotrópica por mulheres presas no Distrito Federal e as interfaces com a política nacional de atenção integral das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional*, apresentada à UNB. Jamila procurou compreender o uso de medicação psicotrópica na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, considerando que a pessoa é um sujeito para além do processo saúde-doença, que engloba também aspectos sociais, emocionais, culturais e que, no contexto da prisão, o adoecimento psíquico é agravado pela própria situação de confinamento, que ainda abarca a superpopulação carcerária, ausência de visitas, preocupação com os filhos e familiares, problemas econômicos e outros. (ABDELAZIZ, 2017)

Já Fernandes (2013), na dissertação *Memórias do cárcere: estudo sobre as motivações e significados para a prática de atividades físicas coletivas de um grupo de melhores presas*, apresentada à USP, estudou os aspectos socioculturais de um ambiente penitenciário, que podem influenciar no ensino e na prática de atividades físicas coletivas (AFC) por mulheres presas. O objetivo foi identificar as motivações para prática de AFC; avaliar os possíveis efeitos da prática de AFC e investigar evidências sobre a ocorrência de aprendizagem significativa no âmbito da Penitenciária Feminina da Capital, em São Paulo. (FERNANDES, 2013)

A temática da saúde da mulher presa fora tratada em nove trabalhos, sendo quatro deles nordestinos. As Universidades que abordaram a temática em suas obras foram: UFCE, UFPA, UFRS, UFPB, UNB e USP e incluíam em seus objetivos a análise da incidência de hipertensão arterial, HIV, Hepatites, conhecimento acerca

do uso de preservativos, bem como acerca da prática de atividades físicas no âmbito da prisão. O próximo tópico compreende a exposição das temáticas acerca do protagonismo feminino no crime, temática que aborda a criminalidade feminina, em especial ao envolvimento da mulher no crime de tráfico de drogas.

2.1.3 O Protagonismo Feminino no Crime nas Produções Brasileiras

O protagonismo feminino no crime foi tema abordado por Cardoso (2017), na dissertação *Histórias das mulheres privadas de liberdade em Manaus - vidas marcadas pela pobreza, violência e abandono*, apresentada à UFAM. O objetivo foi apreender a criminalidade feminina a partir de suas relações sociais e, assim, delinear determinantes para a inserção da mulher no crime. A pesquisa foi realizada no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus/AM. (CARDOSO, 2017)

Outra produção a abordar a temática foi a dissertação de Moreira (2012) *Impactos do envolvimento de mulheres presidiárias com o fenômeno das drogas*, junto à UFBA. A pesquisa adotou como campo a Penitenciária Feminina de Salvador, Bahia. Vanessa abordou o protagonismo feminino no fenômeno das drogas enfocando o envolvimento de mulheres presidiárias com o consumo e o tráfico dessas substâncias e os impactos decorrentes desses envolvimento para as suas vidas. O estudo apresentou aspectos da criminalidade feminina e problematizou o fenômeno das drogas e mulheres: consumo e motivação para entrada no tráfico. (MOREIRA, 2012)

A dissertação *À margem das fronteiras legais: Trajetórias sociais de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas na penitenciária feminina do Distrito Federal* é uma produção de Carceres (2015), realizada na Penitenciária feminina do Distrito Federal e apresentada à UFBA, na qual a pesquisadora aborda a relação de um grupo seletivo de mulheres encarceradas pelo delito de tráfico com os três pilares fundamentais de entrada ao mundo público oficial: a escola, o trabalho e a família. A autora trouxe a compreensão acerca do tráfico de drogas como mercado ilícito de trabalho e da realidade social dessas mulheres mediante esses eixos sociais estruturantes, localizando-as como sujeitos no contexto histórico e social da

transferência da capital federal para o Planalto Central que coincide com o período em que seus parentes migraram para a região em busca de uma vida melhor. (CARCERES, 2015)

Silva (2014), em sua tese *O entre da liberdade, as prisões: os feminismos que emancipam, prendem?: uma história do gênero feminino na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande (1970-2000)*, realizada na Penitenciária Regional Feminina do Seridó Desembargador Francisco Pereira da Nóbrega – Pereirão e apresentada à UFPE, discutiu sobre o envolvimento de mulheres em diferentes crimes, analisando os processos históricos de mudanças sociais ocorridas desde os anos 60, 70 e 80 do século XX no lugar da mulher a partir dos movimentos feministas nas ruas, nas academias que reivindicavam a entrada da mulher no mercado de trabalho e questionavam a mulher enquanto símbolo apenas da maternidade e casamento. (SILVA, 2014)

Colares (2011) apresentou a tese *Sociação de mulheres na prisão disciplinaridades, rebeliões e subjetividades*, apresentada à UFRS, com o objetivo de investigar a relação das mulheres com os delitos de drogas, na medida em que este delito tem redefinido a trajetória criminal feminina, ao mesmo tempo, em que essa relação adentra a penitenciária e põe em circulação interesses e uma lógica mercantil sustentada pela violência entre grupos. Neste sentido, buscou-se analisar as mudanças na morfologia das interações sociais na Penitenciária Feminina Madre Pelletier/RS, destacando os aspectos relativos aos controles formais e informais produzidos em meio aos jogos de poder pelos diferentes grupos que habitam a prisão no período entre 1990 e 2008, desconstruindo a percepção do encarceramento feminino centrado na singularidade, homogeneização e sujeição feminina frente a um único poder: o do Estado, e considerando o poder de forma disseminada entre os indivíduos, em suas diferentes posições na configuração prisional. (COLARES, 2011)

Andrade (2015) também abordou a temática em dissertação apresentada à UFSE, intitulada *Pela cortina do desvio: a trajetória de mulheres presas do presídio feminino de Nossa Senhora do Socorro-SE*, discorrendo sobre como se dá o

percurso dos desvios femininos a partir das trajetórias de vida das mulheres presas no Presídio Feminino de Nossa Senhora do Socorro, em Sergipe - PREFEM. O objetivo foi compreender a relação entre a mulher e a prática criminosa ao longo do tempo e apresentar o PREFEM a partir de sua estrutura física e controle social sobre as mulheres dentro da prisão, instituindo e legitimando papéis sexuais, discutindo a criminalidade feminina, associando à discussão sobre gênero e sobre a prisão. A autora considerou o percurso do desvio da mulher presa, através da análise de suas trajetórias de vida e da cultura desviante vivenciada na prisão. Nesse percurso, procurou considerar também as precárias condições de vida relacionadas ao desvio como forma de garantir a sobrevivência e orientado para a ascensão social: as “empresárias” no tráfico. Trouxe considerações acerca da convivência entre as presas e a criação da cultura desviante prisional e as mudanças pessoais promovidas pelas aprendizagens no encarceramento. (ANDRADE, 2015)

A trajetória no crime das mulheres presas foi objeto de tema em sete produções brasileiras da UFAM, UNB, UFBA, UFPE, UFRS e UFSE. Os aspectos subjetivos e relacionados à ressocialização também foram temas tratados nas produções objetos de nosso estudo e serão exibidas no tópico seguinte.

2.1.4 A Sociação, Subjetivação e a Ressocialização de mulheres nas Pesquisas Brasileiras

Santana (2012) apresentou a tese *A Casa dos Dias: A vida no cárcere feminino*, apresentada à UFPA, com o objetivo de abordar as percepções que as mulheres sentenciadas a regime fechado constroem sobre o sistema penal no qual estão inseridas, partindo do que as mesmas se referem / representam como sendo crime, justiça e liberdade. (SANTANA, 2012) Também Vinhas (2014) apresentou à UFRS a tese *Discurso, corpo e linguagem: processos de subjetivação no cárcere feminino*, com o objetivo de discutir os processos de subjetivação das apenadas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, interpretando os discursos descritos, partindo da perspectiva de que os processos de subjetivação são caracterizados por

identificações ancoradas no sujeito que se constitui como corpo, linguagem e história, tripé que constitui o discurso. (VINHAS, 2014)

Na dissertação *Poder e trabalho: análise dos Programas de ressocialização de apenadas do Estado do Espírito Santo*, apresentada à UFES, pela pesquisadora Lopes (2013) tratou de estudar como as apenadas vivenciam os programas de ressocialização, cujos objetivos são a promoção de cursos de capacitação profissional e a oferta de trabalho. A pesquisa fora realizada na Penitenciária Feminina de Cariacica (PFC), Cariacica, Espírito Santo e analisou o discurso de presidiárias e servidores de Instituição Penal do Espírito Santo sobre os programas de ressocialização que envolvem capacitação profissional e trabalho, desenvolvidos pela Secretaria de Justiça do Espírito Santo e parceiros. (LOPES, 2013)

Lema (2015), em sua dissertação de mestrado *O trabalho das mulheres no presídio feminino de Florianópolis: das funções declaradas às funções latentes e realmente cumpridas*, apresentada junto à UFSC. A autora buscou compreender como funciona o trabalho realizado pelas mulheres presas no Presídio Feminino de Florianópolis, verificando se o trabalho realizado por essas mulheres, direito/dever elencado em vários instrumentos jurídicos, em específico na Lei de Execução Penal (LEP), funciona conforme suas funções declaradas ou se, pelo contrário cumpre outra (s) função (ões) latente (s). (LEMA, 2015)

Em relação à educação, Scariot (2013) desenvolveu a dissertação *Práticas de leitura, escrita e letramento na penitenciária feminina em Cuiabá-MT: a visão da professora e suas alunas*, apresentada à UFMT, na qual abordou as práticas de leitura, escrita e letramento em uma sala de Primeiro Segmento na Penitenciária Feminina Ana Maria do Couto, em Cuiabá/MT, objetivando identificar as concepções e práticas pedagógicas para o ensino da leitura, escrita e letramento, que norteiam o trabalho docente no âmbito prisional (SCARIOT, 2013).

A tese *Os sentidos das experiências escolares nas trajetórias de vida de mulheres em privação de liberdade*, de autoria de Santos (2014), apresentada à UFSC, analisou quais são os sentidos das experiências escolares vividas por mulheres em privação de liberdade em suas trajetórias de vida. A pesquisa realizada

no Presídio Feminino de Florianópolis buscou também compreender como se inserem as práticas educativas em espaços prisionais, como se desenvolvem as trajetórias de vida dos sujeitos desta pesquisa e, de que forma se inserem as experiências escolares nesses trajetos. (SANTOS, 2014)

Já Gomes (2015) apresentou à UNB a dissertação *Programa Mulheres Mil: Uma oportunidade de reinserção social cidadã às reeducandas da penitenciária feminina do Distrito Federal*, através da qual procurou compreender as contribuições do Programa Mulheres Mil na vida das reeducandas, egressas dos cursos Estética Feminina e recepcionista, qualificadas e formadas pelo IFB - Campus Gama entre os anos de 2003 e 2004. Buscou saber também o que o acesso à formação profissional agregou às suas vidas, que expectativas foram geradas quanto ao incentivo à elevação da escolaridade e as possibilidades de inserção produtiva e mobilidade no mundo do trabalho, como objetiva o Mulheres Mil. (GOMES, 2015)

O mesmo tema foi problematizado por Pinel (2017), na dissertação *Educação em prisões: um olhar à formação profissional na penitenciária feminina do Distrito Federal*, apresentada à UNB. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a oferta de educação profissional na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. (PINEL, 2017)

O tema fora discutido por Universidades do DF, ES, MT, PA, RS e SC. No que tange à sexualidade da mulher encarcerada, o tema surgiu em três produções levantadas, conforme veremos a seguir.

2.1.5 A Sexualidade da Mulher Presa como Tema de Pesquisas no Brasil

A respeito da sexualidade da mulher presa, Guimarães (2015) apresentou à UFGO, a dissertação *A problemática da visita íntima no cárcere feminino: Um estudo de caso sobre a penitenciária feminina Consuelo Nasser*, através da qual verificou o exercício da sexualidade por meio da visita íntima de cônjuges e companheiros (as), no âmbito da Penitenciária Feminina Consuelo Nasser. Neste

contexto, analisou as relações de gênero, sexualidade e Direitos Humanos no cárcere feminino, bem como questões ligadas à identidade, representações sociais, controle corporal e criminalidade. (GUIMARÃES, 2015)

Silva (2015), na dissertação *Sentidos da sexualidade em mulheres privadas de liberdade: a interface de uma educação sexual emancipatória*, apresentada à UFMT, tratou da compreensão dos sentidos da sexualidade em mulheres privadas de liberdade, e, diante desta compreensão coletiva, apreender a possível perspectiva de uma emancipação sexual. A pesquisa fora realizada no âmbito do Anexo Penitenciário Feminino Estadual Dr. Osvaldo Florentino Leite Ferreira, Sinop/MT. (SILVA, 2015)

Paro (2016) apresentou à UFTO a dissertação *Visita íntima na unidade prisional feminina de regime fechado e provisório de Palmas/TO: sentidos e significados analisados sob o enfoque fenomenológico*. O estudo analisou o fenômeno da visita íntima na Unidade Prisional Feminina de Palmas/TO, sob a perspectiva das próprias mulheres encarceradas. (PARO, 2016)

O tema foi abordado na dissertação *“Faca só lâmina”*: um estudo dos papéis desempenhados pelas famílias nos processos de proteção social das mulheres presas no DF, de Alencastro (2017), apresentada à UNB. Nesta obra, a pesquisadora buscou identificar e analisar os papéis das famílias nos processos de proteção social das mulheres presas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, pensando, como foco, as possibilidades de acesso e manutenção do Programa Bolsa Família (PBF). (ALENCASTRO, 2017)

UFGO, UFMT e UFTO foram as Universidades, cujo objetivo foi abordar questões sexuais envolvendo as mulheres presas. A seguir, veremos produções, cuja temática envolve aspectos da identidade, comunicação e autoimagem das mulheres presas no Brasil.

2.1.6 A Identidade, Comunicação e Autoimagem das Mulheres Presas nas Pesquisas do Brasil

Em relação à identidade, comunicação e autoimagem, apresentamos a tese *Contradições e convergências nos discursos das presidiárias: patriarcalismo e sedução do consumo na prática criminosa feminina*, produzida por Oliveira (2016) pela UFAL. A pesquisa fora realizada na Unidade prisional de Santa Luzia, em Maceió, Alagoas. Lisiane Oliveira (2016) procurou analisar o sentido presentes nos discursos de presidiárias em Alagoas, identificando a formação ideológica na qual os sujeitos se inscrevem e as formações discursivas que perpassam seus dizeres. O objetivo foi compreender questões ligadas ao patriarcalismo também no universo do crime, como modo de produção vigente, através da identificação de discriminações de gênero, classe social e raça nos discursos das presas e compreender como as presidiárias são também afetadas pelo androcentrismo, verificando as marcas de discriminação de gênero nos seus dizeres. (OLIVEIRA, 2016) A pesquisa trouxe temáticas ligadas ao controle social e criminalização da pobreza; sexismo na divisão de tarefas no mundo do crime; à construção da imagem da mulher; ao narcotráfico; problematizando também as práticas racistas, sexistas e de classe no sistema punitivo; a análise da mulher e presidiária no discurso da mulher presa; a ordem simbólica dos gêneros nas relações afetivas entre homem e mulher e suas implicações nos crime praticados por mulheres; independência financeira e reincidência e a narcotraficante e a administração dos rendimentos do tráfico. (OLIVEIRA, 2016)

Em relação à Identidade da mulher presa, Coelho (2010), em sua dissertação *Para além do cárcere: o significado reeducativo da pena privativa de liberdade em uma instituição penal para mulheres em São Luís*, apresentada à UFMA, investigou sobre a organização e a manifestação do caráter reeducativo da pena privativa de liberdade no Centro de Reeducação e Inclusão Social de Mulheres Apenadas (CRISMA) de São Luis, Maranhão. O estudo analisou a proposta de reeducação como finalidade da pena privativa de liberdade; analisando o tratamento dado à mulher no contexto prisional e os efeitos do encarceramento sobre a identidade social da mulher presa. O objetivo foi mostrar como se manifestam as práticas

educativas e a oferta de atividades reeducativas, identificando como as detentas veem esse trabalho na instituição e em que medida elas consideram que esse contribui para sua inclusão social. (COELHO, 2010)

Na UFPA, Rodrigues (2013), na dissertação *Identidades submersas: Uma análise do cárcere feminino como crônica visual*, empreendeu estudo no Centro de Reeducação Feminino, Ananindeua, Pará. A autora procurou abordar a condição do feminino no cotidiano prisional, reconhecendo as implicações e reflexões identitárias e de gênero que surgem no processo de percepção da autoimagem fotográfica (negada em razão da falta de espelhos no cárcere), através dos relatos oral e memória das internas. (RODRIGUES, 2013)

A dissertação *No limite - A invenção de si no espaço prescrito e proscrito da prisão* foi apresentada à UFRS pela pesquisadora Leite (2012), cujo objetivo foi abordar o dia-a-dia da vida aprisionada, na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, localizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Além disso, procurou-se explorar as relações entre viver, conhecer e poder. Mediante vivências do coletivo dentro de uma instituição onde prima o modo indivíduo de subjetivação, questionar o indivíduo como fundamento para o Direito na criminalização e, conseqüentemente, para aplicação individual da pena, produzindo novos subsídios teóricos para o abolicionismo penal a partir da Psicologia. (LEITE, 2012)

Rodrigues (2013) produziu a tese *A dialética de transformação do self e do autoconceito: dimensões auto-refletidas no cárcere feminino*, apresentada à UFPE. Na pesquisa realizada nos espaços de cumprimento de pena e de prisão provisória situados na grande Recife, a autora abordou as transformações no autoconceito no universo prisional feminino, considerando que o encarceramento, em decorrência de envolvimento em ato delituoso, é, possivelmente, fator desencadeador de transformações. (RODRIGUES, 2013) Conceitos como *self* e autoconceito foram analisados, bem como os conteúdos linguísticos produzidos pelas mulheres encarceradas como forma de análise das subjetividades concentradas no contexto prisional. (RODRIGUES, 2013)

John (2014) apresentou à UFRS a tese *Mundos possíveis e telenovela: memórias e narrativas melodramáticas de mulheres encarceradas*. A pesquisa fora realizada no Presídio Regional de Itajaí/SC e objetivou conhecer como o cotidiano de mulheres em situação de confinamento se (re) configura a partir da mediação da telenovela nesse novo ambiente de socialização, buscando compreender de que modo o ver a telenovela nesse ambiente, bem como suas memórias de recepção do gênero e sua matriz cultural articulam mundos possíveis dentro da prisão. A pesquisa procurou compreender, ainda, como as memórias das telenovelas se articulam às memórias pessoais e qual a importância dessa narrativa no seu dia a dia prisional. (JOHN, 2014)

A tese *Fragments de uma genealogia de mulheres no contexto prisional: um estudo de relatos sobre a experiência de aprisionamento*, de Quadrado (2014), apresentada à UNB, problematizou as relações entre as experiências prisionais e a constituição de processos de subjetivação. Fora realizada na Unidade Prisional Feminina de Palmas/TO e abrangeu, mais precisamente, o estudo das experiências prisionais e suas implicações na conformação de subjetividades. Neste sentido, analisou como se configuram os campos de experiências e as condições que marcam a emergência dos discursos/verdades que sustentam os processos de subjetivação da mulher presa/ criminosa. O objetivo foi compreender as experiências de aprisionamento dessas mulheres autoras de crimes, buscando por meio de suas narrativas, fragmentos de suas experiências passadas - anteriores à prisão, envolvidas ou não na criminalidade -, e, no presente, as estratégias de sobrevivência e resistências, inscritas no cotidiano, nas atividades, nos sentimentos, nas formas de controle e nas relações sociais construídas e vivenciadas por elas na prisão. (QUADRADO, 2014)

A temática fora objeto da dissertação de Buckeridge (2011), *Por entre as grades: Um estudo sobre o cotidiano de uma prisão feminina*, apresentada à USP, cujo objetivo central foi traçar um panorama do cotidiano vivido dentro da Penitenciária Feminina do Estado de São Paulo e mostrar um olhar interior sobre a condição da mulher da mulher encarcerada. (BUCKERIDGE, 2011) Também Lago (2014), em sua dissertação apresentada à USP, *Mulheres na prisão: Entre famílias*,

batalhas e a vida normal, buscou compreender as elaborações produzidas por mulheres em privação de liberdade, que buscam conectar os mundos de dentro e de fora da prisão. (LAGO, 2014)

AL, MA, PA, PE, RS, UNB e USP foram as IES que objetivaram discutir aspectos subjetivos das mulheres encarceradas. O próximo tópico revela a intenção de parte da produção acadêmica em discutir a expressão religiosa das mulheres na prisão.

2.1.7 A Religião nas Prisões Femininas como Tema de Pesquisas no Brasil

Religião foi aspecto analisado. Oliveira (2012), em sua dissertação *A experiência religiosa no cárcere: O caso do Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão em João Pessoa – PB*, apresentada à UFPB, destacou a experiência religiosa vivida por presas, procurando analisar o campo religioso prisional feminino. A pesquisa fora realizada no Centro de Reeducação Feminina Maria Julia Maranhão, em João Pessoa, Paraíba e trouxe à tona a questão da religião no cárcere e a ação de grupos religiosos que atuam no cárcere, bem como o papel da fé no ambiente prisional feminino. (OLIVEIRA, 2012)

Santana (2013), na dissertação *Aceitar Jesus, porque Satanás atenta...": as conversões neopentecostais no presídio feminino de Sergipe*, apresentada à UFSE, analisou a religiosidade evangélica no presídio feminino de Recife, procurando compreender as condições sociais peculiares a esse contexto que contribuem para alto índice de conversão. A pesquisa fora realizada no presídio feminino Nossa Senhora do Socorro, em Sergipe e dissertou sobre a atuação das religiões neopentecostais no Presídio feminino Sergipano, analisando as mudanças que a conversão acarreta. (SANTANA, 2013)

Gama (2015), na sua tese *Inquérito nacional sobre violência na vida da população penitenciária feminina brasileira*, apresentada à UFCE, traçou o histórico de violência na vida de mulheres antes e após a prisão através de um inquérito nacional sobre violência e saúde. A pesquisa foi realizada em

Penitenciárias femininas de 8 Estados brasileiros e DF: PA, RO, CE, MT, MG, RS, PR, SP e traçou as tipologias de violências antes e no interior da prisão e seus perpetradores, abordando a frequência dos episódios de violência sofridos na prisão e os possíveis fatores associados à vitimização da mulher no interior da prisão. (GAMA, 2015)

PB, SE e CE foram os Estados nordestinos a pesquisarem a questão religiosa no cárcere feminino. Em relação ao racismo e sexismo institucionais, uma pesquisa da Bahia abordou o tema, conforme veremos no próximo tópico.

2.1.8 O Racismo e o Sexismo na Prisão em questão nas Pesquisas do Brasil

Akotirene (2014), em dissertação apresentada à UFBA, intitulada *Ó pa í, prezada!: racismo e sexismo institucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador*, analisou e procurou identificar, objetivamente, a intersecção do racismo e sexismo institucionais no Conjunto Penal Feminino de Salvador, Bahia, Complexo Penitenciário Lemos de Brito. (AKOTIRENE, 2014) Já a dissertação *As invisíveis do cárcere: interfaces identitárias de mulheres aprisionadas*, de autoria de Almeida (2018), apresentada à UFSE, descreveu o processo de construção histórica de subjetividades de mulheres presas do Conjunto Penal de Paulo Afonso, Bahia, destacando a diversidade de experiência e invisibilidade da condição do público feminino comparativamente ao público masculino prisional. Conceito de interseccionalidade e reflexões acerca da criminalidade feminina e as diferenciações de vivências no que tange ao encarceramento feminino e masculino foram problematizados neste trabalho. (ALMEIDA, 2018)

Essas foram as temáticas recorrentes nas produções brasileiras, as quais foram consideradas de forma central, a partir da identificação dos títulos e objetivos gerais descritos nas pesquisas. Embora os títulos e objetivos gerais tenham identificado uma temática específica, os resultados dessas pesquisas problematizaram também outras questões, ligadas a diferentes assuntos envolvendo encarceramento feminino, que, basicamente, subdividem-se em quatro eixos principais, quais sejam:

saúde, maternidade, condições materiais e subjetividades da mulher presa. Essas problematizações serão abordadas nos capítulos seguintes.

3 SAÚDE E MATERNIDADE NA PRISÃO: AS PROBLEMATIZAÇÕES RECORRENTES NAS PRODUÇÕES BRASILEIRAS

Da leitura dos resultados das pesquisas, considerados aqueles que demonstram as adversidades que envolvem o aprisionamento feminino, emergiram tópicos que expõem o que fora problematizado nas produções acadêmicas do Brasil e que envolvem questões de saúde e maternidade na prisão. Este capítulo se destina à exposição dessas problematizações, separando-se, por seções, questões ligadas à saúde (física e mental) da mulher presa e questões relacionadas à maternidade na prisão.

3.1 A REVISÃO DE LITERATURA QUANTO À SAÚDE FÍSICA E MENTAL DA MULHER APRISIONADA

Ao explorar as problematizações que envolvem a saúde física e mental da mulher presa, verificamos, na revisão de literatura das IES públicas do País, as seguintes questões levantadas:

3.1.1 Dificuldades na Prestação de Assistência à Saúde da Mulher Presa

Um dos estudos a problematizar a assistência à saúde para mulheres na prisão, foi o de Oliveira (2016), da UFPB, que mostrou que, no ano de 2003, foi implementada a Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão em Saúde no SUS (HumanizaSUS), cujo objetivo foi ultrapassar a promoção da humanização no ambiente hospitalar e atingir outros níveis de atenção à saúde, lançando propostas a nível de atendimento, qualificação dos serviços prestados e gestão dos princípios e diretrizes do SUS. (OLIVEIRA, 2016) A inserção do trato humanizado à população penitenciária significa não apenas um rompimento com as barreiras impostas pelo estigma do cárcere, mas também uma luta de combate à negação de direitos, historicamente, impetrada na vida das pessoas que cumprem pena privativa de liberdade. (OLIVEIRA, 2016)

Entretanto, a pesquisa de Shirley Oliveira (2016) demonstrou que, mesmo havendo comprometimento por parte dos profissionais, nem sempre há condições suficientes para promover tal princípio no ambiente prisional feminino. (OLIVEIRA, 2016) A autora explica que, para a manutenção de um funcionamento regular num PSP, é necessário, conforme aponta Barbosa, (*apud* OLIVEIRA, 2016) que a unidade de saúde possua condições físicas estruturadas, disponibilidade de materiais e insumos para a realização dos atendimentos. Porém, a pesquisadora afirma que o setor de saúde, na unidade pesquisada, conta apenas com uma sala específica para a Assistente Social e outras salas destinadas aos consultórios odontológicos, médicos e de enfermagem. Os estudos de Oliveira (2016) revelaram que os recursos tecnológicos, avaliados como “ruim”, apresentam-se como aspecto dificultador do trabalho dos profissionais de saúde, os quais, juntamente com a disposição de materiais, costumam ser viabilizados a partir de ações particulares com iniciativa própria dos servidores da saúde e/ou doações de terceiros. (OLIVEIRA, 2016)

O estudo da UFRS de Teixeira (2017), também caracterizou a assistência à saúde no ambiente prisional, como ineficiente. As mulheres desse estudo destacaram o abandono e falta de informação sobre os cuidados que devem ser tomados na busca pela prevenção e promoção a saúde (TEIXEIRA, 2017). O estudo paulista de Fernandes (2013) constatou que, no que tange aos aspectos preventivos e de cuidados com a saúde, embora as mulheres aprisionadas tivessem demonstrado conscientização sobre a importância da prática regular de atividades físicas diariamente, muitas alegavam que as atividades cotidianas da Unidade (trabalho, cursos, estudos, etc.) e as preocupações sociais e familiares, deixavam-nas muito cansadas. (FERNANDES, 2013)

A seguir, veremos os aspectos envolvendo a incidência de hipertensão arterial problematizados nas pesquisas.

3.1.2 Prevalência de Hipertensão Arterial Sistêmica em Mulheres Encarceradas

O estudo da UFCE apontou que, em uma população de 1.295 mulheres em cárcere no Brasil, há uma prevalência de HAS de 24,4%. O aumento da idade, ser negra e obesa, dividir cela com maior número de presas e ter colesterol alto também foram independentemente associados à maior prevalência de HAS. (SILVA, 2017) Um fator que também contribui para o aumento do colesterol é o fato de que mulheres que consumiam drogas antes do cárcere substituírem o vício por alimentos. (SMOYER AB; BLANKENSHIP KM *apud* SILVA, 2017)

O estudo de Silva (2017) demonstrou também que a superlotação, a precariedade e a insalubridade tornam as prisões um ambiente propício ao desenvolvimento de estresse e, conseqüentemente, de doenças, o que configura um dos problemas crônicos mais graves que afligem o sistema penitenciário. (BRASIL *apud* SILVA, 2017) A ansiedade e o estresse desenvolvido no ambiente de superpopulação prisional, (MANSOOR *et al apud* SILVA, 2017) apresentam-se como importantes fatores de risco para o aumento de prevalência da Hipertensão. (FONSECA *et al apud* SILVA, 2017)

As mulheres em cárcere, além de compartilharem com as mulheres em liberdade dos mesmos fatores de risco para a HAS, ainda sofrem influência do contexto do ambiente prisional que também contribui para o adoecimento. (SILVA, 2017) Em relação à incidência do tabagismo e alcoolismo nas prisões femininas, o tópico seguinte traz as problematizações enfrentadas nas pesquisas levantadas.

3.1.3 Tabagismo e Alcoolismo nas Prisões Femininas do Brasil

O estudo cearense de Silva (2017) constatou que, embora o tabagismo não tenha sido associado com HAS nas mulheres presas, é preciso entender que o mesmo é parte integral da cultura das prisões e funciona como dinheiro, como medida de controle social, como relaxante e como símbolo de liberdade em um grupo com poucos direitos e privilégios. (BUTLER *et al apud* SILVA, 2017) O uso

do álcool também tem sido usado como um alívio para o estresse, já que as reclusas fabricam a própria bebida alcóolica, fermentando alimentos ou utilizando de forma irregular outras fontes de álcool não próprias para o consumo. (SILVA, 2017)

Dados de outro estudo da UFCE, sobre o uso de drogas, realizado por Nicolau (2010), mostraram histórias em que o cigarro, o álcool e as drogas ilícitas estiveram fortemente presentes. O hábito de fumar foi o mais frequente (67,1%), até mesmo pelo fato de ser permitido dentro da instituição. Durante o desenvolvimento da pesquisa, a pesquisadora constatou que algumas mulheres relataram não fumar antes de serem presas, mas que, depois, adquiriram este hábito como forma de aliviar as tensões da vida na prisão. (NICOLAU, 2010)

A ocorrência de DST's também fora outra questão verificada nas pesquisas. O tópico seguinte traz as abordagens realizadas nesses aspectos nas produções.

3.1.4 Incidência de DST's em Mulheres Presas

No estudo da UFCE, Carvalho *et al*, (*apud* NICOLAU, 2010) ao investigar a prevalência de DST entre mulheres detentas do Estado do Rio de Janeiro, mostrou que 31,9% tiveram alguma DST antes da prisão, sendo a mais frequente a sífilis (11,7%). A porcentagem de DST após a prisão foi de 78,8 %, e a sífilis mais uma vez foi a mais frequente. (NICOLAU, 2010) Outro estudo da UFCE, de Freire (2017) sobre fatores associados à testagem para o HIV e soroprevalência de HIV na população penitenciária feminina do Brasil, constatou-se que apenas 10% das presas recebem visita íntima uma vez por semana. (FREIRE, 2017)

Considerando as características específicas de mulheres em ambiente prisional verificadas em achados na literatura, essa população é descrita particularmente como vulnerável à infecção do HIV. (SCHAPER *apud* SILVA, 2017) Vale ressaltar, que fatores relacionados às péssimas condições dos estabelecimentos prisionais, também podem contribuir na vulnerabilidade dessas mulheres, como a superlotação e a deficiência na oferta de serviços de saúde. (STRAZZA *et al*; KAMARULZAMAN *et al apud* SILVA, 2017)

A dificuldade do acesso à saúde e aos programas relacionados ao HIV/Aids no sistema penitenciário tem sido uma barreira para o diagnóstico precoce para o HIV no ambiente prisional. O estudo revelou que a chance de ter feito o teste para o HIV na prisão foi maior entre as mulheres que já haviam sido presas três ou mais vezes do que naquelas que haviam sido presas somente uma vez. A dificuldade de acesso à saúde tem um enorme impacto na vida de mulheres que se encontram em prisões e que vivem com o HIV na prisão. (SILVA, 2017)

No estudo de Nicolau (2010), quando indagadas sobre o uso de tatuagens e *piercings*, observou-se que, mais da metade das mulheres, ou seja, 99 (63,9%) possuíam tatuagens e 25% usavam *piercings*. Neste caso, o problema está no fato de que muitas fazem o procedimento dentro da prisão, com uso de materiais inadequados, sob condições precárias de higiene e sem nenhuma segurança biológica. (NICOLAU, 2010) As tatuagens comumente são feitas sem higiene e com materiais inadequados compartilhados, tanto por detentas no interior das instituições prisionais, quanto por outras pessoas, em locais como domicílio e ruas. Todas são igualmente leigas sobre o manuseio adequado de objetos perfurocortantes e desconhecem os possíveis danos causados a saúde. (GIORDANI; BUENO *apud* NICOLAU, 2010) Tal realidade evidencia a omissão do Estado, que subestima a importância de ações educativas e preventivas voltadas as DST/HIV que se proponham a diminuir os riscos de contaminação do HIV e outros patógenos devido à prática inadequada de tatuagens e *piercings* dentro e fora das prisões. (NICOLAU, 2010)

No que tange à prática do uso de preservativo, a avaliação de Nicolau (2010) sobre a consciência das participantes acerca do uso do preservativo masculino, evidenciou que apenas 22,6% tinham conhecimento adequado, apesar da totalidade já ter ouvido falar sobre esse método, o que demonstra uma superficialidade da instrução adquirida. Esse problema se mostrou ainda mais evidente quando da análise referente ao uso do preservativo feminino, o provocou na pesquisadora a preocupação sobre como as orientações estão chegando a essas mulheres e por quem estão sendo repassadas. (NICOLAU, 2010)

A desinformação também se dá sobre os diversos tipos de DST, as apresentações assintomáticas e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde antes do encarceramento, bem como depois, favorecem a não identificação dessas patologias por parte da população e a subestimação desses acometimentos (NICOLAU, 2010). A pesquisa da UFRS de Teixeira (2017) também constatou que a maioria das mulheres respondeu negativamente em relação ao conhecimento dessas doenças, o que contribui para o surgimento de novos casos e uma maior incidência para as doenças oportunas. (TEIXEIRA, 2017)

A saúde mental é outra importante questão, cujas complexidades foram tratadas nas pesquisas. O tópico a seguir traz essas considerações.

3.1.5 Saúde Mental das Mulheres Encarceradas

O estudo paraense de Moraes (2015) evidencia abalo na saúde mental das mulheres presas. A pesquisadora demonstrou, em seu trabalho, o uso excessivo de medicações controladas – psicofármacos - pelas presas. Segundo a autora, aproximadamente, 70% das prisioneiras fazem uso dessas medicações, principalmente por sintomas relacionados à depressão e à ansiedade. Na maioria dos casos, a medicação é prescrita pelo médico psiquiatra, em atendimentos clínicos, de curta duração, em que se busca avaliar os sintomas, diagnosticar a patologia e prescrever a medicação para o tratamento. (MORAES, 2015)

Quanto aos motivos pelos quais as mulheres presas fazem uso de medicação psicotrópica, o estudo da UNB, realizado na PFDF, de Abdelaziz (2017), constatou que a maior concentração é devido à insônia (40%, 32). Em seguida, foram mencionados a ansiedade (31%, 25), depressão (21%, 17), abstinência de drogas (18%, 14), agressividade (11%, 9), crises convulsivas (9%, 7), surto psicótico (6%, 5), tentativa de suicídio (2%, 2), automutilação (1%, 1), depressão pós-parto (1%, 1) e esquizofrenia (1%, 1). Do total de mulheres presas em uso de medicação psicotrópica, 65% apresentam histórico de tentativa de suicídio. (ABDELAZIZ, 2017) Com base no levantamento feito por Abdelaziz (2017), a mulher presa usuária

de medicação psicotrópica é marcada pelos domínios de precariedade da vida, como uso de drogas e itinerário carcerário. (ABDELAZIZ, 2017)

Na ótica de muitos membros da equipe de saúde, as prisioneiras, no mais das vezes, passam a consumir essas medicações quando chegam à penitenciária, parecendo ser esta uma estratégia para lidar com o sofrimento produzido dentro da própria instituição. A distância da família e dos amigos, a ausência de atividades significativas, as condições da estrutura física, a incerteza quanto à sua condição jurídica são aspectos que contribuem para os processos de sofrimento das prisioneiras. Em grande medida a medicação acaba sendo o recurso mais "simples" (e aparentemente um dos únicos disponíveis) utilizado para lidar com esses fatores. (MOARES, 2015)

Um outro ponto verificado foi em relação ao acompanhamento ginecológico pelas mulheres no ambiente prisional. A pesquisa desenvolvida por Nicolau (2010), no Ceará, trouxe considerações nesse sentido, como veremos no próximo tópico.

3.1.6 A Falta de Acompanhamento Ginecológico em Mulheres Presas

No que tange ao acompanhamento ginecológico na instituição prisional, os dados apresentados na produção cearense por Nicolau (2010) demonstraram que 65 mulheres (42%) já realizaram o referido acompanhamento médico. Entretanto, a maioria nunca passou por este serviço após ingressar na prisão. Ressalta que 21 (13,5%) são recém-chegadas na instituição, o que pode estar relacionado a alta frequência de mulheres que não foram contempladas. (NICOLAU, 2010)

Isso se apresenta como um problema porque, dentro das instituições prisionais, o acompanhamento ginecológico ganha uma maior conotação, tendo em vista as vulnerabilidades inerentes a população feminina reclusa. (NICOLAU, 2010) Neste contexto, a consulta pode configurar um importante momento de aconselhamento, orientação e fornecimento de preservativos, além da identificação de agravos. (NICOLAU, 2010)

A seguir, expomos questões verificadas no que tange à problemática envolvendo visitas íntimas das mulheres presas. Neste sentido, os trabalhos trouxeram importantes considerações, conforme veremos.

3.1.7 Obstáculos para Receber Visitas Íntimas

Na pesquisa desenvolvida na UFCE, verificou-se que a visita íntima em instituições prisionais está assegurada pela Resolução no 01, de 30 de março de 1999, para homens e mulheres privados de liberdade, porém, as mulheres enfrentam maiores problemas para o alcance desse direito. (NICOLAU, 2010) O estudo de Nicolau (2010) observou-se que, de 107 mulheres que possuem parceria sexual, apenas 15 (14,1%) desfrutam da garantia desse direito. A proporção de mulheres heterossexuais com parceiros e sem visita íntima foi a mesma de mulheres homossexuais com parceiras e sem visita íntima, sendo representada por 46 (43%) cada situação. (NICOLAU, 2010)

Na Penitenciária Feminina do Estado do Ceará, local da pesquisa de Nicolau (2010), a visita íntima é realizada em um espaço chamado Venustério destinado para este fim. Consiste em um quarto com banheiro em que o casal pode permanecer por até duas horas quinzenalmente. Apenas mulheres heterossexuais casadas ou que tenham como comprovar a união consensual são beneficiadas. Estas recebem preservativos com mais frequência e quantidade que as demais. As mulheres homossexuais e aquelas que não possuem ou não tem como comprovar uma relação consensual não se beneficiam pela visita íntima, contrariando o estabelecido na Resolução no 01, de 30 de março de 1999. (NICOLAU, 2010)

Segundo Ana Nicolau (2010), as desigualdades de gênero sancionadas pela sociedade e suas instituições são constatadas quando se observa que, para os homens, a visita íntima foi introduzida há muito mais tempo e com regras flexíveis. Neste sentido, para homens presos, a visita íntima possibilita mais encontros e com diferentes parceiras porque não discriminam outros tipos de vínculo. No caso das mulheres, estas precisam comprovar um vínculo, existindo uma maior preocupação com o controle da sexualidade e seus riscos, o que vem dificultando a implantação

de meios que assegurem esse direito as mulheres reclusas. O maior controle da sexualidade também pode estar relacionado às ligações entre esta e a gravidez e a maior vulnerabilidade das mulheres as DST/HIV. (LIMA *apud* NICOLAU, 2010)

A pesquisa realizada na UFGO, por Guimarães (2015) verificou que aquelas que não possuem companheiro podem manter contato íntimo com homens que estão presos no complexo prisional de Aparecida de Goiânia. Em razão da própria localização geográfica da penitenciária feminina, as mulheres em situação de cárcere são escoltadas por agentes prisionais, aos domingos, até a penitenciária masculina contígua (POG ou CPP), com a autorização da direção das unidades prisionais envolvidas. Lá dentro da POG, dezenas (centenas) de barracas são improvisadas pelos presos para receber as visitas aos domingos – essas construções foram chamadas de minifavelas pelo CNPCP no relatório de inspeção carcerária de 2012. (GUIMARÃES, 2015)

A partir das observações feitas em campo, Guimarães (2015) percebeu que, na cadeia, os relacionamentos se iniciam e se dissolvem com mais facilidade e rapidez. A partir das falas das interlocutoras, a autora constatou que várias são as razões que levam mulheres presas a manter contato íntimo com homens, também presos, durante o período em que cumprem pena. Algumas disseram que um relacionamento afetivo na prisão ajuda a passar o tempo. “*É mais fácil puxar cadeia*”, muitas repetiram. Outras afirmaram que se sentem sozinhas e carentes. Algumas delas relataram que vão à POG aos domingos em troca de drogas, dinheiro e proteção. (GUIMARÃES, 2015)

Neste sentido, também na prisão, o corpo é negociado entre os parceiros. São inúmeras as possibilidades. Troca-se sexo por sexo. Troca-se sexo por prazer. Sexo por afeto. Sexo por dinheiro ou drogas. Sexo por proteção. Na dinâmica verificada, algumas mulheres presas na CIS mantêm relações sexuais (dar) com homens presos na POG (receber), que, em troca (retribuir), dão sexo, companhia, dinheiro, proteção e drogas. Essas relações são estruturantes de ações sociais complexas (totais) nas quais a reciprocidade está posta. (GUIMARÃES, 2015)

A partir da compreensão de Mariana Guimarães (2015), entendemos que a visita íntima, nos moldes observados na CIS, não pode ser concebida, a partir do paradigma da dádiva, como uma simples troca estabelecida entre homens e mulheres adultos e capazes para formar alianças. É que o “dar”, o “receber” e o “retribuir”, além de possuírem a faculdade de formar sociabilidades, apresentam também uma capacidade de “deformar percepções”. (DIAS *apud* GUIMARÃES, 2015)

Quando mulheres são forçadas a trocar sexo por dinheiro, para manter o vício nas drogas ou para garantir comida, não são livres no exercício de sua sexualidade. (GUIMARÃES, 2015) Em razão da precariedade e do abandono que marcam o cárcere feminino, a visita íntima se transformou em um instrumento de opressão e subjugo, atentando contra o “direito democrático à sexualidade”. Lá, o direito à sexualidade não é emancipatório. (RIOS *apud* GUIMARÃES, 2015)

Da observação em campo, Guimarães (2015) conclui que a concessão da visita íntima no complexo prisional de Aparecida de Goiânia não decorre da compreensão de que se trata de direito do/a preso/a. Embora o discurso oficial seja diferente, a administração penitenciária, na prática, também utiliza a visita íntima como objeto de troca. (GUIMARÃES, 2015)

Com os homens, troca sexo por paz na cadeia. As mulheres são o objeto da troca. Para que os homens não virem a cadeia, a direção troca o sexo das mulheres pela contenção dos ânimos. Dessa forma, sob o pretexto de se assegurar a visita íntima na penitenciária feminina Consuelo Nasser, a administração penitenciária, atendendo a seus próprios interesses, viola a dignidade da mulher presa, pois utiliza seus corpos na relação de troca que estabelece com os homens presos. (GUIMARÃES, 2015)

Se entre as mulheres presas – e entre elas e os homens presos – o paradigma da dádiva pode ser observado nas trocas realizadas para garantir coexistência (sociabilidade), não há, entre elas e a administração penitenciária, solidariedade. É que as mulheres em situação de cárcere não têm muito a oferecer. Como são poucas, e “dóceis”, elas não representam risco. Se não ameaçam a direção, porque seu

controle já é facilitado, não justificam trocas. Por outro lado, com os homens presos a administração penitenciária estabelece uma verdadeira aliança (solidariedade). (GUIMARÃES, 2015)

Assim, no cárcere masculino, a administração penitenciária, para garantir o comando, faz concessões, tolerando celulares, televisões, geladeiras, churrasqueiras, drogas e armas. E mais: permite que mulheres presas na CIS sejam “levadas” à POG, aos domingos, antes da entrada das mulheres “oficiais”. Os homens presos retribuem tanta benevolência. O comando da cadeia, em nome da aliança, impede rebeliões, motins e, principalmente, que a cadeia vire. Assim, as mulheres, ou melhor, seus corpos, são “dados” pela direção e “recebidos” pelos presos aos domingos, na dinâmica lá estabelecida para a concessão do “direito” à visita íntima. A administração penitenciária – a quem queira acreditar – diz que assegura o direito à visita íntima às mulheres presas na penitenciária feminina Consuelo Nasser. (GUIMARÃES, 2015)

Da leitura da pesquisa da UFTO de Paro (2016) verificamos, que, além da vulnerabilidade social enfrentada pelas presidiárias, diversos outros pontos chamaram a atenção, principalmente aspectos de cunho emocional. A reiterada fala sobre a carência afetiva e a sensação de solidão e abandono vivenciada – sentimentos estes potencializados pela falta ou dificuldade em receber visita íntima – gera reflexos psíquicos e, inclusive, sobre seus comportamentos disciplinares. (PARO, 2016) O autor verificou que todas as entrevistadas, de uma forma ou de outra, tocaram nesse assunto.

Constatou-se, ainda, a verbalização de que sentem desigualdade e discriminação de gênero, pois acreditam que nos presídios masculinos o contato sexual é mais facilitado quando comparado com o ambiente feminino. Extraíu-se, também, que metade de seus maridos ou companheiros se encontravam presos em regime fechado em outros estabelecimentos penais, fato este que, na concepção das mesmas, impossibilitava o contato pessoal e sexual entre eles. (PARO, 2016)

O estudo de Paro (2016) constatou que a estrutura de encarceramento voltada à visita íntima, bem como observar os respectivos espaços físicos da UFPF. O

descontentamento estrutural para se receber a visita conjugal apareceu em praticamente todas as falas. O autor revela que, de acordo com as mulheres participantes, a visita íntima ocorre dentro de um pequeno banheiro que fica localizado no interior da sala onde são lecionadas as aulas da escola. Não há espaço suficiente, não possui chuveiro para a higiene do casal e o tempo é muito exíguo, não proporcionando qualquer tipo de privacidade ou intimidade apta a fortalecer o vínculo afetivo ou reforçar o laço conjugal. (PARO, 2016)

Trata-se de circunstâncias que geram, nessas mulheres, sensação de falta de privacidade e de intimidade, vergonha, constrangimento e exposição. Todas as mulheres entrevistadas por Marcelo Paro (2016) encontravam-se em idade sexualmente ativa e, com exceção de apenas uma, possuíam filhos. Os relatos sobre a importância das relações sexuais dentro do cárcere foram uníssonos. Houve manifestações de que a falta da visitação conjugal, somado à carência pelo distanciamento de seus companheiros, deram ensejo ao surgimento de relacionamentos homossexuais, alguns circunstanciais (somente enquanto privadas de suas liberdades) e outros duradouros (se mantiveram após o cumprimento da pena). (PARO, 2016)

A masturbação feminina foi aspecto abordado por Paro (2016) em sua pesquisa. A autora traz problematizações em torno do tema, conforme veremos no próximo tópico.

3.1.8 Masturbação Feminina nas Prisões

O tema da masturbação feminina fora abordado na pesquisa de Paro (2016) da UFTO, relatando que o tema fora pouco explorado nos discursos das mulheres presas, provavelmente pelo desconforto e tabu que o assunto provoca, até hoje, em uma sociedade, historicamente, conservadora, mesmo após as inúmeras conquistas da mulher ao longo deste século. (PARO, 2016) Trindade e Ferreira (*apud* PARO, 2016) observaram o mesmo fenômeno em sua pesquisa e levantaram duas hipóteses para essa ocorrência: as mulheres não se utilizam da masturbação por acreditarem não ser um comportamento normal e adequado ou se utilizam, não compartilham

com ninguém por se tratar de algo de foro íntimo. A conclusão é de que existe a prática do auto prazer entre as presidiárias como alternativa à falta de contato sexual masculino, todavia, isso não é exteriorizado em seus discursos pela vergonha que o assunto lhes revela. (PARO, 2016)

Em relação ao uso de drogas, o tópico a seguir traz as análises nesse sentido, as quais foram abordadas nos trabalhos de Nicolau (2010).

3.1.9 Ocorrência do Uso de Drogas Consideradas Ilícitas nos Estabelecimentos Prisionais Femininos

Nicolau (2010) abordou o assunto no trabalho da UFCE, demonstrando que um estudo sobre a prevenção do HIV/aids com 290 detentas de uma penitenciária feminina de São Paulo, apontou que o uso de droga foi referido por 187 mulheres (70%). A investigação do tipo de drogas apontou que a mais utilizada por 61% detentas foi a maconha, seguida da cocaína (47%) e do crack (43%). (STRAZZA; AZEVEDO; CARVALHO *apud* NICOLAU, 2010)

Este é um dado preocupante, tendo em vista a extrema dependência que causam. A alta prevalência do uso de substâncias entre presidiários se constitui em um importante problema de saúde pública. (NICOLAU, 2010) Os transtornos por uso de substâncias psicoativas exercem considerável impacto sobre os indivíduos, suas famílias e a comunidade, determinando prejuízo à saúde física e mental. (CHALUB; TELLES *apud* NICOLAU, 2010)

O tópico a seguir traz aspectos debatidos na produção de Akotirene (2014) relacionados à saúde da mulher negra. Em suas considerações, Akotirene (2014) coloca que a falta de atenção às especificidades da mulher negra promove a institucionalização do racismo no ambiente prisional, conforme veremos a seguir.

3.1.10 A Saúde da Mulher Negra em Situação de Prisão

O trabalho da UFBA, de Akotirene (2014), mostrou que, de acordo com Oliveira, (*apud* AKOTIRENE, 2014) especialista em Saúde da População Negra,

embora as doenças das mulheres em geral tenham múltiplas causas, a maioria está associada ao desemprego e à sobrecarga de tarefas domésticas, enfermidades postas às mulheres negras, por ser maioria no cenário de vulnerabilidade social. A autora explica que, nas prisões femininas, a ausência de médicos e de profissionalização pautada em atendimento especial à saúde da mulher negra, perfil racial majoritário do segmento encarcerado, revela, nos diabetes, nos miomas, na hipertensão, na obesidade, na alta prevalência de HIV/AIDS, nos distúrbios mentais e emocionais, o diagnóstico de morte social das mulheres negras encarceradas. (AKOTIRENE, 2014)

As mulheres negras quando portadoras de miomas em geral, perdem seus úteros, o que significa que negra com mioma, na prática, poderá ter no horizonte a certeza de perder, muitas vezes desnecessariamente, a possibilidade de reprodução. (OLIVEIRA *apud* AKOTIRENE, 2014) A vulnerabilidade epidemiológica da população negra atesta, ao mesmo tempo, a inferioridade atribuída pela instituição à mulher negra, na concepção de que, na saúde, as mulheres encarceradas vivem a condição de inferiorizadas porque são doentes, simultaneamente à condição de doentes por serem negras. (AKOTIRENE, 2014)

Neste sentido, nos serviços públicos destinados às encarceradas, persiste a conclusão de que, para mulheres negras, a chance de prestação de atendimento adequado não racista e não sexista pelo Estado envereda pela ausência de controle social para avaliação de tal direito. (AKOTIRENE, 2014) Fora das grades, a saúde, da forma holística como vem sendo pautada socialmente, atesta que o racismo e sexismo institucionalizados adoecem as mulheres. (AKOTIRENE, 2014)

Colocadas as problematizações relacionadas à saúde da mulher presa, passamos às considerações acerca das complexidades da maternidade na prisão.

3.2 A REVISÃO DE LITERATURA QUANTO A MATERNIDADE DA MULHER APRISIONADA

Ao explorar as problematizações que envolvem questões ligadas à maternidade da mulher presa, verificamos, na revisão de literatura das IES públicas do País, as seguintes questões levantadas:

3.2.1 A Maternidade antes do Ingresso na Prisão

No estudo maranhense, Marques (2011) constatou que as 10 mulheres entrevistadas na sua pesquisa apresentavam um total de 29 filhos, 24 dos quais menores de 18 anos de idade. Duas mulheres entrevistadas já eram avós. A maioria delas possuía quatro ou mais filhos. Os dados referidos tornam-se ainda mais alarmantes se considerarmos que 09 (nove) entre as 10 (dez) mulheres entrevistadas referiram residir com seus filhos antes do encarceramento, sendo que 08 (oito) delas residiam só com os filhos. (MARQUES, 2011) Consoante dados do IBGE, aproximadamente 25% das famílias brasileiras são atualmente são chefiadas por mulheres, a maioria de baixa renda, configurando uma categoria sociológica emergente: os novos pobres. (GUIMARÃES *et al apud* MARQUES, 2011)

Os depoimentos constantes na pesquisa da UFSC, de Birolo (2010) revelaram o tráfico como oportunidade para conquistas financeiras com o propósito de satisfazer as necessidades da família, o que coloca a mulher em condição de mantenedora ou, pelo menos, parceira do homem na responsabilidade de manter a família. (BIROLO, 2010) A feminização da pobreza resulta da entrada das mulheres na força de trabalho e da permanência na execução da maior parcela do trabalho doméstico, assim como mudanças na estrutura e composição das famílias. Tais dados mais uma vez reforçam que o elevado índice de encarceramento materno repercute direta e drasticamente na dinâmica de vida que essas crianças levavam até então. Neste sentido, pode-se afirmar que o encarceramento da mãe em particular, acaba por representar causa significativa de dissolução familiar. (MARQUES, 2011)

Ao analisar com quem as crianças passaram a residir após o encarceramento de suas mães, Marques (2011) identificou um pequeno número de crianças que passaram a residir com os pais biológicos após o encarceramento das mães. Todas as entrevistadas com mais de um filho referiram que estes foram separados após o seu encarceramento. Em alguns casos, diante da recusa de parentes para cuidar das crianças, as mães precisaram recorrer a conhecidos para cuidar dos filhos, de modo que os irmãos que residiam juntos antes da prisão materna, depois deste evento, além de afastados da mãe, também se viram afastados dos irmãos, pois alegaram que era mais difícil encontrar pessoas dispostas a aceitar a presença de todos os irmãos numa mesma casa. (MARQUES, 2011)

A mesma pesquisa aponta que muitas mulheres presas continuavam a prover o sustento de seus filhos, ao destinar àqueles que deles cuidam, os recursos auferidos com seu trabalho na prisão. A atividade que as mães presas exercem no interior do cárcere é, no mais das vezes, destinada por elas para o cuidado com os filhos. (MARQUES, 2011) Este fato ajuda a entender porque o momento de volta à liberdade, do mesmo modo que o momento da prisão, pode ser marcado pela angústia e medo sobre a existência de recursos para prover os filhos, pois uma vez extinta a pena, cessa também a única fonte de recursos que mantinha os filhos até então. (MARQUES, 2011)

Falamos sobre circunstâncias trazidas com a mulher, quando ela já vivencia a maternidade antes de entrar na prisão. Verificamos, porém, que a maternidade na prisão, traz problemáticas diferentes a depender do período em que essa maternidade se dá, se antes, durante ou pós prisão. Nesse sentido, o tópico seguinte traz as considerações em relação à maternidade vivenciada no cárcere e, mais adiante, a gestação no ambiente prisional.

3.2.2 A Maternidade Exercida no Cárcere

Nos estudos alagoanos de França (2015) demonstrou-se que a mulher mãe encarcerada experimenta o sentimento de culpa por terem se colocado e colocado seus filhos em tal situação. Esse sentimento nasce do receio das mães presas em

relação aos seus futuros vínculos com seus filhos, dado os sentimentos de angústia e punição perante a possibilidade de eles não compreenderem as razões da prisão ou reproduzirem seus erros. (PIRES *apud* FRANÇA, 2015)

A consequência desta culpa é a possibilidade de rompimento completo da manutenção do vínculo mãe-filho, tendo em vista que muitas presas preferem devolvê-los à família ou entregá-los à adoção a vê-los vivendo dentro do ambiente prisional. (QUEIROZ *apud* FRANÇA, 2015) Neste caso, os processos históricos e a situação biograficamente determinada das mulheres motivam as percepções subjetivas da culpa experimentada pelas mulheres mães presas, tendo em vista o não cumprimento do modelo ideal de mãe e mulher, imposto pela sociedade, gerando consequências importantes para a formação e/ou manutenção do vínculo com seus filhos. (FRANÇA, 2015)

Os estudos de França (2015) também revelaram que a maternidade em situação de prisão é caracterizada por apreensões relacionadas às condições ambientais que compartilham mães e filhos dentro da prisão, à assistência de saúde oferecida às crianças e à distância do cuidado dos filhos deixados do lado de fora da prisão. (SILVA; LUZ; CECCHETTO *apud* FRANÇA, 2015) No que diz respeito à assistência à saúde, a falta de recursos e de profissionais capacitados no sistema prisional repercutem em sérios danos à saúde da mãe e ao recém-nascido. (MILITÃO; KRUNO *apud* FRANÇA, 2015)

Ademais, ficou claro para a autora que tanto a amamentação, quanto a alimentação não ocorrem de maneira adequada. (FRANÇA, 2015) Neste sentido, diante da estrutura disponível no ambiente prisional, as mulheres mães privadas de liberdade atribuíram os significados subjetivos da sensação de insegurança ao experimentar a maternidade na reclusão, tendo em vista, sobretudo, à falta de atenção às suas necessidades, bem como às de seus filhos. (FRANÇA, 2015)

A seguir, conforme colocado no tópico anterior, exibiremos as problematizações discutidas nas produções em relação à gestação no ambiente prisional.

3.2.3 As Grávidas na Prisão

Estudos da UFRN revelaram que os sentimentos das grávidas na condição de presas poderiam ser minimizados caso houvesse um serviço de saúde que acompanhasse essas mulheres desde o início da gravidez. Sabe-se que, diante de outros dispositivos de saúde, a realização das consultas de pré-natal fornece oportunidade para esclarecimentos, transmissão de informações pertinentes e para a escuta das dúvidas, medos, preocupações e angústias perante o desconhecido para o profissional que a acompanha. (GALVÃO, 2012) No entanto, no estudo de Galvão (2012), muitas vezes estas mulheres não são assistidas pelos profissionais de saúde nem têm acesso a essas consultas. (GALVÃO, 2012) Na produção da USP, pôde-se aventar o quanto a dificuldade de acesso aos cuidados e suporte à saúde, nesse particular cenário, acaba disparando inquietações e preocupações, gerando sofrimento, em razão do desamparo vivenciado em uma etapa frágil e de tantas mudanças corporais e psicológicas como a gestação. (VIAFORE *apud* SPINOLA, 2016)

No estudo de Galvão (2012), ao analisar as falas das participantes foi possível detectar que, na maioria das vezes, estas tentam manter boa relação com as demais presas como forma de evitar conflitos e punições. Umam mantém boas relações e chegam a ser até “mimadas”, no entanto nunca irá suprir a falta dos verdadeiros laços de amizade fora do presídio e das famílias. (GALVÃO, 2012) De modo geral, as relações estabelecidas entre as gestantes e as demais presidiárias são de desconfiança e suspeita de tal forma que comprometem as relações de amizade. Determinadas grávidas demonstraram sentirem-se perseguidas e ameaçadas, em razão da necessidade de ausentar-se do presídio, passando a ser consideradas “cabuetas” pelas demais presas, agravando a convivência e as relações por serem marcadas pela desconfiança. (GALVÃO, 2012)

No tocante ao relacionamento com as agentes penitenciárias, Galvão (2012) constatou que as relações desenvolvidas entre as mulheres grávidas presas e as agentes penitenciárias são marcadas pelas relações de poder. De um lado, as presidiárias procuram manter um comportamento estável para evitar punições, do

outro, foram registrados relatos de humilhações, maus-tratos e despreparo para atender às especificidades da gestante. No entanto, foi possível observar relações de respeito mútuo. (GALVÃO, 2012) Ao analisar as falas das mulheres em estudo, Galvão (2012) identificou também, com maior frequência, sentimentos relacionados ao sofrimento de uma mulher que vivencia a gravidez em um local longe de ser o ideal para o desenvolvimento do seu filho, tais como medo, preocupação e tristeza. (GALVÃO, 2012)

A seguir, falaremos do pós nascimento e das rotinas das mães e suas crias no ambiente prisional.

3.2.4 As Crianças “Criadas” na Prisão

Na pesquisa da UFPB de Ramos (2017) observou, no seu trabalho sobre crianças no cárcere, que as crianças são submetidas à rotinas diárias comum ao ambiente carcerário, quando passam, por exemplo, todo o dia dentro das celas, sem nenhum tipo de lazer que estimule seu desenvolvimento, expostas à zoadas, brigas e confusões, saindo, apenas, para 01h de banho de sol, e quando se tem, porque, conforme dito por elas, em feriados, fins de semana e dias chuvosos elas não saem da cela. (RAMOS, 2017) A pesquisa constatou que o ambiente penitenciário não apresenta condições salubres para a permanência de uma criança, bem como não oferece atividades que estimulem seu desenvolvimento, o que o torna impróprio e ineficaz para assegurar os direitos das crianças, em caráter de prioridade absoluta.

Além do mais, esse ambiente também traz prejuízos à relação mãe-bebê, em que as mães, emocionalmente abaladas, não conseguem manter uma relação de qualidade com suas crianças, sem nem mesmo se dar conta disso, o que prejudica seu desenvolvimento e acarretará problemas futuros, tendo em vista que a criança necessita desse vínculo materno para sua sobrevivência e seu desenvolvimento pleno. (RAMOS, 2017) A autora também observou, conforme os relatos das mães presas, que as crianças seguem e vivem a rotina do cárcere, quando permanecem com suas mães sem nenhum lazer e sem nenhuma atividade física visando ao seu desenvolvimento pleno e saudável. Não há uma preocupação da instituição com o

bem estar e a garantia psíquica da criança, que é exposta à procedimentos de pente fino, à revistas, à situações estressantes de tiros e bombas no meio da madrugada, conforme os relatos das mães. (RAMOS, 2017)

Na produção da UFAM, Martins (2016) discutiu que os filhos de mulheres em privação de liberdade, sofrem, de forma intensa e destrutiva ao seu desenvolvimento, as várias influências que o crime e a prisão da mãe trazem. As crianças carregam o estigma e sofrem de forma direta a exclusão, a falta de oportunidade em participar dos vários processos de socialização dentro da família, da escola, da vizinhança, da comunidade, impactando de forma negativa todo o contexto social vivenciado pela criança ou adolescente. (MARTINS, 2016)

Já a pesquisa da USP de Spinola (2016) confirmou que as situações vividas e relatadas pelas presas remetem à privação de recursos materiais, às tensões no contexto prisional e à precariedade no acesso à saúde. Emergiram dos relatos, as preocupações ou a necessidade de se pensar em estratégias de sobrevivência em um cotidiano solitário, diante do afastamento dos familiares e companheiro. Mesmo quando a família seguia sem romper laços, a ausência nas visitas e no suporte às necessidades materiais cotidianas (alimentos, material de higiene dentre outros) acabou por resultar em que as mulheres tivessem que trabalhar para obter tais recursos (SPINOLA, 2016).

A pesquisa da UFAL mostrou que o ambiente prisional é, historicamente, caracterizado pela uniformização, mortificação e apagamento das singularidades. Neste sentido, as pessoas privadas de liberdade lançam mão de estratégias que lhes conferem certa visibilidade no ambiente prisional. (BARCINSKI; CÚNICO *apud* FRANÇA, 2015) A modificação para a postura e o comportamento desejados dentro do contexto prisional, aponta para a formação de novos vínculos. As novas relações sociais estabelecidas dentro do sistema prisional revelam a necessidade do vínculo afetivo e acolhimento. (FRANÇA, 2015) Essas informações confirmam o que foi apontado por Araújo *et al*, (*apud* FRANÇA, 2015) quando destacam a solidariedade entre as internas, principalmente para com as que se dedicam a assistência às

crianças, auxiliando as mães no que se refere aos cuidados, higiene com os objetos de uso pessoal, dentre outros. (FRANÇA, 2015)

Nos estudos de França (2015), a possibilidade da separação foi relatada com medo e dor, bem como com a esperança de saírem do presídio juntamente com seus filhos. Os significados subjetivos do medo e do sofrimento neste momento surgem pela possibilidade ou concretização da entrega do filho a outras pessoas, mesmo que estas façam parte do seu convívio familiar. (FRANÇA, 2015) Os depoimentos das mulheres mães reclusas revelaram os significados dos efeitos negativos provocados pelo rompimento do vínculo com seus filhos, desfavorecendo assim a manutenção do elo entre mãe e filho. (FRANÇA, 2015)

Conforme constatado na pesquisa de Ramos (2017), a separação da criança de sua mãe, não ocorre por um processo, e sim, através de uma comunicação, pois ocorre de forma abrupta, sem, sequer, ter concluído o período de amamentação para algumas, ocorrendo de forma desordenada. Normalmente a assistente social liga para vir buscar a criança, sem haver um contato prévio da criança com o seu novo responsável e sem acompanhamento psicológico, nem antes e nem depois da separação. (RAMOS, 2017)

A pesquisa de Ramos (2017) deixa claro que a separação causa muito sofrimento às mães. Além da saudade que vão sentir do filho e de afirmarem que vão perder o melhor da vida das crianças, todas elas sabem que o cárcere não é ambiente para eles permanecerem. A dor da separação causa muita revolta, e elas sofrem com o medo de as crianças não as reconhecerem mais como mães. (RAMOS, 2017)

A pesquisa de Martins (2016) confirma que, na hora da separação, a dor, o remorso, a culpabilização pessoal, a perda mostram-se tão repletas de dor, que as suas sequelas e marcas nestes casos são irreversíveis. Na verdade, nem o crime ou a condenação judicial fazem muita diferença, as mulheres mães presas se sentem minúsculas frente a tal separação, é um peso eterno. (MARTINS, 2016)

Fica evidente na fala de muitas internas que o apoio recebido pela presença da criança junto a elas faz toda diferença, aliviando sua pena. A presença dos filhos

parece cair aliviar a dor da exclusão, do abandono que muitas delas sofrem durante o cumprimento da pena. O filho é visto como fonte de alívio de emoções, além disso, a criança também é percebida como motivadora para conseguir cumprir a pena de uma maneira mais tranquila e menos penosa. (MARTINS, 2016)

Outro aspecto trazido pelas produções diz respeito à falta de apoio para o exercício da maternidade no cárcere. As pesquisas trouxeram questões que consideram o isolamento que atingem as mães quando dentro do cárcere. O tópico a seguir traz essas considerações, conforme veremos.

3.2.5 A Falta de Apoio Familiar no Exercício da Maternidade na Prisão

As falas contidas na produção da UFAL, de França (2015) mostram que a presença de parentes e do companheiro na prisão é importante e pode exercer influências positivas no desenvolvimento da família. Entretanto, a instabilidade e o isolamento podem causar riscos físicos e psicológicos às mães presidiárias, o que vem a dificultar a vivência do binômio mãe-bebê no interior das prisões. (ARAÚJO *et al apud* FRANÇA, 2015) Os depoimentos das participantes da pesquisa, em sua maioria, desvelam que o vínculo com a família, e principalmente com o parceiro, foi rompido pelo aprisionamento. Neste sentido, essas mulheres estão mais suscetíveis a perturbações psicológicas quando se refere aos casos de carência afetiva por separações e desestruturação familiar. (ARAÚJO *et al apud* FRANÇA, 2015)

O estudo promovido na UFRN por Galvão (2012) demonstrou que o apoio recebido da família foi o suporte para o enfrentamento da gravidez dentro da prisão, apesar de todas as dificuldades e características que o sistema possui. Entretanto, a realidade de desamparo familiar também fora evidenciada nas falas, em que determinadas entrevistadas afirmaram que não tiveram apoio da família durante o período da gestação. (GALVÃO, 2012) A pesquisa de Galvão (2012) evidenciou também que, durante o encarceramento da mulher grávida, as relações afetivas são enfraquecidas, ocasionado principalmente pelo fator socioeconômico e estigma social, gerando sentimentos de abandono e solidão que podem gerar depressão

nessas mulheres. Na maioria dos casos, o pai da criança não participou desse período, visto que as relações mantidas com essas mulheres não eram estáveis, e o encarceramento foi um fator que contribuiu para o abandono. (GALVÃO, 2012)

Outra questão discutida diz respeito aos significados atribuídos à maternidade pela mulher presa. A pesquisa de França (2015) desenvolve considerações nesse aspecto, conforme veremos no próximo tópico.

3.2.6 O Significado da Maternidade para a Mulher Aprisionada

Na obra de França (2015), produzida à UFAL, foi possível perceber que a vivência da maternidade no contexto prisional trouxe significados para a mudança de atitude, amadurecimento e aquisição de responsabilidades. A maioria das participantes verbalizou o desejo de um futuro de reencontro com seus filhos, bem como de mudança de vida. (FRANÇA, 2015)

O significado da maternidade para mulheres em situação de prisão associa-se a realização da função social imposta às mulheres, podendo favorecer transformações positivas em suas vidas. (OLIVEIRA; COSTA; MIRANDA *apud* FRANÇA, 2015) Neste aspecto, a situação biograficamente determinada dessas mulheres desvelou um novo significado à percepção da maternidade, vivenciada ou não anteriormente, bem como a ‘projeção’ para novas ações e novos significados para a condução da experiência da maternidade a partir de então. (FRANÇA, 2015)

O momento pós cárcere também foi objeto de problematização em relação à experiência materna. As pesquisas de Spinola (2016) e Marques (2011) trouxeram importantes contribuições, como veremos a seguir.

3.2.7 A Maternidade Após o Cárcere

No estudo da UFAM, sobre os (des) caminhos da maternidade no contexto prisional, vencidos os umbrais da prisão, após o cumprimento de suas penas, o estigma de ex - presidiária é uma preocupação apontada pelas próprias entrevistadas como algo que pode comprometer seu regresso ao mercado de trabalho.

(MARQUES, 2011) O estudo da USP de Spinola (2016) pontuou que a vida após o cárcere desvelou uma série de emblemáticas dificuldades e barreiras enfrentadas pelas colaboradoras da pesquisa, não apenas na retomada da relação e laços com os filhos, mas na relação de confiança com os familiares, nos obstáculos para garantir alguma inserção profissional, na impossibilidade de acesso a programas e serviços de suporte à reconstrução da vida após o encarceramento, no enfrentamento das práticas de preconceito e discriminação, e no desenrolar da própria pena e ‘dívidas’ com a justiça. (SPINOLA, 2016)

Os primeiros contatos com as crianças foram relatados como sempre difíceis porque essas, às vezes, não as reconheciam mais ou as aceitavam como suas mães, necessitando de um período de adaptação para que tal reencontro pudesse de fato acontecer. Entretanto, em algumas situações, o período de adaptação não é suficiente para superar a ruptura da relação mãe-filho, fazendo com que o reencontro seja dificultado diante das perdas irreparáveis. (SPINOLA, 2016) A autora observou que as dificuldades em vivenciar e suportar o estranhamento dos filhos, ao reencontrá-las, demonstram que é a mulher-mãe que fica com o ônus do resgate deste relacionamento.

Desse modo, o sucesso ou o insucesso da retomada da relação com os filhos depende das possibilidades (ou impossibilidades) de enfrentamento dessas mulheres que vivenciaram um longo afastamento de seus filhos, após um convívio tão intenso com eles quando bebês no cárcere, e dos recursos pessoais para tolerar essa rejeição inicial no reencontro com a criança. São as marcas do reencontro que podem trazer consequências diretas e indiretas para o rumo dos cotidianos e das trajetórias de vida delas e de suas filhas e filhos. (SPINOLA, 2016)

A análise desse capítulo aponta que a perspectiva materna da mulher presa desperta grande interesse dos pesquisadores. Mesmo naquelas obras que tinham como temática central outras perspectivas, a condição materna da mulher presa foi invocada, sobretudo, quando o assunto abordado é abandono e solidão, de modo a destacar que uma das mais cruéis peculiaridades do encarceramento na vida das mulheres é o impacto da prisão nas relações entre mães e filhos.

O assunto chama a atenção, tendo em vista que a maioria das mulheres presas é a principal, se não a única, responsável pelo sustento e manutenção dos filhos, o que leva à reflexão de que, quando uma mulher é presa, toda sua configuração familiar é abalada e isso exige do poder público medidas que visem minimizar os efeitos negativos do encarceramento de mulheres mães. Esses trabalhos sobre maternidade na prisão dão visibilidade sobre as condições e os efeitos danosos do encarceramento feminino, quando dialogado com a circunstância materna, uma vez que as problematizações lançadas exploraram o sentimento de culpa e insegurança em relação aos filhos; os resultados danosos da ruptura das relações familiares e afetivas na vida dessas mulheres; as dificuldades na retomada do vínculo materno, bem como a falta de estrutura para atender às especificidades da gestante.

Além do acompanhamento pré-natal, outros fatores relacionados ao desenvolvimento saudável de uma gestação, tais como: ambiente confortável, alimentação, apoio familiar, bom relacionamento interpessoal, entre outros. (GALVÃO, 2012) Nas falas das mulheres participantes da pesquisa de Galvão (2012), verificou-se que o sistema penitenciário não está preparado para receber essa população que requer graus específicos de atenção e cuidados diferenciados e especializados, particularmente na condição de superlotação. (GALVÃO, 2012)

Como não existe um serviço de saúde que acompanhe essas mulheres no interior do presídio, os atendimentos ocorrem em unidades que fazem parte da rede do SUS. A superlotação do presídio, a falta de viatura e escolta policial para transportar as presas para a realização de consultas e exames do pré-natal, bem como na hora do parto, agravados pela má alimentação, são reflexo de um sistema prisional que não possui estrutura física e encontra-se despreparado para atender às gestantes que estão privadas de liberdade. (GALVÃO, 2012)

Nesse sentido, se, para a gestante, a falta de políticas voltadas à preservação da saúde, tanto da mãe, quanto à da criança existe, a da mulher, independente do seu estado materno, é mais impactante ainda. Por isso, vemos, na academia brasileira, uma particular priorização em desenvolver estudos voltados à saúde da mulher presa. Isso porque se constata o surgimento de doenças associadas ao

ingresso na prisão, decorrente de uma assistência à saúde deficitária no âmbito prisional feminino. Estamos aqui falando de saúde física e mental, uma vez que os problemas de saúde perpassam por fatores ligados tanto às condições sanitárias e estruturais deficientes, como pela vida sexual das mulheres privadas de liberdade, em razão das consequências emocionais geradas pela dificuldade em receber visita íntima.

A condenação para mulheres significa não só o aprisionamento do corpo físico, mas também uma fragmentação do eixo familiar. Esse distanciamento acentua as dificuldades vivenciadas no cárcere, e, não raro, perpassa o cumprimento legal da pena, desencadeando distúrbios mentais, implicando em maiores dificuldades de ressocialização. É a dor da alma, que não é vista, nem medida para efeitos de cumprimento da pena. É a dor que não se cura facilmente e que deixa marcas e danos psíquicos, muitas vezes, irreversíveis. Essas problematizações verificadas reforçam a necessidade de se pensar em alternativas eficazes ao encarceramento feminino, de maneira a explorar novos terrenos para a justiça, nos quais a prisão não seja mais a principal forma de aprisionamento feminino, (DAVIS, 2018) uma vez que, nesse caso, a violação a direitos humanos é grave e impiedosamente reforçada.

4 CONDIÇÕES MATERIAIS E SUBJETIVIDADES DA MULHER EM CONDIÇÃO DE PRISÃO: AS PROBLEMATIZAÇÕES RECORRENTES NAS PRODUÇÕES BRASILEIRAS

Da leitura dos resultados das pesquisas, considerados aqueles que demonstram as adversidades que envolvem o aprisionamento feminino, emergiram tópicos que expõem o que fora problematizado nas produções acadêmicas do Brasil e que envolvem questões relacionadas às condições materiais e as subjetividades das mulheres em situação de prisão. Ao explorar essas problematizações, verificamos as seguintes questões levantadas:

4.1 SOLIDÃO

Um dos trabalhos a problematizar a solidão no ambiente prisional feminino foi o produzido pela USP, por Buckeridge (2011). Dentre todos os problemas apontados pelas mulheres presas no cotidiano prisional, apenas este parecia ser realmente compartilhado por todas: o sentimento de solidão. Isso pode ser compreendido pelo afastamento de parentes e amigos durante o período de reclusão e a escassez de visitas durante este tempo. A distância dos filhos é apontada entre as mulheres como uma das maiores fontes de sofrimento no dia a dia dentro da prisão, não somente pela saudade, mas também pela falta de notícias sobre eles e a preocupação por não poder estar presente para protegê-los de possíveis situações de perigo. (BUCKERIDGE, 2011)

As mães mostram-se preocupadas também com o exemplo que possam representar para seus filhos por estarem presas, de modo que muitas vezes os filhos se tornam o motivo principal para que as mulheres busquem atividades e trabalho dentro da penitenciária. (BUCKERIDGE, 2011) Outro motivo relevante para que muitas das mulheres presas preferissem não receber visitas é a intenção de poupar suas crianças dos procedimentos humilhantes de revista impostos até mesmo a elas,

pois recaíam sobre estas as desconfianças originadas pelo crime cometido por suas mães. (BUCKERIDGE, 2011)

A revista constitui um procedimento de fiscalização altamente invasivo na medida em que não se restringe às buscas feitas apenas nos materiais trazidos ou superficialmente no corpo, mas se desdobra à verificação e o rastreamento do corpo, chegando à inspeção íntima dos genitais. (BUCKERIDGE, 2011) Segundo relatam, havia procedimentos como a solicitação aos visitantes que se despissem e em seguida realizassem uma espécie de agachamento sobre um espelho no chão, visando verificar a possibilidade de que estas pessoas estivessem portando dentro de seus próprios corpos objetos tais como drogas, armas ou telefones celulares. Ainda que esta verificação fosse realizada por agentes do mesmo sexo dos visitantes, obviamente constituíam-se de situações fortemente constrangedoras. (BUCKERIDGE, 2011)

A pesquisadora da USP, Natália Lago (2014) também problematizou essa questão, ao demonstrar que muitas mulheres não recebem visitas, tampouco produtos enviados por seus familiares. Essas têm o trabalho na prisão como única possibilidade de garantir a compra do que não é fornecido – ou é pouco fornecido – pela penitenciária. A razão para falta de visitas são muitas: há familiares de cidades distintas daquela onde se localiza a penitenciária e não conseguem se deslocar; há famílias que não possuem recursos para enviar produtos à prisão e alguns são dependentes, inclusive, do dinheiro ganho pela presa no trabalho dentro do cárcere; e há mulheres que, por abandono de uma das partes, não têm relações com pessoas fora da prisão. (LAGO, 2014)

Ao retratar o cotidiano feminino na prisão através da arte fotográfica, Rodrigues (2013), UFPE, também traz tal problemática, relatando muita tristeza na entrevista com uma interna quando essa falou do seu filho que tem apenas três anos de idade, o qual foi visitá-la apenas uma vez em uma situação foi traumática para ambos. A interna assim narra:

ele veio, ele nem me chamou de mãe, ele me chama de tia agora, ele não quis nem fica perto de mim (sic), assim quando ele chegou aqui ele ficou muito afastado, não quis chegar perto de mim, ai eu falava com

ele, ele começou a chorar pra querer ir embora [...] mas é assim mesmo, criança, né. Espero que quando eu sair daqui eu reconquiste o amor dele de novo, com certeza, meu filho pra mim é tudo, ah tenho muita saudade dele. (K.C *apud* RODRIGUES, 2013)

Nas narrativas presentes no trabalho de Rodrigues (2013), observa-se o sofrimento decorrente do próprio encarceramento. Sofrimento que é traduzido pelas mulheres como tristeza, mal-estar, assim como saudades da família, perda do significado e da alegria da vida: *“aqui, a vida da gente é roubada”*. (RODRIGUES, 2013) Observa-se, de maneira geral, que o afastamento do convívio familiar e o tempo ocioso no cárcere (inclusive para as que trabalham, neste caso o ócio à noite, quando voltam para suas celas) são os fatores relacionados com estas expressões de sofrimento segundo o relato das mulheres. (RODRIGUES, 2013)

Rodrigues (2013) também discorre sobre o sentimento de solidão vivenciado pelas mulheres dentro do cárcere: *“não consigo controlar a carência afetiva ainda, choro com saudade da casa, dos filhos, da vida que eu levava, choro com saudade de um companheiro ainda”* (RODRIGUES, 2013). A pesquisa de Lysia denota o sentimento de arrependimento das mulheres, tanto por terem cometido um erro que as levou a prisão, quanto por não terem aproveitado as oportunidades da vida em liberdade: *“por que foi que eu desisti de mim mesma”?; “porque foi que eu não corri atrás”?* (RODRIGUES, 2013)

A seção seguinte traz as considerações acerca do medo e constrangimento como aspectos subjetivos problematizados nas produções.

4.2 MEDO E CONSTRANGIMENTO

Essas foram problematizações verificadas no trabalho da UFPE, de Rodrigues (2013). Observa-se o relato do medo em relação às outras presas com as quais as mulheres convivem: *“vi tantas coisas diferentes a respeito de cada uma das presas, que se for olhar fico com medo”; “amanhã alguém pode te derrubar com a confiança que você deu, aí eu tenho medo sempre disso”; “tenho medo de conversar, contar meus segredos, contar o que fiz para uma amiga, porque elas se dizem*

minhas amigas aqui dentro, mas eu não sei se realmente são, não sei se guardam esse segredo". (RODRIGUES, 2013)

As narrativas do estudo de Rodrigues (2013) também trouxeram referências às pessoas com as quais as mulheres são obrigadas a conviver na vida do cárcere, sempre num sentido muito negativo, permeado por grandes dificuldades: *“aqui dentro você convive com pessoas, que faz aquela reviravolta e você pensa, meu Deus, com que pessoas eu vou ter que conviver?”*; *“aqui é difícil a convivência, mas tem que tentar conviver”*. (RODRIGUES, 2013) Ainda são encontradas, neste sentido, referências mais diretas ao comportamento inadequado das pessoas no cárcere: *“aqui as pessoas têm um comportamento muito agressivo”*. Para lidar com estas dificuldades encontradas, as entrevistadas fazem referência a estratégias de enfrentamento. (RODRIGUES, 2013)

O aparelho repressivo de Estado tem suas próprias regras e coerções. Na produção da UFRS, Vinhas (2014) avalia que o funcionamento da instituição prisional é determinado não pelo Estado, mas pelos sujeitos reféns do aprisionamento: são as próprias presas que controlam como pode e deve ser o funcionamento da Penitenciária para dentro das galerias. (VINHAS, 2014)

Outro estudo a problematizar o medo e constrangimento é o promovido por Santana (2012), UFPA. Nesse estudo, observou-se que se as grades dão uma dimensão para a perda de liberdade é a vigilância das agentes que dá a esta restrição o sentido real de pena ou punição à qual as detentas estão sujeitas. Tal ocorre face à ação das agentes que ora atuam com violência e rigor, ora agem com proximidade. E entre estes dois extremos, um mundo de nuances e construções é edificado dando sentido, forma e delimitação à relação mais tensa do CRF, no sentir da autora: a das detentas com as agentes prisionais. (SANTANA, 2012)

Santana (2012) percebeu que, se há um lugar mais específico onde a identidade das mulheres em situação de cárcere é (re) significada, certamente a triagem é este espaço por excelência, pois é lá que os primeiros traços da identidade extramuros serão destituídos e é também lá que começará o processo no qual a pessoa, agora considerada “interna”, compreenderá ou será informada das novas

diretrizes constituintes de sua “identidade” (GOFFMAN, 1974 *apud* SANTANA, 2012), neste caso a “identidade prisional”. Tal identidade se torna mais do que as informações prestadas na secretaria do presídio, mas é, sobretudo, o meio pela qual as mulheres do presídio poderão garantir a sua sobrevivência dentro do sistema. (SANTANA, 2012) A triagem foi percebida, ao longo da pesquisa Santana (2012), como o lugar onde “a ficha cai”, ou seja, onde elas percebem que não há vínculos entre a vida que tinham fora do presídio e a vida que passarão a ter, uma vez ingressadas no sistema. Isto ocorre porque a triagem é considerada espaço de abandono e de invisibilidade. (SANTANA, 2012)

Em suas análises, Santana (2012) problematizou essa questão, ao que tituló “mulheres vigiando mulheres”, trazendo Goffman (*apud* SANTANA, 2012) para nos mostrar as relações que se estabelecem dentro das penitenciárias, bem como nas demais instituições totais. Nota-se, com base na pesquisa realizada por Ana Paula (2012), uma nítida classificação, feita pelas agentes, das mulheres sentenciadas como “confiáveis” ou “não-confiáveis”, o que evidencia o descompasso entre discurso e prática dito anteriormente. Assim, embora as relações sejam formalmente reguladas, elas surgem como construções subjetivas que determinam o exercício da vigilância, a qual incide diretamente no que Goffman (*apud* SANTANA, 2012) chama de “mortificação do eu”, cujo objetivo maior é, sem dúvida a destituição da pessoa (enquanto construção social) e a substituição desta por um enquadramento nas normas estabelecidas no interior da “instituição total”. (SANTANA, 2012)

Ao longo do trabalho de campo, Santana (2012) atribuiu um novo sentido de liberdade, o qual difere daquele que tradicionalmente se pensa quando o assunto abordado é a liberdade de apenados. A autora demonstra que as mulheres em situação de cárcere consideram-se livres, na medida em que — mesmo dentro da prisão — podem fazer escolhas diferentes em suas vidas e não se sentem pressionadas ou cobradas por isso. (SANTANA, 2012)

Ao se pensar sobre os processos de subjetivação do sujeito preso, poderíamos começar a refletir sobre a possibilidade da existência de uma outra modalidade de

subjetivação, a qual dependeria do espaço do estabelecimento penal, enquanto parte do aparelho repressivo do Estado. Isso significa que poderia existir uma quarta modalidade de subjetivação a qual diria respeito somente a esse aparelho de Estado, e, conseqüentemente, a essas condições de produção. Poderia ser cogitada a existência de uma outra forma pela qual a ideologia “captura” os sujeitos no processo de interpelação ideológica, a qual seria oriunda do modo como se individualiza o sujeito contemporâneo. (VINHAS, 2014)

Na análise da pesquisadora Vinhas (2014), quando a apenada diz que precisa viver a vida das outras presas “do crime”, ela atualiza o que Foucault (*apud* VINHAS, 2014) fala sobre a prisão: essa instituição é, na verdade, uma escola da delinquência. Ao viver a vida que não é dela, a apenada se insere no mundo da criminalidade, a fim de não ser objeto de repressão pelas outras presas. Esse sujeito encontra-se impossibilitado de se identificar, pois, por um lado, se ele reproduz os saberes da formação discursiva da Justiça, sofrerá repressão das outras apenadas; por outro, se a apenada reproduz os saberes da formação discursiva da criminalidade, sofrerá repressão da instituição prisional, bem como se afastará daquilo que deseja (inconscientemente) no seu processo de subjetivação. Em função disso, pode-se pensar nesse processo de impossibilidade de se identificar não em uma quarta modalidade de subjetivação, mas, na verdade, em um sintoma social. (VINHAS, 2014)

Em nossas considerações introdutórias, colocamos que a mulher em situação de prisão experimenta o abandono como desdobramento de sua condição, a partir do que já indicava a literatura. O tópico seguinte aborda essa questão, com as considerações trazidas por Rodrigues (2013).

4.3 PRECONCEITO E ABANDONO

Observou-se na pesquisa da UFPA, de Rodrigues (2013) discursos acerca do sofrimento advindo do preconceito que as mulheres vivenciam por estarem presas: “*eu acho que todo mundo me aponta, porque estou nesta situação, presa, então recuo, fico acanhada*”; “*mesmo que a pessoa não fale, no ato, no olhar, muitas*

vezes demonstra muita coisa, então quando eu vejo isso eu tento me afastar, mas me sinto mal". (RODRIGUES, 2013) O sofrimento também se dá em razão das vivências de rejeição das mulheres por suas famílias, após o evento prisão: *"aqui a pessoa é muito desprezada pela família"*; *"minha família tem pessoas bem estruturadas, alicerçadas, de tempos onde não existia droga, ou a violência de hoje, aí ninguém aceitou minha prisão, inclusive meus filhos"*; *"aqui dentro, eu passei um ano e oito meses sem visita de ninguém, sem ajuda de ninguém"*. (RODRIGUES, 2013)

São, ainda, encontrados os relatos da dureza desta rejeição: *"todos me puniram, de uma maneira muito dura, quando fui presa"*. As entrevistadas referem-se, especialmente, ao abandono por parte dos filhos: *"eu tenho uma filha e tenho um neto, mas eles moram longe, então não vêm"*; *"meus filhos vêm pouco aqui"*. (RODRIGUES, 2013) Além disso, foram feitas referências à vivência de abandono em relação ao companheiro com o qual a mulher vivia antes da prisão: *"quando eu fui presa, eu tinha um companheiro e ele se magoou"*; *"meu companheiro não teve estrutura, ou não gostava de mim o suficiente, pra superar minha prisão e me perdoar"*. (RODRIGUES, 2013)

Outro ponto verificado nos relatos da pesquisa de Rodrigues (2013) foram dificuldades diversas em manter um relacionamento dentro do cárcere: *"relacionamento aqui é difícil"*; *"é mais complicado ter relacionamento, porque meu marido também está preso, e tínhamos pernoite, mas a licença venceu"*; *"aqui dentro é quase impossível ter relacionamentos"*. Tais dificuldades são atribuídas às questões judiciais do funcionamento das visitas íntimas: *"aqui eu dependo muito da justiça, dependo muito de uma autorização pra poder ver meu marido"*. (RODRIGUES, 2013) Neste sentido, está também presente a insegurança das mulheres, quando seus companheiros também estão presos, em relação à possibilidade de infidelidade por parte deste: *"nós mulheres, somos muito inseguras, especialmente quando estamos presas, porque o homem tem facilidade de arrumar uma pessoa de fora, que o visite, ao contrário de mim"*. (RODRIGUES, 2013)

Em relação às condições materiais, as pesquisas trouxeram que o acesso a itens de higiene pessoal e outros objetos constitui um problema no ambiente prisional feminino. O tópico a seguir exhibe o que foi tratado nas pesquisas em relação à precariedade das condições de aprisionamento.

4.4 PRECARIEDADE DAS CONDIÇÕES DE APRISIONAMENTO

Se por um lado, vimos, a necessidade de estabelecer vínculos, por outro, a pesquisa da UFBA, de Caceres (2015) demonstrou que, em um lugar de extrema privação onde não se tem direito a ter itens pessoais, fora alguns objetos de higiene pessoal, cigarros, livros e talvez pôsteres, santinhos e fotos, tudo sujeito à perda mediante um ato de punição por parte dos agentes prisionais, estimula-se um comportamento que orienta a quebra constante de vínculos afetivos nas relações sociais entre as internas. (CACERES, 2015) Essa também foi problematização feita por Colares (2011), na produção da UFRS. As regras feitas nas celas, como dividir ou não os bens, aceitar ou não as diferenças entre os membros do grupo, variam entre a solidariedade e a presença de conflitos, não havendo padrão uniforme de comportamentos, mas oscilação, dependendo das participantes, sempre variáveis, e do contexto. (COLARES, 2011)

As condições de aprisionamento experimentadas em comum, sob a forma de um confinamento coletivo, impulsionam maior volume de normas feitas pelas presas, o desenvolvimento de hierarquias e papéis múltiplos; a instituição de grupos e subgrupos. Esse processo promove novas formas de conflitos e solidariedades, que potencializam arranjos necessários à garantia da sobrevivência dos indivíduos obrigados a partilhar a existência em um grande grupo heterogêneo. (COLARES, 2011)

Somam-se à desconfiança as tensões em viver em um espaço de doze metros quadrados por, mais ou menos, vinte e duas horas diárias, onde um pequeno deslize como derramar um pouco de café em alguém que está deitada no chão, pode gerar uma troca grave de agressões físicas. O estímulo da violência entre as internas pela cultura carcerária e a desconfiança mostram que a penitenciária jamais se revelou

como um espaço que oferece o serviço de reinserção social às internas. (CACERES, 2015)

A sociabilidade carcerária é outro aspecto a ser abordado. As dificuldades de relacionamento, diante, sobretudo, das atribuições de poder dentro das prisões é um problema também enfrentado por mulheres na prisão e será visto no próximo tópico.

4.5 SOCIABILIDADE CARCERÁRIA

No cotidiano das entrevistadas, bem como em suas narrativas, foi possível perceber, diante do estudo conduzido por John (2014), na UFRS, uma série de “rituais” relacionados à família. Não se trata de dizer que elas formaram uma nova família, mas que isso foi se configurando em termos de atribuição/divisão de tarefas e estabelecimento de regras de convivência. Inclusive de um atributo de hierarquias que entre elas não se refere à faixa etária, mas a quem é a “mais antiga” no trabalho. A seu modo, está nova “família” também estabelece suas regras de convivência. (JOHN, 2014)

Ao estruturar-se, a família conforma uma hierarquia com distintos níveis de autoridade e estabelece regras gerais para reger sua organização e funcionamento. Essa característica da família, de governar-se por regras através das quais os membros comportam-se de modo organizado e repetitivo, é relevante como dimensão da mediação cotidiano familiar. (BONIN *apud* JOHN, 2014) Através do estudo de John (2014) observou-se que as mais antigas têm *status* diferenciado e um respeito por parte das demais que as chamam de “mãezonas”. Dão conselhos, têm prioridade em alguma atividade, como, por exemplo, o banho e o acesso à TV e ingerência na programação assistida. (JOHN, 2014)

Seus discursos nos levam a pensar nas relações de poder estabelecidas no cárcere, assim como as verdades que são produzidas dentro da prisão sobre prisms diferenciados. É uma problematização presente também no trabalho da UFSE, produzido por Almeida (2018), que revelou que, no cárcere, são estabelecidos

princípios de convivência entre as mulheres e um deles é o respeito e o zelo pelas mais velhas. (ALMEIDA, 2018)

Em relação às agentes, a pesquisa de Colares (2011), produzida pela UFRS, expôs que a sobrecarga de trabalho “*gera um esgotamento e uma desimplicação em relação às atividades executadas*”, (WOLF *apud* COLARES, 2011) embora não atinja a todos na mesma proporção e não seja a única causa explicativa para o cometimento de arbitrariedades, quando estas ocorrem. Nas interações entre agentes e presas há diferenças individuais de postura, assim como se apresentam diferenças nos grupos que conduzem o plantão. Ocorrências de atos discricionários possuem explicação complexa, embora o *stress* e a ausência de motivação para o trabalho possam se revelar como dimensões importantes para configurar essa realidade. (COLARES, 2011)

A pesquisa da UFBA, de Caceres (2015), mostrou que o caminho de ingresso no sistema prisional, cumprimento da pena e reinserção social mostra sua falácia na perda do sentido de punição gerado pelo violento comportamento das/os agentes prisionais. No grupo pesquisado por Caceres (2015), todas as internas relataram que já sofreram violência física ou que já viram colegas de cela sofrerem. Houve relatos de chutes, tapas no rosto e uso de cassetetes para conter pequenas confusões e coerções sexuais em troca de benefícios. Gritos, xingamentos, humilhações verbais e ocorrência disciplinar por banalidades são frequentes, especialmente, no regime fechado e parecem já incorporados ao tratamento carcerário. (CACERES, 2015) A autora conclui que a punição como uma forma de correção perde o efeito com a exacerbação da violência, pois esse tratamento gera um sentimento de baixa autoestima e revolta e multiplica a violência que pretende corrigir.

Estudos sobre prisões, como o de Coelho, (*apud* COLARES, 2011) apontam como fundamental para a manutenção do equilíbrio da ordem nas prisões que as relações entre presos e guardas sejam mantidas dentro das expectativas reconhecidas, ou seja, que tenham previsibilidade. Nesta pesquisa, constata-se que a previsão é fundamental também nas relações interpessoais das presas. Ser dissimulada, mentir, não apresentar o verdadeiro rosto, é irreparável. Quem agiu

assim uma vez, agirá sempre, sendo este um código que as presas sustentam com rigor. (COLARES, 2011)

No estudo da UFRS, de Leite (2012), fora identificado um espaço onde ficam presas que, pela natureza do crime cometido, precisam de uma proteção em relação às outras presas – B4 –. As portas das celas ficam 24 horas fechadas para evitar brigas (ou mortes), enquanto nas outras galerias as portas são abertas. (LEITE, 2012) Dentro da B4, quem está presa por outros crimes não quer ter que estar junto com as que cometeram crimes com crianças. Às vezes isso deixa tudo mais tenso. As mulheres que ficam nessa galeria são alvo de preconceito maior do que o destinado a outras presas por parte de alguns funcionários e, por sua vez, algumas delas têm preconceito contra aquelas a quem a B4 seria originalmente destinada – as que cumprem pena por abuso ou agressão contra crianças. Estas últimas se veem então trancadas, por vezes na mesma cela, com agressoras em potencial, o que exige a permanência em clausura de praticamente 24 horas diárias. (LEITE, 2012)

Em seu estudo, Almeida (2018) constatou o medo de ser rotulada como criminosa é evidente em todas as entrevistadas. Pessoas que se enrolam em suas narrativas, que querem ser aceitas e se aceitam enquanto seres humanos. Em suas falas embaraçosas, muitas vezes, se contradizem, choram e riem perante a complexidade de rotulação do possível monstro que deve ser retirado do convívio com a sociedade de bem. (ALMEIDA, 2018)

Questões ligadas ao tempo, rotina e envelhecimento na prisão foi colocada pelas pesquisadoras. Essas problematizações estão apresentadas no tópico seguinte.

4.6 TEMPO, ROTINA E ENVELHECIMENTO NA PRISÃO

A pesquisa produzida na UFPA, de Rodrigues (2013) aponta preocupações dessas mulheres em relação ao processo de envelhecimento e suas consequências: “*eu tinha uma idade, agora eu tenho outra*”; “*ver que demorei a acordar aos quarenta e sete anos...*”; “*em relação a vocês assim, mais jovens, eu corro contra o tempo*”. (RODRIGUES, 2013) Neste sentido, percebe-se referências a um mal-

estar e mal condições físicas da mulher e presa em relação à sua aparência: “*não me sinto bem em relação à aparência*”; “*a tristeza não nos deixa perceber o visual*”; “*não me enxergo, porque não tenho condições*”; “*no isolamento, não penso no visual*”; “*estou muito cansada*”; “*a perda de massa muscular me deixa um pouco preocupada*”. (RODRIGUES, 2013)

A pesquisa de John (2014), da UFRS, também nos demonstrou o quanto lidar com a noção de tempo é complexo para as mulheres presas; o quanto suas “temporalidades” estão embaralhadas e como suas narrativas estão amarradas ao que a autora chamou de “presente em distendimento”, pois ao mesmo tempo em que elas falam pouco sobre o passado mais distante e focalizam no passado recente que envolve seu ingresso na prisão, o presente propriamente dito é praticamente deixado de lado, a não ser quando é pedido para descreverem seu cotidiano. Ocorre como que um pulo do passado recente direto para um futuro que está por vir, ao menos em seus planos, em seus anseios. (JOHN, 2014)

O que essas mulheres planejam está no território das “possibilidades” e, em termos de futuros contingentes, pode ou não acontecer. É ainda um estado de potência, pois ao falarmos de futuros contingentes “estamos diante de casos singulares, em que não se pode afirmar que uma coisa será ou não será, mesmo que, necessariamente, uma das duas alternativas aconteça” (CAUQUELIN *apud* JOHN, 2014). Em suas narrativas, elas estão “vivendo” nessa temporalidade, complexa, mas que parece ser a lógica de percepção do tempo na prisão. (JOHN, 2014)

Norbert Elias (*apud* JOHN, 2014) destaca a necessidade de entendermos que o tempo é um fenômeno físico e social. Para o autor, uma definição possível para o tempo seria percebê-lo como a relação que fazemos entre um acontecimento e outro. Na prisão, estes acontecimentos são limitados, o que gera, possivelmente, a angústia, a idéia do “desperdício do tempo”, ou essa atitude de “recusa do presente” e ânsia pelo futuro contingente em que na projeção que fazem, estarão livres, com a família, resolverão todos os problemas e jamais regressão ao presídio. (JOHN, 2014)

O tempo passado na prisão não é certamente um motivo de alegria ou bem estar e se a memória é seletiva, como afirma Pollack, (*apud* JOHN, 2014) então é possível melhor compreender as temporalidades marcadas em suas narrativas, quais sejam, o passado que levou à prisão e o futuro contingente da saída. A prisão é um território eminentemente marcado pela perspectiva dos “possíveis”, não apenas do “e se...” em relação ao que poderiam ter feito de diferente, mas, também sobre o que está por vir. (JOHN, 2014)

Todas elas se concentram no período que compreende o imediatamente anterior ao ingresso na prisão e o momento da saída, possivelmente porque este momento é o mais emblemático em suas trajetórias e se configura como um “presente contínuo” com olhar dirigido ao futuro. Ou, como define Cauquelin, (*apud* JOHN, 2014) a projeção de mundos possíveis num cenário de futuros contingentes, que se configuram narrativamente em planos para quando deixarem a prisão, (JOHN, 2014) Neste sentido, a autora destaca que o momento presente talvez seja tão complexo em termos de aceitação de seu cotidiano que elas só consigam pensar nessa espécie de “presente distendido”, porque é um presente sempre conectado com o futuro, qual seja, a data de saída da prisão. (JOHN, 2014)

Outra pesquisa a trazer essa problematização foi a de Quadrado (2014), produzida na UNB, que verificou que a rotina penitenciária molda o processo ritualizado com normas, horas e meios cronometrados, para que ocorra a disciplina em prisões e traga consequências imediatas à presa, pois a regra a individualiza em seu imaginário e, ao mesmo tempo, massifica-a em um grupo que segue os mesmos sinais. (QUADRADO, 2014) A reclusão prisional rompe com as coordenadas de tempo e espaço de fora, e esse é um mecanismo poderoso de destruição, que sofrem as mulheres encarceradas. A sensação de tempo morto é muito forte e, por isso, essa representação se faz presente em toda a experiência prisional. O tempo na prisão é o tempo quieto, da espera, tempo que não passa. Só o tempo da visita, quando existe, corre tão rapidamente como o de fora, o do antes. Um tempo e espaço que deverão ser reformulados para sobreviver e resistir à reclusão. (QUADRADO, 2014)

Em relação ao controle e disciplina prisionais, o tópico seguinte traz as considerações das pesquisas nesse sentido. Trouxeram questões como dificuldade de aquisição de bens de consumo; rotinas e os mecanismos de controle, como veremos a seguir.

4.7 PROIBIÇÕES

Rodrigues (2013) problematizou as proibições no ambiente prisional feminino. Os relatos demonstram a dificuldade na aquisição de bens de consumo, depois que as mulheres encontram-se no cárcere: *“aqui eu tenho nada”*; *“a gente não tem o poder de adquirir o que a gente quer”*; *“aqui é tudo mais difícil, nem tudo o que você quer, você consegue comprar”*. (RODRIGUES, 2013) Esta dificuldade não ocorre apenas por causa da perda da liberdade de ir e vir, mas também por causa das proibições de entrada de alguns objetos: *“determinadas coisas são proibidas aqui dentro”*; *“é proibido ter um radinho pra escutar”*; *“eu gosto muito de música, para pelo menos de noite, botar um fone no ouvido, e dormir escutando uma música, mas não pode”*. (RODRIGUES, 2013)

Outra produção a problematizar a questão foi a da UNB, de Quadrado (2014), que observou que o espaço prisional está sempre marcado pela rotina diária, tornando-se um lugar de descontentamento frequente, no qual as presas observam a morosidade dos dias, ocorrendo uma ruptura entre o tempo fora da prisão e o tempo intramuros. (QUADRADO, 2014) O condicionamento das presas, a partir de horários, nada mais é do que normas rígidas de controle dos corpos, pois a apropriação do tempo, no qual ele é alinhado, percorre o indivíduo orgânico, retirando suas vontades singulares, convertendo-os em seres dóceis, obedientes e, conseqüentemente, mais úteis. (QUADRADO, 2014)

A expressão da sexualidade dessas mulheres chamou atenção, no trabalho da UFSE, realizado por Almeida (2018), para as estratégias (linhas de escapatórias) traçadas por elas dentro da prisão. Em Foucault, (*apud* ALMEIDA, 2018) aprendemos a pensar sobre o poder que disciplina que gera mecanismos de controle,

mas, para além disso, leva-nos a refletir sobre as estratégias, fugas e resistências em detrimento destes poderes (*apud* ALMEIDA, 2018).

As presas, ao se amarem uma com as outras, estão quebrando barreiras impostas pelo sistema, considerando que elas não possuem o direito a visitas íntimas e nem tão pouco a exercerem a sexualidade entre elas. Conforme destaca uma presa, solicitando segredo: “*tais práticas são proibidas, pois sexo é proibido aqui na cadeia, nós mulher não tem direito nem de se pegar*”. A este respeito, vale ressaltar que o coordenador de atividades laborais e educacionais, afirma saber de tais atos sexuais, contudo não há castigos para essas práticas, mas que não pode desleixar, pois é necessário impor ordens. (ALMEIDA, 2018)

A prática da telenovela também foi revelada como rotina no ambiente prisional. John (2014) é quem descortina as problematizações existentes nos discursos das mulheres presas sobre a compreensão acerca da telenovela, conforme veremos na próxima seção.

4.8 TELENOVELAS

No estudo da UFRS, de John (2014), foi possível observar, ainda, que o cotidiano da mulher encarcerada é marcado por uma intensa relação com a telenovela. Das narrativas, foi possível observar determinados atributos de gênero a partir dos personagens com os quais se identificam. (JOHN, 2014) O principal aspecto de gênero constatado nas narrativas das entrevistadas em sua relação com a telenovela foi a questão da maternidade. Foi recorrente entre elas, a identificação com as protagonistas marcadas pela “devoção” pelos filhos; pelo fato de “fazerem tudo por eles”. (JOHN, 2014)

John (2014) coloca que as protagonistas são vistas como “guerreiras”, mas a principal qualidade (e identificação) atribuída a elas é que “fazem tudo pelos filhos”. É importante lembrar que entre os principais aspectos que norteiam as “identidades de gênero” está justamente a questão da maternidade, apontado por muitas estudiosas inclusive como um dos mais complexos para se discutir a não

existência de um “essencialismo” do que é ser mulher. A maternidade é vista normalmente como uma característica biológica que determinaria papéis distintos às mulheres e aos homens. Inclusive reforça-se, muitas vezes, um imaginário de um “instinto feminino” (JOHN, 2014). Neste sentido, apesar de, muitas vezes, ser um espaço de contestação de estereótipos, a telenovela ainda atua no reforço a esse imaginário feminino e assim pode ser vista “[...] como uma tecnologia do gênero, pois constrói concepções de masculino e feminino que se tornam, ao longo dos anos de convivência com essas histórias, construções hegemônicas”. (ALMEIDA *apud* JOHN, 2014)

A seguir veremos as problematizações em torno da criminalidade feminina, sobretudo no que diz respeito à relação dessas mulheres com o crime.

4.9 A RELAÇÃO COM O “MUNDO” DO CRIME

Ao tratar da percepção das mulheres presas sobre si mesmas, Santana (2012) no estudo produzido na UFPA, destaca que o mundo do crime se constitui numa institucionalização, normatização, de práticas, regras e símbolos que organizam e tornam o ato dito criminoso numa ação lógica, coerente com que se espera de quem dele faz parte. (SANTANA, 2012) A autora percebeu, na fala das entrevistadas, uma contraposição ao modo como muitas vezes nos referimos ao delito — distante de nós; o que é visto pelas interlocutoras de outra forma, pois, para elas, o mundo do crime tem “tudo o que tem por aí”. Não existe, nesta perspectiva, para a maioria dessas mulheres, uma distinção entre o “mundo do crime” e um “outro mundo” (do “não-crime”). O que existe é um mundo e o crime é parte deste mundo. E, em sendo parte do mundo no qual vivemos e aprendemos a existir coletivamente, o crime é mais uma (entre tantas outras) dimensão da vida social dessas mulheres. (SANTANA, 2012)

Um perfil que Wacquant (*apud* SANTANA, 2012) defende como sendo o retrato da pauperização das prisões, cujo principal objetivo não é o de socializar, ainda que utópico, nem mesmo educar, mas, sobretudo, excluir a massa da população que não é enquadrada enquanto consumidora e, deste modo, promover

uma segunda exclusão das mesmas. (SANTANA, 2012) Segundo Santana (2012), a forma das entrevistadas explicarem sua situação e o ingresso na vida do crime tem como ponto inicial a frase “*o maior erro da minha vida*”. Desse modo, essa se tornou a sentença marcante para início da trajetória de delitos. (SANTANA, 2012)

Neste sentido, como mencionado por uma interlocutora, o crime de tráfico lhe foi apresentado como alternativa a uma situação anterior: a de não querer trabalhar mais em “*casa de família*”. Tal possibilidade trazida pelo namorado que já traficava e tinha um plantão fixo num dos bairros mais conhecidos pela venda de entorpecentes em Belém, demonstra como a proximidade com o “mundo do crime” influencia na sedimentação de determinados perfis para o encarceramento. (SANTANA, 2012) Relevante também é ressaltar outro dado evidenciado na pesquisa de Ana Paula Santana (2012); qual seja: antes de ingressarem no sistema penal as doze participantes dessa pesquisa já praticavam algum tipo de crime, sendo o mais comum o furto de roupas e acessórios, como forma de renda. (SANTANA, 2012)

O panorama no qual elas vivem está posto, na maioria das vezes, desde a infância. Desta forma, o exercício de racionalizar as escolhas ocorreu, via de regra, na adolescência, momento em que estão vivenciando as experiências amorosas de forma mais intensa, tornando-se mães, em certas leituras, precocemente e, muitas vezes, não estão inseridas no mercado de trabalho formal ou estão trabalhando em empregos com baixa remuneração. (SANTANA, 2012) A pesquisadora mostrou que a liberdade jurídica não se constitui em finalidade. Ela, ao ouvir essas mulheres, compreendeu que o reingresso no sistema é esperado, de modo que já existe uma vivência anterior que mostra a reincidência como o caminho de muitas delas. (SANTANA, 2012)

O tópico seguinte aborda os resultados que problematizaram as atribuições decorrentes da condição gênero. Neste sentido, Oliveira (2016) traz importantes considerações que merecem apresentar nesta revisão.

4.10 A ESPERA DE PROTEÇÃO E AMPARO

A pesquisa elaborada por Oliveira (2016), na UFAL, verificou o aspecto da fragilidade feminina e, conseqüentemente, a necessidade de proteção em várias falas das entrevistadas. (OLIVEIRA, 2016) A espera da proteção, do amparo, da provisão do homem é algo que a criança do sexo feminino é educada para desejar e sentir, seja através da família, da escola, da igreja, da mídia. As mulheres são convocadas a se constituírem como seres vulneráveis e frágeis, mesmo antes de elas nascerem. O discurso dos pais/mães/avós sobre a criança do sexo feminino, ainda no ventre, já projeta nela o cuidado especial que, como menina, deve receber. (OLIVEIRA, 2016)

A mesma pesquisadora observou existir certo fetichismo no relacionamento das mulheres com homens criminosos, visto que esses despertam no imaginário feminino uma potencialização – já consolidada socialmente – do poder protetor do macho, quando este paira sobre o homem delituoso que anda armado, enfrenta policiais e outros criminosos. Além disso, existe um ganho de prestígio para a mulher envolvida com criminosos frente à comunidade em que vive. (OLIVEIRA, 2016) Neste sentido, parece haver um ganho de conceito para a mulher, quando esta se envolve com um homem que detém um maior poder junto à sua comunidade. Assim, ao se considerar o inculcamento ideológico a que a mulher é submetida desde a infância, não é difícil compreender a sucumbência dela ao parceiro quando este a alicia para o crime. (OLIVEIRA, 2016)

Esse tipo de pensamento sustenta e consolida o discurso do patriarcalismo e vice-versa. Isso se dá não só em relação à subalternidade à figura masculina, mas também a superestima atribuída a eles pelas mulheres, em várias práticas sociais, no que tange o relacionamento entre homens e mulheres. (OLIVEIRA, 2016) Fora constatado que o apreço pelo companheiro ocupa o primeiro lugar na vida de muitas mulheres, seja isso demonstrado através do envolvimento delas com criminosos e pelo seu assentimento a ceder sua mão-de-obra para cometimento de delitos; seja através da permanência delas com companheiros que as agridem; seja pela omissão,

quando sabem que seus filhos são abusados pelos seus parceiros. (OLIVEIRA, 2016)

O medo da solidão, do abandono e até da morte, de modo geral, rege o comportamento das mulheres e, em se tratando de mulheres que entram para o mundo do crime, esse medo se manifesta através da cedência de mão-de-obra na participação de tarefas que envolvem o crime, especialmente, o narcotráfico, mesmo que isso implique não priorizar o bem-estar dos seus filhos. (OLIVEIRA, 2016) Sob esse aspecto, a ideologia patriarcal demonstra um funcionamento paradoxal: as mulheres envolvidas com a criminalidade minimizam o seu lugar e papel de mãe – que reproduz as condições de produção do capital – para entregar-se à vontade do seu companheiro, comportamento esse que também é prerrogativa da ideologia patriarcal. Logo, em casos como esse, a pesquisa da autora que garantir a companhia, proteção, amparo do homem e o serviço prestado a ele é mais importante que o cuidado que a mulher deve consigo mesma e com seus filhos. (OLIVEIRA, 2016)

A pesquisa de Oliveira (2016) verificou que, não obstante as transformações sociais viabilizarem que a mulher tome parte em uma variação maior de tipologias criminais, o segmento do crime que mais está *admitindo* mulheres ainda é o tráfico, porque, conforme explanado acima, ela começa auxiliando o homem traficante a vender drogas e é dessa forma que, na maioria das vezes, as mulheres são iniciadas na criminalidade. Há um rito de passagem para a perpetração de delitos cujo aval é dado pelo homem criminoso. E ele, em sintonia com a ideologia patriarcal, detém o poder de sexualizar tarefas, indicando à mulher o que ela pode realizar e o que não pode. Ela pode vender drogas, ser olheira de uma casa lotérica, piloto de fuga e pode até carregar uma arma. Mas dificilmente lhe será permitido que anuncie um assalto a banco ou que cometa algum crime de homicídio por encomenda, por exemplo. Esse sexismo em relação às tarefas é algo normatizado também nas práticas sociais legais, e isso é percebido no discurso de/sobre a criminosa. (OLIVEIRA, 2016)

Segundo observado por Oliveira (2016), existem códigos de conduta no mundo do crime. Nos presídios masculinos, há pseudotribunais que julgam comportamentos não-aceitos pelos criminosos, como o estupro de crianças, por exemplo. Já no presídio feminino Santa Luzia, a pesquisadora inferiu que, no conceito das reclusas, é preciso se ter “coragem de homem”, “virilidade de homem”, “altura de homem” (que é, geralmente, maior que a da mulher) para o cometimento de determinados crimes, sobretudo, aqueles que envolvem extrema violência. (OLIVEIRA, 2016)

Oliveira (2016) nos trouxe também que a questão econômica está imbricada à dependência dos companheiros. E essa dependência atrelada à dependência afetiva do parceiro culmina em um comportamento subalternizado da mulher em relação ao homem, visto que há uma espécie de barganha econômica e afetiva sob o modelo patriarcalista que vivemos: elas se submetem às vontades do marido em troca de subsistência, afeto e proteção que eles lhe oferecem. Aí se estabelecem as relações de poder na vida de muitos casais. Isso ocorre não apenas pela real necessidade de sobrevivência, mas pela ideologia patriarcal que, apesar das notórias mudanças alcançadas pela agenda feminista, ainda engessa socialmente muitas mulheres a depender financeira e emocionalmente dos seus companheiros. (OLIVEIRA, 2016)

As privações vivenciadas em período anterior à prisão e a precariedade de vida foram pontuados como impulsionadores para prática desviante. O tópico a seguir retrata o que foi considerado nas produções nesse sentido.

4.11 PRIVAÇÕES ANTERIORES À PRISÃO

No trabalho realizado pela UFSE, Andrade (2015) relacionou o percurso de desvio à necessidade de sobrevivência, caracterizada por um explícito grau de pobreza que acompanhou a vida da maioria das mulheres em situação de prisão, desde a sua infância. Essa situação socioeconômica precária leva a uma zona de desfiliação que se manifesta pela ausência de participação no que se refere às atividades produtivas e ao isolamento das relações sócio familiares. A dificuldade

de trilhar um caminho de afiliação produtivo acaba provocando, nessas mulheres, a entrada em atividades que proporcionam algum dinheiro para sobrevivência através da prática de condutas consideradas criminosas. (ANDRADE, 2015)

As mulheres que apresentam esse tipo de percurso possuem, em suas histórias de vida, situações difíceis relacionadas à privação de gêneros alimentícios e de itens básicos para a subsistência. Os dados da pesquisa de Barcinski (*apud* ANDRADE, 2015) encontraram situações semelhantes ao revelarem que a necessidade de sustentarem seus filhos e suas famílias foram elementos decisivos para o ingresso delas no crime de tráfico de drogas. (ANDRADE, 2015) Segundo Andrade (2015), o percurso do desvio caracterizado pela necessidade possui relação direta com a condição social vulnerável associada à responsabilidade de criar os filhos e a pequena qualificação para o mercado do trabalho. A dificuldade aumenta à medida que a mulher passa pela prisão, uma vez que a condição de ser ex-presidiária afasta as possibilidades de empregos formais; assim, ela procura fazer o que já estava internalizado enquanto aprendizado de práticas desviantes para ganhar dinheiro, ainda que possa sentir medo. (ANDRADE, 2015)

Essa problematização também foi tratada na produção da UFAM, realizada por Cardoso (2017) que verificou que as transformações sociais que impactaram as famílias de diversas formas contribuíram para formação de um processo que Zaluar (*apud* CARDOSO, 2017) denominou de *feminilização* da pobreza, uma das consequências é a “formação dos círculos viciosos que colocam tantos jovens nas fileiras do crime” (p.75,76). No Brasil, o aumento do número de famílias de baixa renda, com crianças menores de 10 anos e chefiadas por mulheres, é incontestável. Em 1989, 43% das famílias chefiadas por mulheres viviam abaixo da linha da pobreza, ou seja, 12% das famílias pobres em nosso país eram chefiadas por mulheres. (ZALUAR *apud* CARDOSO, 2017)

Cardoso (2017) aponta que a situação de vulnerabilidade vivenciada pela família pode comprometer o processo de socialização das crianças e deixá-las mais vulneráveis à sociabilidade do crime. Em muitos casos, adolescentes e até crianças são recrutadas pelos líderes do tráfico, pela possibilidade de inclusão no mundo do

consumo e também porque veem neles a representação do poder e do heroísmo capaz de libertá-los da miséria e da opressão, lhes dar visibilidade social. Não obstante, a situação de privação econômica, o desemprego e a falta de creches para deixar os filhos enquanto trabalham, pode contribuir para a entrada dessas mulheres na criminalidade, principalmente no mercado das drogas. (ZALUAR *apud* CARDOSO, 2017)

Conforme observado por Cardoso (2017), algumas mulheres trabalhavam com a venda de drogas em casa ou em suas proximidades por lhes permitir conciliar os cuidados com os filhos e o trabalho. O mesmo foi observado por Helpes, (*apud* CARDOSO, 2017) entre as mulheres presas por tráfico de drogas em Juiz de Fora – MG, e por Ramos (*apud* CARDOSO, 2017) ao pesquisar mulheres envolvidas com tráfico de drogas em Brasília-DF. Essas autoras observaram que o tráfico não era apenas uma alternativa ao desemprego ou ao emprego altamente precarizado e mal remunerado, ele aparecia também como alternativa de trabalho possível para mulheres que criavam suas proles sozinhas e não contavam com a disponibilidade de vagas em creches para deixar os filhos enquanto trabalhavam. (CARDOSO, 2017)

Os dados trazidos por Cardoso (2017) mostram que ali se encontram mulheres que experimentaram um processo de socialização marcado pela violência doméstica, uso de drogas e relações familiares fragilizadas. Ao longo de suas vidas enfrentaram as diversas manifestações da violência estrutural e que vivem em vivem em situações de risco e vulnerabilidade social. (CARDOSO, 2017) As mulheres entrevistadas por Cardoso (2017) tinham histórias de vida marcadas pela pobreza extrema, violência, opressão, vidas destruídas pela ordem econômica vigente, restos de um capitalismo selvagem, ali depositado naquele lixo social (CARDOSO, 2017).

A seguir, exibiremos o que foi problematizado acerca das visitas e as afinidades e desavenças como aspectos derivados da experiência no cárcere para mulheres.

4.12 VISITAS, AFINIDADES E DESAVENÇAS

A pesquisa da UFSE, de Andrade (2015) trouxe que o apoio familiar, durante as visitas, é decisivo para suavizar as dores do cárcere, sendo comum haver uma relação entre o tempo de cadeia e a prática de desvio, ou seja, quanto maior for é a permanência ou maior é o número de entradas na unidade, maior é a quantidade de vezes em que a presa comete desvios, fato que é potencializado conforme o temperamento de cada uma delas. (ANDRADE, 2015) As relações estabelecidas entre a equipe de servidores e as internas dentro de um presídio podem ser muito conflituosas e provocar muitos efeitos, pois os dois grupos ao adentrarem ao sistema penitenciário levam seu próprio conjunto de experiências, significados e relações. E dessa forma, os operadores da instituição procuram manter o mesmo modo de perceber o mundo, inclusive a maneira de organizar e classificar tudo ao seu redor, ou seja, assim o fazem lá dentro da mesma forma que já faziam fora da prisão. (ANDRADE, 2015)

A convivência interpessoal dentro do presídio é um elemento-chave no cumprimento da pena de cada mulher. Existem casos em que muitas presas já se conheciam antes da rua ou de outras vezes em que estiveram presas e essas relações podem ser próximas possibilitando os novos arranjos a partir das afinidades, contudo, muitas são pautadas pelas desavenças. Há casos em que algumas presas insistem em mostrar que elas são comandantes dentro da cela, o que provoca revolta em muitas e, por conseguinte, surgem motivos para a prática de desvios. (ANDRADE, 2015)

Além do código institucional, as internas criam um código próprio composto por gírias, pela criação de uma lista de crimes imperdoáveis e por um sistema de troca de serviços. A linguagem é utilizada através do ato de dar nomear objetos e situações que asseguram as relações construídas entre si e fazendo a intercessão entre as pessoas e os espaços ocupados. Todas as pessoas que fazem parte desse contexto (presas, direção, agentes prisionais, visitas, pesquisadores) compartilham sentimentos, situações e vivências através dessa linguagem que é repleta de

significados e pode também se configurar como cultura desviante. (ANDRADE, 2015)

Quando a mulher presa começa a conhecer as regras do novo ambiente no qual passará a viver, ela apropria-se do contexto como alguém que age; nesse sentido, ela é reconhecida pelas mais antigas, inclusive pelo delito praticado uma vez que elas procuram informações de quem é novata; ao mesmo tempo, esta tenta conhecer o local, buscando possibilidades de adquirir confiança, vínculo e ajuda. E nessa vontade de ser incluída ao grupo e de não ser discriminada, quem chega tenta criar mecanismos para ser acolhida. (ANDRADE, 2015) Segundo as constatações de Andrade (2015), as relações estabelecidas no presídio ultrapassam seus grandes muros, pois podem trazer implicações na vida das presas.

Elas podem assumir posturas diferentes em relação ao crime cometido e à realidade vivida no presídio, podendo também repercutir na vida fora dele. Uma entrevistada alegou que se houver algum problema entre algumas delas e se não for resolvido dentro da prisão, elas mandam executar serviços lá fora contra familiares; se na prisão masculina houver parentes de ambas, o serviço é executado lá dentro como, por exemplo, o espancamento. Nesse sentido, estratégias para melhoria do convívio são criadas para que as dificuldades sejam diminuídas e os problemas evitados. (ANDRADE, 2015)

Segundo Becker (*apud* ANDRADE, 2015) as regras são criadas por todos os grupos sociais que em algumas circunstâncias tentam impô-las em determinados momentos; são as regras sociais que definem tanto as situações como os comportamentos tidos como apropriados à medida que algumas ações são vistas como “certas” ou “erradas” cabendo a proibição dessas últimas. Observa-se que dentro do presídio além das normas que compõem o regimento institucional, existem as regras que o próprio grupo de mulheres presas cria e aplica umas às outras segundo critérios específicos; aquelas que infringem esse código podem ser encaradas como “outsiders” dentro do mesmo grupo carcerário. (ANDRADE, 2015)

O tópico a seguir traz as considerações de Moreira (2012) no que diz respeito aos sentimentos de angústia e depressão vivenciados no cárcere, bem como ao uso de drogas. Essas questões singularizam as condições de aprisionamento feminino, conforme veremos a seguir.

4.13 ANGÚSTIA, DEPRESSÃO E USO DE DROGAS

O estudo da UFBA, realizado por Moreira (2012) mostrou que, de acordo com o discurso das entrevistas realizadas, o contexto prisional influencia o consumo de algumas substâncias psicoativas. O consumo dessas drogas no sistema prisional tem como principais justificativas a facilidade de acesso a tal substância como substituição do consumo de drogas ilícitas e a possibilidade que a droga oferece de amenizar sintomas de ansiedade, solidão e medo causados pelo processo de confinamento. (MOREIRA, 2012) Em estudo realizado pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC e a Pastoral Carcerária sobre a condição da mulher encarcerada nos estabelecimentos prisionais do estado de São Paulo em 2006, em todas as penitenciárias e cadeias visitadas, observou-se que uma porcentagem significativa das mulheres presas usava regularmente algum tipo de calmante ou antidepressivo de forma prescrita. (MOREIRA, 2012)

Conforme já visto em outras pesquisas e a obra de Moreira (2012) confirma, acredita-se que a motivação para a prescrição de tais substâncias está na situação de abstinência das drogas ilícitas consumidas extramuros por essas mulheres e pela ação que essas substâncias provocam no organismo, aliviando sintomas de ansiedade, sentimento de tristeza e de solidão, amenizando situações de depressão e distúrbios de humor. (MOREIRA, 2012) Entretanto, para além do que já foi citado, as entrevistadas no estudo de Vanessa Moreira (2012) identificaram a desestruturação familiar, a curiosidade, a baixa autoestima e necessidades de novas experiências como fatores motivadores para o início e a manutenção do consumo de drogas. (MOREIRA, 2012)

Das drogas consideradas ilícitas, dezesseis das mulheres referiram já terem feito uso de maconha, cocaína e crack fora da prisão evidenciando a expansão do

consumo de drogas na população feminina. Estes dados estão em concordância com outros estudos que apresentaram o envolvimento de mulheres em situação de prisão com atividades relacionadas ao uso de drogas ilícitas. (LIMA; ALMEIDA; ASSUNÇÃO *apud* MOREIRA, 2012) Os dados apresentados por Vanessa Moreira (2012) permitem identificar e entender que a maioria das mulheres entrevistadas apresenta uma relação direta com o consumo de drogas. De acordo com os relatos, o contexto penitenciário influenciou para que algumas das entrevistadas iniciassem e/ou intensificassem o consumo de tais substâncias, uma vez que as normas e rotinas instituídas provocavam situações de stress, pânico e ansiedade. (MOREIRA, 2012)

Um aspecto que desperta o interesse e que fora objeto de reflexão no trabalho de Vanessa Moreira (2012), é o fato da mulher traficar para o sustento e manutenção do seu vício. Vários estudos (SALMASSO; SOUZA; CORTEZ *apud* MOREIRA, 2012) têm apontado o relacionamento estreito entre o consumo de drogas com o crime. Para Cortez (*apud* MOREIRA, 2012) uma das principais complicações advindas do consumo de substâncias psicoativas são os problemas com a justiça. (MOREIRA, 2012)

Diversos são os fatores de conexão entre o consumo de drogas e as atividades criminosas defendidas pela literatura científica, a saber: 1) Os próprios efeitos psicofarmacológicos das substâncias provocariam comportamentos desadaptativos e violentos, o que resultaria em atividades ilícitas; 2) As necessidades econômicas dos usuários conduziriam a atos criminosos por parte do dependente, para sustentar o próprio vício; 3) A própria violência associada ao tráfico e ao mercado de drogas. (SOUZA *apud* MOREIRA, 2012) Observa-se que para essas mulheres o tráfico já fazia parte de suas rotinas, além de se constituir em uma atividade e/ou ocupação remunerada, ou seja, um trabalho, uma atividade rentável e vantajosa encarada de forma naturalizada entre elas. (MOREIRA, 2012) Desse modo, podemos entender por que o tráfico de drogas é, hoje, a principal causa de introdução das mulheres no sistema penitenciário, como já visto.

As perspectivas após o cumprimento da pena também foi questão problematizada nos resultados dos trabalhos. Essas problematizações trazem

aspectos relacionados aos efeitos da prisão para mulheres. No tópico a seguir, Andrade (2015) traz importantes considerações nesse sentido.

4.14 FALTA DE PERSPECTIVAS APÓS CUMPRIMENTO DE PENA

Essa problemática fora tratada na pesquisa da UFSE, realizada por Andrade (2015). A autora observou que a vida na prisão oferece uma forma de incentivar o desejo de sair da criminalidade. Essa consciência muitas vezes é obtida depois de múltiplas entradas no presídio e pode estar em grande parte associada à perda da liberdade e poder de decisão sobre a própria vida, pela distância da família, pela convivência com pessoas desconhecidas etc. (ANDRADE, 2015)

Em relação às perspectivas após o cumprimento da pena e, por conseguinte, a saída da prisão, as mulheres mostraram ter clareza sobre as dificuldades trazidas pelo fato de serem ex-presidiárias. (ANDRADE, 2015) Elas enumeraram alguns caminhos possíveis: trabalhar como proprietária de pequenos empreendimentos; retorno ao tráfico por ser muito lucrativo, apesar da possibilidade de prisão; procurar emprego como doméstica ou diarista; e regresso ao convívio familiar. Nesse sentido, é imprescindível que haja uma política pública capaz de absorver as egressas do sistema penal em virtude da fragilidade da formação profissional de modo a concretizar as possibilidades de inserção social para minimizar o retorno à criminalidade. (ANDRADE, 2015)

Os aspectos relacionados ao trabalho realizado por mulheres presas também foram relacionados, apresentando importantes abordagens no que diz respeito à exploração da mão de obra feminina no sistema prisional. Esses aspectos serão abordados na seção seguinte.

4.15 TRABALHO PARA AS MULHERES APRISIONADAS

A produção que problematizou essa questão foi a de Lema (2015), pela UFSC, que constatou que o principal sentido do trabalho para as mulheres encarceradas não era a remuneração e sim a possibilidade de ocupar o tempo e também não

pensar nas condições de vida na prisão: fazer com que aquela situação passasse mais rápido, fosse menos dolorosa, amenizando as angustias produzidas pela separação da família e principalmente dos filhos. Muitas delas afirmaram que depois que começaram a trabalhar, se tornaram pessoas mais calmas, pacientes e não reclamavam mais por qualquer coisa, além do fato de retornar à cela, depois de um dia de trabalho intenso, e o cansaço contribuir para não pensar nos problemas ou na visão da instituição, enfim, criar problemas. (LEMA, 2015)

Ao analisar como são feitos os pagamentos pelo trabalho realizado por elas, ficou claro que o valor percebido é ínfimo, isso quando recebem pelo trabalho prestado, pois o fato de o pagamento ser condicionado à produção individual, acaba contrariando o previsto na LEP, bem como no próprio convênio firmado pelas empresas com a DEAP. Resultou evidenciado que o salário não gera nenhum estímulo. (LEMA, 2015) O segundo motivo também elencado pela maioria das mulheres foi o instituto da remição da pena, mais uma forma de tentar diminuir o tempo na prisão. Apesar da maioria delas não possuírem condições financeiras para se manter no presídio, muitas delas precisam do auxílio de familiares, ou, pior ainda, os filhos precisam de algum auxílio delas, mas o quesito remuneração pelo trabalho ficou em último lugar. (LEMA, 2015)

Outro aspecto demonstrado por Lema (2015) foi a falta de profissionalização em relação às atividades desempenhadas. Na Penitenciária estudada, na cozinha, segundo relato das presas entrevistadas, somente vai trabalhar como chefe da cozinha, por exemplo, se a interna já souber cozinhar, e a partir disso não existe nenhuma capacitação para quem está comandando o fogão. Para as ajudantes, estas aprendem olhando as cozinheiras chefes, na elaboração e produção de alimentos. Não há uma profissionalização. Na empresa de bijuterias, o trabalho é mecânico, não existe nenhum tipo de método de ensino, na verdade trata-se somente de lixar as peças, atividade que, devido ao risco do seu procedimento, é uma tarefa para qual é muito difícil de encontrar mão de obra livre disposta a realizá-la. (LEMA, 2015)

Conforme constatação de Lema (2015), resulta falacioso que o trabalho realizado pelas mulheres no PFF, é um trabalho profissionalizante. Conforme

observado e relatado por elas mesmas, o PFF não oferece cursos profissionalizantes, e quando ofereceu um, há algum tempo atrás, de desenhos artísticos para unhas, conforme afirmado por algumas mulheres, iniciou as aulas e depois que elas haviam produzido todos os desenhos, a mulher que estava ministrando o curso nunca mais apareceu na unidade, foi embora levando a produção dos desenhos consigo. (LEMA, 2015) Essa é um problema também evidenciado na pesquisa da UFMA, de Coelho (2010). O autor verificou-se que a instrução escolar e a qualificação profissional são atividades que as mulheres apenas desenvolvem com a finalidade de ressocialização. Entretanto, somente as mulheres que cumprem pena em regime aberto e com bom comportamento podem usufruir o benefício do “trabalho”. Além disso, segundo relatos das detentas, frequentemente, a produção dos projetos profissionalizantes é paralisada por falta de material para a produção em função do término dos Convênios. (COELHO, 2010)

A produção da UFRS, de Colares (2011), ao enfrentar a questão, mostrou que as pesquisas indicam que, para as mulheres presas, a dimensão dos ganhos econômicos assume valor especial, tangível, apesar dos pagamentos serem irrisórios. (LEMGRUBER; ESPINOZA *apud* COLARES, 2011) Isto porque a condição de mulher, com suas necessidades específicas em termos de higiene íntima (não supridas pela instituição), e a condição de mães e responsáveis pela família, na maioria dos casos, impulsiona as presas para o trabalho penal. (COLARES, 2011)

O trabalho na prisão assume contornos que o diferencia do que é executado no extramuros. As discussões sobre o trabalho prisional apresentam duas antinomias básicas: a primeira relativa ao divórcio entre o pretenso objetivo ressocializador e as condições concretas em que as ocupações são ofertadas, tanto em termos da quantidade de vagas quanto da qualidade dos postos de trabalho, pois não se diferenciam das habilidades domésticas que as mulheres já trazem para a instituição. (COLARES, 2011) Para Espinoza, (*apud* COLARES, 2011) as prisões para mulheres reproduzem as tarefas tipificadas como “femininas” ou aquelas que são relacionadas às atividades executadas no lar e perenizam as exclusões de classe e de gênero que as mulheres, principalmente as mais pobres, vivenciam, não

gerando, por isso, qualquer possibilidade de qualificação para o mercado laboral. (COLARES, 2011) O trabalho, assim como a visita dos parentes e o recebimento da sacola com mantimentos, são requisitos que circundam a sobrevivência no cárcere feminino, além de delimitarem diferentes estatutos às presas. (COLARES, 2011)

Em relação à seletividade estrutural do sistema penal, aponta Zaffaroni (*apud* LEMA, 2015): “*Os órgãos executivos têm espaço legal para exercer poder repressivo sobre qualquer habitante, mas operam quando e contra quem decidem.*” As estatísticas apresentadas pelos censos penitenciários brasileiros, disponibilizados pelo Ministério da Justiça confirmam o perfil das pessoas criminalizadas. (LEMA, 2015) Neste sentido, a seletividade do sistema prisional é condição estrutural para possibilitar seu funcionamento a serviço de uma ordem baseada na dominação injusta, na superexploração da mão de obra encarcerada e no confinamento dos indesejáveis. (LEMA, 2015)

A população carcerária apresenta o mesmo perfil estigmatizado e serão estas as pessoas que, no momento de privação de liberdade, irão compor a clientela explorada na sua força de trabalho, agora mais do que nunca pelos grandes empresários que, sob o discurso declarado da função da prisão, possibilitariam a “ressocialização” das apenadas. (LEMA, 2015) O discurso legitimante do sistema penal e, em particular, prisional, sustenta que o caminho trilhado por aquela que entra no presídio tem sempre como pressuposto o ócio e a desocupação e o combate a esses desvios só poderia ser feito modelando-as com hábitos da disciplina do trabalho. Sendo que, na prisão, elas seriam, “reeducadas” ou “ressocializadas” e estimuladas a uma vida cotidiana, baseada nas virtudes do trabalho. (LEMA, 2015)

O discurso moralizante retribucionista, próprio do senso comum punitivo, ainda acredita que o trabalho reeduca, deixando de perceber, por ausência de reflexão crítica, que a condição do trabalho assalariado no modo de produção capitalista é, na sua essência, pautada pela exploração e a alienação. (MARX *apud* LEMA, 2015) Assim, considerando a condição de superexploração e opressão do trabalho dentro dos estabelecimentos penais é praticamente impossível encontrar

nele benefícios para o indivíduo preso. (LEMA, 2015) A pesquisa de Lema (2015) observou que o trabalho executado pelas mulheres presas não tem as mesmas características daquele prestado pelo ser humano livre, pois guarda suas particularidades, ou seja, um tratamento único dado pelo ordenamento jurídico.

Desta forma, a atividade desempenhada pelas mulheres presas não é protegida pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, mas regida pela LEP. O que acarreta diversos problemas, principalmente, conforme já salientado, quanto à remuneração, estabilidade de emprego, férias, FGTS, 13º salário e tantos outros direitos previstos na CLT. (LEMA, 2015) As empresas que se aproveitam da força de trabalho desta parcela excluída da sociedade, se instalam dentro das Unidades Prisionais com um claro objetivo: o lucro fácil através da superexploração da força de trabalho, não existindo qualquer contraprestação a título de comprometimento para com a inserção laboral da egressa. (LEMA, 2015)

Segundo observações de Lema (2015), as mulheres que se encontram reclusas na Unidade Prisional de Florianópolis, exploradas pelas empresas na sua força de trabalho, para não dependerem exclusivamente da ajuda familiar para compra de alimentos, produtos de higiene pessoal e materiais de limpeza, acabam por prestar serviços a essas empresas que, em troca da mão de obra barata, sem encargos trabalhistas e responsabilidades sociais, exploram e as submetem a um ritmo de produção humanamente impossível de ser cumprido por qualquer trabalhador livre fora dos estabelecimentos prisionais. A situação em que se encontram é que conduz à aceitação da superexploração, uma vez que uma parte do pouco dinheiro que arrecadam com a remuneração do trabalho, é destinada ao sustento da própria família, quase sempre dos filhos deixados para trás. (LEMA, 2015)

Conforme relatado por algumas mulheres que trabalham para as empresas instaladas no PFF, muitas não recebiam salário algum, sob o argumento de estarem em período de experiência, esse fato realmente é mais uma violência proporcionada pela prisão. Em nenhum lugar um trabalhador livre vai trabalhar indefinidamente como período de experiência e não receber nada em contrapartida, a não ser nos casos de trabalho escravo. (LEMA, 2015) As empresas que estão no PFF atualmente

tem uma contrapartida significativa para estarem instaladas naquele local, além da mão de obra barata que parece ser a “menina dos olhos” dos empresários, não pagam aluguel, luz, água, alimentação durante jornada de trabalho, até a limpeza do local é feita com os produtos da unidade prisional. São tantos os benefícios oferecidos aos empresários que resulta evidente o interesse de grandes empresas que estão instaladas em diversas unidades prisionais em todo o Estado. (LEMA, 2015)

Essa superexploração e abandono ocorrem porque não há uma política de Estado preocupada em promover uma condição menos violenta de cumprimento da pena por aquela privada de sua liberdade e muito menos com as condições de vida da egressa. Assim há cumplicidade e/ou organização do processo por parte das autoridades políticas que, no seio do Estado, tornam este tipo de práticas uma atividade lícita, legitimando-a com o discurso retórico da ressocialização pelo trabalho. (LEMA, 2015)

Em relação às oficinas de trabalho, bem como ao trabalho interno e externo, a supervisora geral e a agente penitenciária entrevistadas declararam que veem nessas atividades a possibilidade de extrair vários benefícios para as detentas, entre eles, a ocupação da interna, colaborando assim com a manutenção do controle e disciplina; a possibilidade de reinserção social; e a contribuição do trabalho da interna para sustentar a sua família. (COELHO, 2010) De maneira geral, elas compreendem que toda atividade que venha “tirar a interna da ociosidade” pode ajudá-la no processo de ressocialização. Assim, depreende-se que o significado dado por ela à reeducação se aproxima do senso comum, qual seja: oferecer às detentas oportunidades de desenvolver uma atividade laboral ou de qualificação com a finalidade de remir a pena e da inclusão social dessas mulheres. (COELHO, 2010)

Pode-se inferir, portanto, que a Instituição vê o trabalho prisional não como um agravante da pena, não devendo ser considerado como sofrimento, castigo, ou até mesmo como um instrumento de punição. Logo, deverá ser o meio mais valioso para obter principalmente a remição de pena e possibilitar sua inclusão social.

(COELHO, 2010) Dessa forma, o trabalho concebido desde o início da prisão como agente de transformação carcerária deve ser compreendido como integrante da maquinaria que transforma o/a prisioneiro/a em agente útil, neutralizando-o/a e tornando/a pessoa dócil e útil. (COELHO, 2010)

A apenada que tem bom comportamento dentro da Instituição e que trabalha, na visão dos membros da equipe dirigente, aumenta suas chances de troca do regime fechado para o semiaberto, e deste para a redução dos dias da pena a ser cumprida. Desta feita, a oferta de trabalho seria um elemento ressocializador, pois acelera a saída do sistema, justificando a pena privativa de liberdade.

Entretanto, concordamos com Bauman (*apud* COELHO, 2010) quando este analisa que a alternativa de trabalho oferecida não acompanha as transformações ocorridas no mundo globalizado. Em se tratando da mulher apenada, as atividades laborais privilegiam ocupações “tipicamente femininas” e que comumente são desvalorizadas socialmente, reproduzindo e reforçando, assim, estereótipos de gênero. (COELHO, 2010)

As problematizações envolvendo a educação na prisão também foram trazidas e serão demonstradas. Uma das problematizações verificadas, diz respeito à ausência de políticas públicas voltadas à execução da educação formal no contexto prisional, conforme veremos a seguir.

4.16 EDUCAÇÃO NA PRISÃO

A educação na prisão de mulheres fora questão problematizada na pesquisa desenvolvida por Coelho (2010), junto à UFMA. A pesquisa constatou que, na unidade prisional do CRISMA, as mulheres apenadas não participavam de atividades de educação formal. Os relatos evidenciaram que, quando da oferta de ensino fundamental na Instituição, era muito frequente o abandono da sala de aula pelas internas em função das atividades laborais ou ainda por qualquer outra atividade. (COELHO, 2010)

Outra produção a enfrentar a questão foi a de Scariot (2013), realizada pela UFMT. Segundo a autora, a escola no espaço prisional não está imune aos problemas que acontecem na Unidade. (SCARIOT, 2013) Para a autora, a execução da educação formal na prisão é atravessada por inúmeros problemas, por exemplo, a ausência de políticas públicas voltadas para a educação no contexto penitenciário; as dificuldades em transformar a escola do presídio em um local onde verdadeiramente ocorrem aprendizagens significativas e a má vontade e falta de preparação de alguns funcionários, que veem a educação privilégio e não direito das alunas. Diante das adversidades que permeiam o espaço escolar no cárcere, Onofre (*apud* SCARIOT, 2013) ressalta que “*é necessário investimento em estudos e ações em busca da (re) construção de projetos educativos que visem à melhoria das escolas das unidades prisionais*”.

Enquanto na escola extramuro, a preocupação em relação ao aprendizado está localizada na tríade aluno, professor e conhecimentos, na escola em ambiente prisional essa preocupação ganha mais um vértice: os funcionários. Não são todos, mas a grande maioria dos agentes prisionais não tem preparação e nem convicção que são educadores. Eles veem a educação prisional como algo desmerecido, um direito desnecessário para criminosos. (SCARIOT, 2013) “*Nas relações estabelecidas entre presos e funcionários, os primeiros estão em franca desvantagem e seu argumento jamais é válido. São grupos em declarada oposição...*” (PENNA *apud* SCARIOT, 2013). Scariot (2013) afirma que, embora a educação seja dever do Estado e o ensino fundamental direito público subjetivo, certos pontos precisam ser repensados, a lei está sendo cumprida a partir do momento que existe a escola no ambiente prisional, mas boa parte da evasão se deve ao fato das humilhações sofridas para que essas alunas cheguem até o pavilhão escolar. Essa afirmação foi recorrente em várias entrevistas. (SCARIOT, 2013)

Segundo depoimento das internas entrevistadas por Coelho (2010), comumente, a saída da cela ficava condicionada à “boa vontade” dos/as agentes penitenciários/as de plantão, dada a resistência que alguns/as deles/as demonstravam em tirá-las da cela e acompanhá-las durante o desenvolvimento das atividades. O conflito de interesses ocorre por acaso, antes, é parte integrante da

prisão e de sua finalidade. Fica claro, portanto, que a assistência educacional, assim como outras políticas de assistência nas instituições penais, está condicionada às concepções daqueles que estão mais diretamente ligados aos/as detentos/as. (COELHO, 2010) A pesquisa de Coelho (2010) constatou que a ocupação e o trabalho em geral têm sido mais valorizados pelas detentas por oferecerem mais “vantagens”. Isso nos leva a supor que, para elas a frequência à sala de aula, por ser um trabalho intelectual e não trazer benefícios imediatos, fica em segundo plano em relação ao trabalho remunerado, estabelecendo-se o que podemos chamar de uma oposição entre trabalho e educação, reforçada por dispositivos que funcionam como mecanismos de incentivo ao trabalho, como a remuneração das internas. (COELHO, 2010)

A Instituição encontra muitas dificuldades em oferecer às detentas a assistência educacional que é prevista na LEP, pois não há apoio institucional para a realização do trabalho, em virtude da falta de previsão orçamentária, pessoal especializado e espaço adequado, sendo este geralmente executado por meio de projetos de curta duração e com atendimento reduzido (COELHO, 2010). A pesquisa de Lopes (2013) pela UFES também verificou que, na instituição prisional estudada, não há muito esforço a fim de que as internas concluam seus estudos antes de assumirem qualquer vaga de trabalho. (LOPES, 2013)

A problematização também fora feita no estudo de Pinel (2017), na produção da UNB, na qual o autor relata uma dispersão dos dados investigados, no que tange à participação das estudantes-internas em outros espaços educativos, durante o cumprimento da pena. O que se percebeu é que, embora a maioria não tenha tido outra experiência educativa formal durante o cumprimento da pena, 10 estudantes-internas informaram já terem tido oportunidade em outra ocasião de ter frequentado espaços formativos.

Para Pinel (2017), tais dados corroboram a ideia de que as internas as quais apresentam “bom comportamento”, ou seja, estão no grupo das chamadas “classificadas” (Gaudad *apud* PINEL, 2017), possuem maiores possibilidades de acesso às políticas públicas ou não junto à PFDF. (PINEL, 2017) Neste sentido,

Pinel (2017) pontua parecer ser decisivo, no sentido de facilitar o “caminho” até o acesso à política educativa por meio formais e informais, no contato com a burocracia penitenciária no sentido da indicação à educação profissional, passar pelo crivo discricionário e subjetivo dos (as) agentes e policiais penitenciários. (PINEL, 2017)

Corroborando com outras pesquisas que apontam na mesma direção, Pinel (2017) percebeu que o fato de uma interna se declarar cristã ou espírita kardecista - prática religiosa ligada no imaginário coletivo às classes médias urbanas brancas -, (Del Priore *apud* PINEL, 2017) parece “abrir portas” no acesso às políticas sociais e educativas naquele espaço, especialmente tendo em vista a discricionariedade da classificação de comportamento, fundamental para o acesso às políticas formativas. (PINEL, 2017) Podemos perceber, diante dos dados obtidos na pesquisa de Pinel (2017), que conforme outros espaços da sociedade, a educação profissional na PFDF reflete, sistematiza e reforça o preconceito existente nos espaços sociais às práticas religiosas ligadas às populações negras. (PINEL, 2017)

Na unidade pesquisada por John (2014), na produção da UFRS, a entrada de livros, jornais e revistas é proibida. Além disso, não há uma biblioteca ou algo similar onde elas possam promover a prática da leitura. Neste sentido, a ociosidade leva a, dentre outros, ao hábito de ver novela, não apenas uma questão de ocupação do tempo, mas pela própria falta de acesso a outros bens culturais. (JOHN, 2014)

Os discursos vistos na pesquisa de Scariot (2013) revelam que existem dificuldades e isso se deve ao fato da complexidade da nossa língua materna e ao pensamento cristalizado de que Língua Portuguesa é difícil. A escola deve considerar que durante o processo de existência e sua interação com o meio social, *“muitos conhecimentos já foram conquistados por esses adultos não escolarizados, o que deve ser levado em conta pelas propostas de educação”*. (DURANTE *apud* SCARIOT, 2013)

Vale ressaltar que a baixa escolaridade antes da prisão não necessariamente foi ou será superada por todas durante o cárcere. Primeiro, porque algumas tiveram que repetir séries anteriormente cursadas. Segundo, porque estudar na penitenciária

se resume a assistir às aulas ministradas, considerando que o único momento em que elas podem dedicar-se aos estudos é quando estão em horário de aula, não sendo permitido a elas estudarem na cela ou em outro ambiente. (LOPES, 2013)

Terceiro, é o fato de ter que abandonarem os estudos quando progredirem para o regime semiaberto ou na saída temporária. Pires e Palassi (*apud* LOPES, 2013) verificaram que a jornada de trabalho impossibilita a conciliação de trabalho e estudo. Para as autoras essa questão deve ser revista de maneira que o trabalho e o estudo sejam atividades complementares e não excludentes. (LOPES, 2013)

Lopes (2013), ao identificar os mecanismos de exclusão, pode entender como eles afetam a construção das mulheres presas, uma vez que a subjetividade delas é moldada por tais dispositivos. O histórico profissional dessas mulheres antes da prisão, inclusive, foi moldado por esses processos de subjetivação presentes no corpo social. (LOPES, 2013) A pesquisa de Lopes (2013) também verificou que o trabalho mais realizado pelas presas foi o de doméstica, seja fora ou dentro de casa, e nas diversas modalidades: empregada, faxina, diarista e babá. Outras atividades foram a de atendentes, auxiliares e vendedoras. As entrevistas afirmaram, em seus discursos, que trabalharam nessas profissões por: falta de opção; necessidade; falta de objetivo profissional; “*era o que aparecia pela frente*”; e pela falta de estudo. (LOPES, 2013) Já para Nardi, (*apud* LOPES, 2013) o grau de escolaridade por si só não garante a inclusão no mercado.

É preciso também possuir as competências exigidas por ele e o contexto social em que o indivíduo está inserido influencia nessa percepção, uma vez que sua reflexão ética poderá estar reduzida ao atendimento das necessidades de sobrevivência. De fato, a realidade social das mulheres presas afeta essa percepção, considerando que a falta de opção e estudo fizeram com que elas aceitassem qualquer trabalho e não possuíssem objetivos profissionais. (LOPES, 2013)

A pesquisa de Scariot (2013) revelou dificuldades, traumas e privações na infância mulheres entrevistadas. O que se observa é que o espaço reservado para o entretenimento, fantasia e o simbólico que a literatura proporciona fora esquecido

ou negligenciado, muitas vezes, por causa do baixo poder aquisitivo ou condições de vida da família. (SCARIOT, 2013)

Na pesquisa da UFSC, realizada por Santos (2014) revelou a juventude como sendo o momento de vida em que há um distanciamento da escola, em virtude da tentativa de aproximação com o mercado de trabalho, do envolvimento em atividades ilícitas e da tentativa frustrada de retorno à escolarização. Essas experiências apareceram como resultado para a pesquisa da autora a partir da negação da existência da juventude nas trajetórias estudadas. (SANTOS, 2014)

Outro estudo da UNB a problematizar a questão foi o de Gomes (2015) que observou que algumas reeducandas da PFDF entraram na estatística da desistência escolar antes de serem presas. Os motivos não foram diferentes dos demais e estão intimamente ligados à dinâmica social do nosso país, bem como aos aspectos da vida dos indivíduos, dentre os quais se destacam: a necessidade de melhoria da renda familiar, porque muitas mulheres são as únicas responsáveis pelo seu sustento e de sua família, e também pela busca do empoderamento e de melhoria da autoestima. Motivo pelo qual muitas mulheres foram obrigadas a abandonar ou interromper seus estudos. (GOMES, 2015)

Problemas relacionados à expressão religiosa na prisão feminina foram destacados no tópico seguinte e destacam a atuação das Igrejas Neopentecostais nas prisões femininas.

4.17 A EXPRESSÃO RELIGIOSA DAS MULHERES NAS PRISÕES

O trabalho de Santana (2013), produzido pela UFSE, revelou exemplos dos mais diversos regimentos e regras adotados pelas Igrejas Evangélicas com atuação na penitenciária feminina, os quais ilustram como se dá o processo de orientação por parte dessas denominações no sentido de que deverá haver uma mudança de comportamento por parte dos fiéis, crentes, convertidos, que se declaram evangélicos. Muitas entrevistadas apontaram o ritual Batismo como um passo fundamental para a ruptura com vida 'profana' do crime, do pecado e o ingresso no

universo ‘sagrado’ da religião evangélica. Neste sentido, um dos aspectos observados, é o fato de que muitas entrevistadas afirmaram que acreditam que é possível se desligar do mundo do crime através da religião. (SANTANA, 2013)

Outra produção a problematizar o tema foi a de Oliveira (2012), produzida pela UFPB. No decorrer da pesquisa, Oliveira (2012), verificou-se que o grupo de mulheres consideradas “crentes de verdade” (aquelas que vivem a religião cotidianamente) dentro do presídio Maria Júlia Maranhão, era extremamente bem visto tanto pelas demais detentas como pela própria administração carcerária. (OLIVEIRA, 2012) Neste sentido, constata-se que a religião interfere diretamente na própria rotina dentro do presídio, pois, de acordo com uma das entrevistadas da pesquisa de Santana (2013), elas fazem roda de oração e algumas chegam a marcar o horário da meia-noite para fazer orações, o que às vezes chega até a incomodar a demais detentas. (SANTANA, 2013)

Diante do “anseio humano por transformar a desordem em ordem, o caos em cosmos”, (ELIADI *apud* SANTANA, 2013) o presídio consiste em um campo fértil para arrebatador novos fiéis, *ovelhas desgarradas*, ansiosas por mudar de vida, romper com o mundo do crime e “aceitar Jesus”. Dentro desse contexto, a Igreja neopentecostal surge como uma “tábua de salvação”, pois, em suas pregações é ofertada aos “irmãos” essa possibilidade de “mudança de vida” e, ainda, a Igreja se apresenta como detentora dos “bens sagrados” e da possibilidade de concedê-los ou recusá-los. Entretanto, o “aceitar Jesus” implica numa série de mudanças de comportamento, exigências, orações, e manter-se fiel aos dogmas da Igreja. (SANTANA, 2013)

Entretanto, elas se dão ao direito de absorverem da religião aquilo que lhes traz sentido de vida, fortificação espiritual, acolhimento social, mas desprezam aquilo que não lhes é interessante seguir e cumprir. (SANTANA, 2013) A sexualidade, por exemplo, é uma questão controversa para as detentas convertidas, pois, embora a maioria delas acredite que se trata de pecado, algo reprovável, elas praticam sexo extraconjugal, ou, pelo menos, gostariam de praticar, logo, fora identificado por Santana (2013) que a questão da sexualidade é categorizada por

elas como esfera privada, cujo comportamento não estaria dentro da esfera religiosa. (SANTANA, 2013)

Ademais, a imposição da abstinência sexual contraria a finalidade ressocializadora da pena privativa de liberdade, já que é impossível pretender a readaptação social da pessoa e, ao mesmo tempo, reprimir uma de suas expressões mais valiosas. Por outro lado, viola-se um princípio fundamental do direito penal: a personalidade da pena, visto que, quando se priva o recluso de suas relações sexuais normais, castiga-se também o parceiro inocente. (BITENCOURT *apud* SANTANA, 2013)

Ainda há grande dificuldade para reconhecer o direito da mulher sobre o próprio corpo, seus direitos sexuais e reprodutivos na sociedade em geral. A dificuldade é ainda mais grave para as presas. (LIMA *apud* SANTANA, 2013) Algumas das entrevistadas chegaram a manifestar insatisfação e dizer que sente que há uma discriminação em relação às mulheres encarceradas, pois, na sua visão, nos presídios masculinos o acesso ao sexo, à visita íntima é mais facilitado. (SANTANA, 2013)

Outro aspecto relevante evidenciado diz respeito às perseguições por parte das detentas evangélicas que condenam o homossexualismo. Segundo relato, a Igreja é contra e constantemente fala sobre esse assunto, no sentido de “salvar” as homossexuais dessa “vida pecaminosa”, tentando dificultar os encontros entre as lésbicas. (SANTANA, 2013) Os depoimentos constantes no estudo de Oliveira (2012) divergem e mostram visões particulares de um mesmo Deus, que ora acalenta, ora repreende e castiga de acordo com as obras de cada um. Devo ressaltar que para essas mulheres Deus é a representação de um ser onisciente, que almeja abrigar-se no coração daqueles que se dispusera conceder-lhe morada, no entanto, essas mulheres sentem-se intimamente sujas, interiormente bagunçadas e não dignas de recebê-lo em seus corações. (OLIVEIRA, 2012)

Em geral, a religião evangélica procura dominar a esfera privada das pessoas, pois “dominar o espaço mais íntimo da pessoa pressupõe dominá-la por inteiro”. (MORANO *apud* SANTANA, 2013) No caso em tela, existe um modelo de

comportamento apontado por algumas detentas convertidas que deve ser seguido, ou seja, elas passam a apresentar um comportamento diferente, passam a ser mais amáveis, companheiras, procuram ajudar, falam mansamente, não se revoltam, não xingam, não possuem vícios, não fumam, não são vaidosas, são humildes, uniforme sempre limpo, oram com frequência, leem a Bíblia, se arrependem dos seus crimes e pecados, não revidam agressões, respeitam a instituição e a Direção, são obedientes, subservientes. (SANTANA, 2013)

A adaptação que ocorre ao longo da reclusão é uma maneira de incorporar novos costumes, maneiras de falar e agir, sentimentos que permitam a sobrevivência na instituição total. Muito do que antes existia é então perdido, inicia-se o processo de mortificação do eu, suprimindo as próprias concepções para permitir uma reorganização e reestruturação pessoal. Este processo que é observado nas penitenciárias é comparado ao que ocorre àquele que adoece e é hospitalizado. (SANTANA, 2013) A pesquisa de Santana (2013) revelou que a conversão não se dá apenas por predisposições desses sujeitos, mas, sobretudo, existem elementos contextuais que as estimula. Assim, o conceito de conversão como escolha individual é apropriado para a realidade do estabelecimento penal ora investigado. Entretanto, não se trata de um ato de autonomia do sujeito crente, na essência do termo, pois se constatou a existência de condições sociais peculiares ao presídio que maximizam o índice de conversão nesse contexto. (SANTANA, 2013)

Rotuladas como marginais, as detentas buscam na religião uma forma de intervir e mudar esse estigma uma vez que, sendo libertas, necessitarão de apoio da própria sociedade que as subjugou. Cansadas de serem vistas como seres de alta periculosidade, buscam na religião, na espiritualidade um caminho para se afirmarem humanas. (OLIVEIRA, 2012) Se para umas a liberdade é sonhada, para outras, é temida. A volta ao convívio social e a incerteza do futuro causa sentimentos mistos entre as detentas. No entanto, uma coisa pode se perceber; entre as detentas que se consideram religiosas, a expectativa de aceitação social é muito maior e a certeza de serem aceitas e reincorporadas à sociedade é nítida em suas exposições verbais. (OLIVEIRA, 2012)

É recorrente na fala das detentas pesquisadas os motivos específicos peculiares à situação que estão vivenciando no contexto intramuros para a busca da religião. Um desses motivos é o fato de algumas delas se sentirem abandonadas por seus parentes. O sentimento de abandono é citado por quase a totalidade das entrevistadas, a maioria chorou ao ser indagada se sentiam abandonadas e afirmaram procurar religião como refúgio para a alma, na tentativa de amenizar essa sensação de abandono: “*Me sinto abandonada, mas o que me ajuda é saber que Deus nunca me abandona*”. (SANTANA, 2013)

A vitimização no ambiente prisional diz respeito às violações sofridas no interior das prisões femininas. O tópico seguinte trará as problematizações verificadas nos estudos em relação a essa questão.

4.18 VITIMIZAÇÃO NO INTERIOR DO SISTEMA PRISIONAL

No que tange à vitimização no interior da prisão, Gama (2015) na produção realizada pela UFCE destacou que 746 mulheres se declararam vítimas de algum tipo de violência. Quando questionadas sobre conhecer alguma colega vítima de um ou mais de um tipo de violência, o número subiu para 2.830 relatos. (GAMA, 2015) Os apontados como maiores perpetradores de violências no interior das prisões foram as próprias presidiárias, sendo 76,4% violência sexual; 76,3% violência física com armas ou objetos; 73% violência patrimonial; 64,9% física grave; 64,5% física leve; 59,8% moral; e 50,4% psicológica. (GAMA, 2015) A maioria das violências reportadas no interior da prisão se caracterizou como: psicológica (49,2%), física leve (39,7%), moral (38,7%), patrimonial (38,1%) e física grave (36,6%). Enquanto as violências sexuais e físicas com armas e/ou outros objetos foram caracterizadas como raras em 45,8% e 41,5% dos casos. (GAMA, 2015)

A pesquisa de Isabella Gama (2015) verificou a existência de fatores associados à vitimização da mulher no interior da prisão: histórico prisional; transtornos mentais; tabagismo e consumo de álcool; consumo de outras drogas (no passado e/ou atualmente); estado geral de saúde; tranca/isolamento. (GAMA, 2015) Embora algumas unidades prisionais femininas não registrem prática de violência

física, outras são acusadas de severas violações contra a integridade emocional e física dessas mulheres. (SOARES; ILGENFRITZ; CEJIL *apud* GAMA, 2015) Ademais, a atual estrutura prisional está condenada à superlotação e precárias condições de higiene. Logo, a situação se agrava quando esses sujeitos são mulheres, pois sabe-se que o ambiente prisional é inadequado às peculiaridades de gênero. (RAMPIN; VARELLA *apud* GAMA, 2015)

Portanto, a formação do sistema penitenciário acaba por instaurar a violência contra a mulher como um fator inerente ao seu funcionamento, revogando a dignidade pertencente às mulheres. (RAMPIN *apud* GAMA, 2015) As torturas psicológicas e o desrespeito à integridade moral das reclusas desvelam-se através das celas superlotadas, da falta de espaço físico, da inexistência de água, luz, material higiênico, banho de sol, da presença de lixo entre os encarcerados, esgotos e insetos, além da existência de pessoas doentes sem atendimento médico mantidos em celas insalubres. (SOARES; ILGENFRITZ; BRASIL *apud* GAMA, 2015)

De igual modo, as detentas também experimentam uma variedade de violências por parte de funcionários. Segundo Oliveira Franca, (*apud* GAMA, 2013) é evidente a dificuldade de quantificar tal violência institucional através de estudos ou de possíveis denúncias, pois as mulheres costumam omitir quaisquer informações que envolvam a violência, talvez por medo de represália por parte dos envolvidos ou por não acreditarem em uma solução para tal. (FRANÇA *apud* GAMA, 2015)

A pesquisa de Gama (2015) identificou um ciclo de violência e revitimização sofridas pelas mulheres no interior das instituições penais, de modo que se recomenda a realização de ações coletivas voltadas às essas mulheres para que possam identificar suas vulnerabilidades e tomar atitudes no sentido de prevenir a violência no interior das instituições. Entretanto, tais ações somente serão efetivas com a participação e treinamento tanto técnico como humanizado de todo setor institucional penitenciário feminino de forma a romper a lógica punitiva popular e a tendência de rigidez punitiva institucionalizada. (GAMA, 2015)

Da mesma forma, o estudo da UNB capitaneado por Quadrado (2014), verificou que as práticas de violência – simbólicas ou físicas -, são instaladas como uma realidade cotidiana e sistemática sobre as presas e, o mais contraditório, exercida pelos/as próprios (as) agentes de Estado. Ocorrem vários tipos de abuso e ações violentas cometidas pelo e no Sistema Prisional, que violam os direitos e a integridade física das mulheres na prisão. (QUADRADO, 2014) Destaca-se que, no exercício dessas práticas, há uma combinação de socos e pontapés, enquanto as presas estão algemadas; além do uso de instrumentos como “pau” e “*spray*”, e, ocorre em sua forma mais difundida, durante as revistas e, em menor medida, quando descumprem normas. (QUADRADO, 2014)

Outrossim, num dos primeiros encontros realizados por Leite (2012), na produção da UFRS, as participantes disseram que não se podia confiar em ninguém. Mais tarde, instadas a falar sobre a amizade, descreveram-na contraditoriamente, tomando como ponto de partida as (im) possibilidades para a confiança. Por um lado, parecia melhor confiar nas colegas de cela, tecendo com elas relações semelhantes às de amizade. Mas apenas até certo ponto, porque estas poderiam roubar pertences mais facilmente do que as ocupantes de outras celas, por exemplo. Explicaram a existência de uma confiança relativa, enfatizando o cuidado que se há de ter ao falar, como falar e para quem falar. (LEITE, 2012)

Existe também uma desconfiança peculiar que tende a se reproduzir na relação entre as pessoas apenadas e as que trabalham nas casas prisionais, sejam agentes, técnicos ou prisioneiros. A manipulação é presença constante no ambiente carcerário, uma sombra contra a qual o técnico e o agente se defendem duplamente: para não cair nela e para não tomar por manipulação algum apelo de outra ordem. É muito difícil, porque ela impregna tudo. (LEITE, 2012) Leite (2012), no seu estudo, propôs o entendimento da prisão como uma instituição produtora de desconfiança por estar destinada a bloquear a circulação e o fluxo das pessoas. Mas também das informações, dos sentimentos, dos saberes, dos afetos e dos vínculos. (LEITE, 2012)

A maioria das narrativas encontradas na pesquisa de Quadrado (2014) apresentou que a revista do corpo e da cela gera muitos conflitos, indignações e discussões, com as agentes e com as próprias presas. Revelando também que as confusões, conflitos e violência entre presas e funcionárias - especialmente as agentes de segurança penitenciária, pois estavam em contato direto com as presas - esquentavam o cotidiano intramuros, levando um tempo para poder acalmar os ânimos e desavenças, quando possível. (QUADRADO, 2014) Quadrado (2014) verificou que o ritual de entrada da mulher presa na Unidade prisional indica o caráter de dominação e assujeitamento a que as presas são literalmente acondicionadas. A especificidade presente em forma de cela para adaptação, reflete a ação tácita em informá-las, consciente ou inconscientemente, sobre quem detém o poder nesse local. Desse modo, o espaço disciplinar assume a função inicial de pacificação dos corpos. (QUADRADO, 2014)

O espaço prisional é um espaço institucionalizado de controle, permeado pela imposição da disciplina, associada à precária estrutura física. A rotina prisional disciplinada é justificada pelo estado de alerta contínuo, gerado pela preocupação com a superlotação carcerária, especialmente porque a unidade conta com um efetivo reduzido de agentes penitenciárias por plantão de 24 horas, para fazer a segurança de 64 mulheres presas. (QUADRADO, 2014) Em ambientes hostis, como a prisão, a disciplinarização dos corpos tem a função de individualizá-las, de maneira que o indivíduo seja subjugado inconscientemente a uma sensação de vigilância sem que ocorra a mecânica do isolamento. O ordenamento em pavilhões e a distribuição por meio do recorte das horas, das filas e da contagem, como ocorre na Unidade pesquisada, são reflexos da operação desse mecanismo disciplinador. (QUADRADO, 2014)

Entretanto, enquadrar-se aos padrões de comportamento da instituição não significa que essas mulheres aceitem passivamente as normas, regulamentos e imposições do exercício da prática penitenciária, nem se sintam conformadas com o tipo de trabalho, os horários, as sanções e mesmo as humilhações vividas nos espaços de reclusão. Enquadrar-se significa, muitas vezes, aproveitar as brechas do sistema penal para adquirir recompensas como elogios, concessão de regalias, e,

ainda, benefícios da lei e a liberdade. Submeter-se aos mecanismos de controle do sistema penal é uma estratégia de melhor convivência e sobrevivência na prisão. (QUADRADO, 2014)

Aspectos interseccionais foram trazidos por Akotirene (2014), Almeida (2018) e Caceres (2015). No tópico seguinte, veremos as problematizações verificadas decorrentes das questões de gênero, classe e raça no ambiente prisional feminino.

4.19 CLASSE, RAÇA E GÊNERO

Uma das principais pesquisa a destacar o tema foi a de Akotirene (2014), realizada na UFBA. Para a autora, a interseccionalidade se apresenta, através das resistências identitárias das mulheres encarceradas e se expressa em conflitos depositados na forçada sociabilidade com negras, lésbicas, candomblecistas e idosas. (AKOTIRENE, 2014) Na sua pesquisa, Akotirene (2014) as mulheres encarceradas no CPF, a partir dos marcadores sociais permanentes, de brancas e negras, ofereceram seus pontos de vistas sobre o alcance das políticas públicas para a reversão das iniquidades presentes nos cárceres, alicerçando suas vozes na condição de mulher refém do poder político do Estado, regulador das relações sociais.

No caso do sistema prisional, não importa se é negra ou branca, o descaso em política pública é universalizado para as encarceradas e o alcance deste fracasso institucional é aperfeiçoado pelo racismo (AKOTIRENE, 2014). Tal segregação no cárcere reflete um castigo a mais para a mulher encarcerada. O corpo subversivo das mulheres negras é segregado duplamente; primeiro do convívio da sociedade civil, segundo da própria prisão. (AKOTIRENE, 2014)

Trata-se do racismo institucionalizado presente em nossa sociedade, para além das grades, consagrado pela violência dos agentes de segurança pública do Estado e disposto nos cárceres pelos agentes penitenciários autorizados a isolar perfis raciais de mulheres ou as transferirem de maneira compulsória para outra

sociedade, por meio dos chamados “bondes.” Diferente dos agentes de segurança autorizados a matar sob a justificativa do “auto de resistência”, proveniente de confronto ou resistência à prisão. Nos embates com os agentes penitenciários, a auto resistência das mulheres é amortecida em forma de “bonde”. (AKOTIRENE, 2014)

Há um fracasso coletivo de atendimento adequado à população majoritariamente negra, manifesto em violências raciais invisibilizadas, sutis e pouco debatido nos espaços de políticas públicas carcerárias. Racismo que enxerga suas vítimas para o encarceramento, mas nem sempre permite ser enxergado pelas suas vítimas no cumprimento da pena. (AKOTIRENE, 2014) O racismo institucional é a ideologia civilizatória da sociedade política brasileira manifestada em normas, condutas e procedimentos dos indivíduos em nome das instituições para a manutenção da segregação racial da população negra. O conceito coloca como hipótese uma possível desatenção dos servidores públicos na forma de atendimento e na inclusão de parcelas populacionais estereotipadas ao acesso a bens e serviços das políticas públicas. (AKOTIRENE, 2014)

Na cadeia, os ditames do racismo, sexismo, lesbofobia, adultismo, preconceitos de classe e a intolerância religiosa se libertam dos olhares contra-hegemônicos, ofertados pelo feminismo, e ali mesmo, entre as internas, mostram seus preconceitos. Estas formas de saberes presentes no cotidiano das encarceradas diferem desempenhos institucionais, embora, na condição de privadas de liberdade, as internas acreditem erroneamente terem o “poder” de impedir o exercício dos marcadores sociais. (AKOTIRENE, 2014) A repulsa da mulher idosa à homossexualidade da mulher encarcerada, como se a orientação sexual fosse um mero estilo de vida dessas internas, bem como o verificado repúdio político ao amor homossexual, não corresponde à necessária repulsa ao desafeto institucional contra a sua condição legal de idosa, a qual, apesar de prever tratamento penal distinto, no entanto, está relegada ao chão. (AKOTIRENE, 2014)

A abordagem da interseccionalidade na análise sobre as encarceradas nos permite ler a classe enquanto categoria de análise para compreensão do capitalismo,

aprimorando explorações entre as internas, inclusive revela que a branquitude enquanto capital simbólico capaz de favorecer o ganho de outros capitais sociais, na prisão se desfaz de seu poder para a minoria de mulheres brancas cuja aparência, cabelos socialmente considerados belos, escolaridade avançada são valorizados pela instituição, porém inutilizados nas relações monetárias com a maioria negra de internas. (AKOTIRENE, 2014) O sistema penitenciário para mulheres é repudiável desde seu início e indissociável do racismo e sexismo, uma vez que inexistente instituição prisional sem essas ideologias discriminatórias, tendo em vista o enraizamento dessas tecnologias de opressão na sociedade. (DAVIS *apud* AKOTIRENE, 2014)

Podemos chegar à conclusão de que todas essas identidades sociais trancafiadas geram o fracasso institucional da prisão como meio de ressocialização da mulher encarcerada, evidenciando a prisão como um propício ao exercício das tecnologias de poder colocadas, principalmente, pelo gênero e raça. (AKOTIRENE, 2014) No sistema penitenciário feminino a mulher, com seu micropoder, transfere a opressão recebida para outra, por sua vez explorada. Agora, está subordinada e, todas juntas, são discriminadas pela instituição, por serem majoritariamente negras, usuárias de drogas, reclusas como se traficantes fossem levando a saúde pública para o lugar de pena e discriminação. (AKOTIRENE, 2014)

Outro trabalho a destacar os aspectos de gêneros como influenciadores da rotina prisional foi o realizado por Almeida (2018), pela UFSE, no qual a autora percebe que os discursos evidenciam como os presos e presas visualizam suas vivências e as desvantagens de acordo com o sexo no cárcere. As mulheres em sua maioria demonstram insatisfação com relação aos direitos concedidos ao público prisional masculino, aos quais, lhes são negados, simplesmente pela condição de ser mulher. (ALMEIDA, 2018) Temos a evidência de que as mulheres fazem parte de divisões sexual do crime, desde a efetivação (em seu caráter subalterno, sempre em posições inferiores aos dos homens), até seu julgamento (com um possível abrandamento da pena), além da forte presença masculina em seus atos delituosos. Entretanto, é importante ressaltar que as mulheres sofrem a penalidade de maneira

mais intensa por meio dos estereótipos de gênero, que sustentam a imagem de mulher ideal de família. (ALMEIDA, 2018)

Destaca-se que o impacto da prisão é mais devastador para mulheres, considerando que existem laços familiares, assim como os filhos que ficam com avós ou abrigos. É preciso pensar sobre essas mulheres que são ignoradas na sentença final e na prisão, em suas especificidades. Desde o momento da prisão que não se detecta a sua realidade de vida referente aos filhos, suas responsabilidades são enlaçadas em uma rede de poder que vai se desestruturando, havendo a necessidade de estruturar essas demandas dentro das nossas atuações profissionais, pensando nos núcleos familiares dessas pessoas. (ALMEIDA, 2018)

Em conversas coletivas, ouvidas por Almeida (2018), elas afirmaram que são invisíveis por serem poucas e que ter alguém ali de fora das grades, para ouvi-las em suas justificativas, poderia ajudar, e se não ajudasse pelo menos seriam ouvidas, pelo menos alguém lembrou que existem. (ALMEIDA, 2018) Outra/o interna/o se intitula como homem trans e explica que caiu no crime por dinheiro fácil e destaca que a sua orientação sexual também contribuiu para sua inserção na criminalidade, proferindo com veemência a sua coragem ao aceitar a encomenda de morte de um homem, sequestrar e amarra-lo junto ao seu comparsa. Seu discurso parecia querer assemelhar-se ao que é historicamente atribuído como masculino, no que se refere a sua virilidade, força, liberdade e por sua vez, coragem em cometer crimes no âmbito público e violento. (ALMEIDA, 2018)

A pesquisadora explica que, de acordo com o site do Ministério da Justiça em 2014, a Secretaria de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República publicou uma portaria com normas para o recebimento de presos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros em presídios do País. Segundo o texto, as pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas, e o Estado deverá garantir tratamento igual às mulheres transexuais ao das demais mulheres em privação de liberdade, garantindo o respeito ao uso das roupas femininas ou masculinas conforme o gênero, assim como o direito a visita íntima e a atenção a saúde e educação. (ALMEIDA, 2018)

Neste sentido, a autora problematiza que o discurso do homem trans sobre as dificuldades de aceitação com relação a sua sexualidade é algo comum vivenciado por essas pessoas que rompem com os padrões. Afinal, diante da atual conjuntura social, *“a transexualidade seria, portanto, a materialização do impossível, o inominável, aquilo que transcende a capacidade de compreensão”*. (BENTO apud ALMEIDA, 2018)

Esses aspectos interceccionais também foram discutidos em outro trabalho baiano realizado por Caceres (2015). A cultura carcerária contribui para reiterar de diferentes maneiras as desigualdades de gênero, raça e classe que tornam possíveis os sistemas interconectados de dominação. Pode-se dizer ainda que ela contribui como uma instituição genocida do povo preto brasileiro, em especial, das mulheres negras, já que pelos aspectos imanentes à cultura carcerária produz as condições de várias “mortes em vida”. (CACERES, 2015)

Almeida (2018) percebeu que os discursos evidenciaram como os presos e presas visualizam suas vivências e as desvantagens de acordo com o sexo no cárcere. As mulheres em sua maioria demonstram insatisfação com relação aos direitos concedidos ao público prisional masculino, aos quais, lhes são negados, simplesmente pela condição de ser mulher. (ALMEIDA, 2018) Temos a evidência de que as mulheres fazem parte de divisões sexual do crime, desde a efetivação (em seu caráter subalterno, sempre em posições inferiores aos dos homens), até seu julgamento (com um possível abrandamento da pena), além da forte presença masculina em seus atos delituosos. Entretanto, é importante ressaltar que as mulheres sofrem a penalidade de maneira mais intensa por meio dos estereótipos de gênero, que sustentam a imagem de mulher ideal de família. (ALMEIDA, 2018)

O último tópico traz as problematizações atribuídas aos efeitos da prisão de mulheres para as famílias. Alencastro (2017) e Colares (2011) trazem importantes conspirações acerca dessa problemáticas.

4.20 AS FAMÍLIAS DAS MULHERES PRESAS

A pesquisa de Alencastro (2017) revela que as famílias que puxam cadeia são pessoas que, por sua intensa ligação com o dentro e o fora dos presídios, acabam por cumprir pena de reclusão juntamente com a interna. Essa perspectiva é mobilizadora no sentido de busca pelo acesso às políticas institucionais de proteção social e para resolução de questões relativas aos benefícios de proteção social de suas familiares presas.

Não só isso. Existe, na verdade, uma criminalização das famílias a partir do tratamento institucional que recebem, sendo, portanto, pertinente a compreensão de que as famílias que puxam cadeia também estão, de alguma forma, presas. (ALENCASTRO, 2017) Conforme apresentado pela pesquisa de Alencastro (2017), a AFISP/DFE passou a se organizar formalmente em junho de 2015. Uma de suas primeiras ações foi a criação de grupos no aplicativo *WhatsApp*, onde são discutidas questões práticas sobre denúncias, dia de visita (produtos que podem e que não podem entrar, e se podem, de que maneira devem ser organizados), por exemplo. (ALENCASTRO, 2017) A criminalização das ações é evidente não só nos obstáculos impostos às suas atividades, como também na tendência de afastamento das associadas, que acabam por ter medo de perseguição por participarem desse coletivo não apenas no próprio espaço da prisão, mas também em seus contextos de trabalho. (ALENCASTRO, 2017)

Com relação ao acesso às políticas sociais para as famílias das mulheres presas, os dados são escassos e pouco suficientes, mas é possível afirmar a partir da pesquisa Radiografia do Crime Feminino no DF que 70,8% das famílias não estavam inseridas em nenhuma das ações da política de Assistência Social. Ao total, apenas 20% eram beneficiárias do Programa Bolsa Família e 1,4% era usuária do Benefício de Prestação Continuada. (DINIZ; PAIVA *apud* ALENCASTRO, 2017) Uma das importantes ações da AFISP/DFE foi a realização de um levantamento de denúncias sobre o sistema penitenciário no DF. Ao total, até o momento da tabulação, foram realizadas 70 denúncias, das quais 53 relatam maus tratos, situações de violência e/ou negligência por parte dos agentes de atividades

penitenciárias contra internos e/ou suas famílias. (ALENCASTRO, 2017) As famílias são não apenas as vozes das pessoas presas, mas também são as figuras sem as quais muitos direitos são subtraídos. As famílias fazem os direitos circularem do presídio, para a fronteira, para o fora, ao darem encaminhamentos às demandas das mulheres. (ALENCASTRO, 2017)

Para a autora, o paradoxo do encarceramento das mulheres envolve o fato de que, apesar da sobrecarga de funções e responsabilidades sociais, *“as mulheres têm sido especialmente atingidas pelo encarceramento em massa”*. (apud ALENCASTRO, 2017) Alencastro (2017), constatou que a expressão *“família é quem puxa cadeia junta”* fora repetida incontáveis vezes pelas entrevistadas. Neste sentido, a pesquisadora explica que o encarceramento de mulheres é um processo que tende a atingir a organização de suas famílias de maneira mais avassaladora se comparado com o encarceramento de homens. Isso porque quando uma mulher vai presa, a família, muitas vezes, perde uma fonte de renda, ganha mais uma despesa e se sobrecarrega com os cuidados e proteções realizados pela mulher antes da prisão. (ALENCASTRO, 2017) A autora ressalta que, enquanto as crianças estão com as internas, são os arranjos de solidariedade familiar que dão condições para que existam esses cuidados dentro da prisão. Quem não tem família para *“puxar cadeia junto”*, precisa buscar construir esses arranjos informais dentro das próprias prisões. (ALENCASTRO, 2017)

Outro estudo a problematizar a situação familiar das mulheres presas foi o realizado por Colares (2011), na UFRS, o qual acrescentou que, para as famílias das detentas, o preço da prisão encarece sobremaneira, visto que o Estado não supre o conjunto de necessidades que possuem. A autora explica que as famílias são obrigadas a suportar parte importante dos custos da prisão, como material de higiene, produtos para alimentação, roupas, remédios e também algum dinheiro para que a presa possa fazer alguma compra na cantina da penitenciária. A esse atendimento suportado financeiramente pelas famílias se acrescentam os custos das dívidas contraídas pela presa quando usuária de drogas. (COLARES, 2011)

A análise deste capítulo remete a uma preocupação acadêmica em se discutir sobre as condições precárias de aprisionamento, bem como sobre a subjetividade da mulher presa e, nesse aspecto, acerca da criminalidade feminina e sobre a finalidade da pena para mulheres condenadas. As obras, em geral, consideram a subjetividade da mulher presa a partir de sua trajetória de vida, reconhecendo que o desemprego estrutural e a precarização do trabalho são fatores fundamentais para absorção do crime pelas mulheres como alternativa de trabalho e subsistência, sem que isso signifique naturalizar a ideia de que mulheres pobres estarão, necessariamente, envolvidas em atividades ilegais.

Em relação à religiosidade, percebemos abordagens que coloca as religiões evangélicas como as únicas atuantes no contexto prisional, existindo a falta de estudos relacionados às práticas e modos de influência de outras religiões, como, por exemplo, as religiões de origem africana.

No que tange a essas religiões, percebemos que foram mencionadas num trabalho baiano, quando se procurou problematizar aspectos interseccionais, nos quais se demonstrou a existência de preconceito religioso no interior das unidades prisionais femininas. Mesmo quem procurou tratar da influência religiosa nas prisões, não procurou discorrer sobre o olhar dos neopentecostais para esse outro público que também encontra sua força nos seus orixás, nos seus rituais, batuques e nas suas oferendas.

5 SÍNTESE DA REVISÃO E ANÁLISE

Esta etapa consiste na apresentação da revisão, a partir da síntese do conhecimento produzido. Mostramos aspectos das publicações, como área de conhecimento dos Programas de pesquisa, a metodologia empregada e as evidências constatadas, como contribuição para compreensão da conjuntura envolvendo o aprisionamento feminino. Nesta etapa, trazemos também tabelas para demonstrações quantitativas das áreas de conhecimento e das metodologias, por IES de produção, bem como exibição da distribuição geográfica das áreas temáticas das pesquisas sobre o cárcere feminino protagonizadas nas pesquisas realizadas nas IES públicas do Brasil.

O quadro a seguir traz o demonstrativo das pesquisas, por IES de produção, em colunas que descrevem a respectiva área do conhecimento dos Programa de pesquisa e a metodologia utilizada.

Quadro 2 – Características das publicações produzidas nas IES públicas do Brasil: IES, área de conhecimento dos Programas de pesquisa e metodologia:

IES	Área do conhecimento	Metodologia
UFAL	Saúde: enfermagem	Abordagem: qualitativa (Fenomenologia Social de Alfred Schutz). Instrumento de coleta de dados: entrevistas (seis). Procedimento de análise: história de vida
UFAL	Letras e linguística	Instrumento de coleta de dados: entrevistas - fala espontânea (vinte) Procedimento de análise: Análise do discurso de Michel Pêcheux.
UFAM	Psicologia	Abordagem: qualitativa (sócio-histórica). Instrumentos de coleta de dados: análise de documentos e entrevista semiestruturada (dez). Procedimento de análise: núcleos de significação
UFAM	Sociedade e cultura na Amazônia	Abordagem: quanti-qualitativa Instrumento para coleta de dados: entrevista semiestruturada (vinte e seis) Procedimento de análise: discurso
UFAM	Sociologia	Abordagem: qualitativa Instrumento de coleta: entrevistas em profundidade (nove) Procedimento de análise: história de vida.
UFBA	Saúde: enfermagem	Abordagem: qualitativa Instrumentos de coleta de dados: coleta documental, desenho história-tema e entrevista semiestruturada (vinte e seis) Procedimento de análise: análise de conteúdo (Bardin)

IES	Área do conhecimento	Metodologia
UFBA	Estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo	Abordagem: metodologia afrodescendente de pesquisa Instrumento de coleta: entrevista (nove) Procedimento de análise: quali-quantitativo
UFBA	Estudos interdisciplinares: mulheres, gênero e feminismo	Abordagem: qualitativa (interdisciplinar) Instrumento de coleta de dados: observação direta; registro etnográfico em cadernos de campo; entrevista semiestruturada (dezenove) Procedimento de análise: análise qualitativa
UFCE	Saúde: enfermagem	Abordagem: quantitativa. Instrumento de coleta de dados: entrevistas (cento e cinquenta e cinco) Procedimento de análise: estatística
UFCE	Saúde: saúde coletiva	Tipo de estudo: transversal Instrumento de coleta de dados: autoentrevista assistida por computador (mil e doze) Procedimento de análise: estatística
UFCE	Saúde: saúde coletiva	Tipo de estudo: transversal. Instrumento de coleta de dados: autoentrevista assistida por computador (mil, trezentos e vinte e sete) Procedimento de análise: estatística
UFCE	Saúde: saúde coletiva	Tipo de estudo: transversal Instrumento de coleta de dados: autoentrevista assistida por computador (mil, trezentos e vinte e sete) Procedimento de análise: estatística
UFES	Administração	Abordagem: qualitativa Instrumento de coleta de dados: entrevistas semiestruturadas (catorze) Procedimento de análise: análise do discurso (Michel Foucault)
UFGO	Interdisciplinar em Direitos humanos	Método: entrevistas em profundidade Instrumento de coleta de dados: entrevista (vinte e duas) Procedimento de análise: qualitativa (análise sociológica de Max Weber, 1979)
UFMA	Educação	Método: levantamento e análise dos dispositivos (direitos da mulher apenada). Instrumento de coleta de dados: entrevistas semiestruturadas (sessenta e nove) e grupo focal Procedimento de análise: análise de conteúdo (Bardin)
UFMT	Educação	Abordagem: qualitativa Procedimento de coleta de dados: observações e entrevistas (catorze) Procedimento de análise: análise dos discursos
UFMT	Educação	Abordagem: qualitativa (fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty, Giorgio Agamben e Paulo Freire) Instrumento de coleta: entrevista (sete)
UFPA	Artes	Abordagem: qualitativa Instrumentos de coleta de dados: documentos, ensaios fotográficos, oficinas e entrevistas semiestruturadas transcritas das entrevistas gravadas (trinta e duas) Procedimento de análise: história de vida

IES	Área do conhecimento	Metodologia
UFPA	Saúde: Doenças tropicais	Tipo de estudo: transversal analítico Instrumentos de coleta: material biológico e entrevista (termo de esclarecimento e consentimento livre) Procedimento de análise: estatística
UFPA	Ciências Sociais	Instrumento de coleta de dados: entrevistas (doze) Procedimento de análise: genealogia (Foucault)
UFPB	Ciências das religiões	Tipo de estudo: socioantropológico Instrumento de coleta de dados: entrevistas (grupo que frequentava as atividades religiosas)
UFPB	Direitos humanos, cidadania e políticas públicas	Abordagem: qualitativa (dialético) Instrumentos de coleta de dados: entrevistas semiestruturadas (quatrocentos e quarenta e sete). Procedimento de análise: análise de conteúdo
UFPB	Direitos humanos, cidadania e políticas públicas	Abordagem: qualitativa. Instrumento de coleta: entrevista (onze) Procedimento de análise: análise de conteúdo (Bardin)
UFPE	Psicologia cognitiva	Abordagem: qualitativa e quantitativa. Instrumento de coleta de dados: entrevistas (cinco) Procedimento de análise: análise de conteúdo (Bardin) e estatística
UFPE	História	Instrumento de coleta de dados: entrevistas (quarenta) Procedimento de análise: análise histórico-social
UFRN	Saúde: enfermagem	Abordagem: qualitativa. Instrumento de coleta de dados: entrevista semiestruturada (nove) Procedimento de análise: análise de conteúdo (Bardin)
UFRS	Psicologia social e Institucional	Método: Cartografia Instrumento de coleta de dados: entrevista (dezessete) Procedimento de análise: análise institucional (autopoiese, Maturana e Varela (1998))
UFRS	Sociologia	Metodologia: Estudo de caso. Instrumento de coleta de dados: entrevistas (doze) Procedimento de análise: análise de conteúdo (Bardin)
UFRS	Comunicação e informação	Abordagem: qualitativa (metodologia dos mundos possíveis” Galindo Cáceres (1997)) Instrumento de coleta: entrevistas (oito) Procedimento de análise: história de vida
UFRS	Letras	Instrumento de coleta: entrevistas (quatro) Procedimento de análise: análise do discurso (Michel Pêcheux, 2009; Eni Orlandi, 2007)
UFRS	Educação em ciências: química da vida e saúde	Abordagem: qualitativa (método do Arco de Manguerez) Instrumento de coleta de dados: entrevistas (trinta e oito) Procedimento de análise: análise de conteúdo (Bardin)
UFSC	Saúde: enfermagem	Abordagem: qualitativa Instrumento de coleta de dados: entrevistas (dez) Procedimento de análise: análise de conteúdo (Bardin)
UFSC	Direito	Método: instrumental antropológico Procedimento de coleta de dados: entrevistas (oito) e análise documental Procedimento de análise: criminologia crítica e antropologia
UFSC	Educação	Abordagem: quanti-qualitativo. Instrumentos de coletas de dados: entrevistas (dezessete), observação; análise de documentos. Procedimento de análise: Trajetória de vida.

IES	Área do conhecimento	Metodologia
UFSE	Sociologia	Abordagem: qualitativa (perspectiva interacionista, Goffman, 1992). Instrumentos de coleta: pesquisa documental; entrevistas semiestruturadas (onze) e observação. Procedimento de análise: etnográfica
UFSE	Antropologia	Método: entrevistas em profundidade Instrumento de coleta de dados: registro fotográfico e entrevistas semiestruturadas (catorze) Procedimento de análise: etnografia antropológica
UFSE	Educação	Abordagem: qualitativa (interpretativa de inspiração pós-crítica) Instrumento de coleta de dados: entrevistas (quinze) Procedimento de análise: análise textual discursiva
UFTO	Interdisciplinar em Prestação jurisdicional e Direitos humanos	Abordagem: qualitativa Instrumento de coleta de dados: questionário semiestruturado e entrevista aberta (vinte e quatro) Procedimento de análise: análise de conteúdo (Bardin).
UNB	Educação	Abordagem: qualitativa Instrumento de coleta de dados: grupo focal, entrevista (dezesseis) Procedimento de análise: análise de conteúdo (Bardin)
UNB	Educação, Políticas públicas e Gestão de Educação	Abordagem: qualitativa Instrumentos de coleta de dados: análise documental, pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas (dezesseis) e observação Procedimento de análise: análise de conteúdo
UNB	Política social	Abordagem: qualitativa Instrumento de coleta de dados: entrevistas e observação participante Procedimento de análise: análise qualitativa
UNB	Saúde: Ciências da Saúde	Abordagem: qualitativa Instrumento de coleta de dados: entrevistas (oitenta) Procedimento de análise: estatística
UNB	Sociologia	Abordagem: quantitativas e qualitativas Instrumento de coleta de dados: entrevistas-narrativas (vinte) Procedimento de análise: genealogia (Foucault, 1979)
USP	Psicologia	Instrumento de coleta de dados: entrevistas semi-dirigidas e relatos autobiográficos (falas ocorridas no dia a dia dentro da Instituição)
USP	Estudos culturais	Abordagem: quantitativo e qualitativo (jogos corporativos como método didático) Instrumento de coleta de dados: entrevistas (quarenta e uma) Procedimento de análise: etnografia
USP	Antropologia social	Método: história de vida (Bourdieu) Instrumentos de coleta de dados: entrevistas (quatro) Procedimento de análise: trajetória de vida
USP	Saúde: Faculdade de Medicina / Mestrado em Ciências	Abordagem: qualitativa Instrumentos de coleta de dados: entrevistas (duas) Procedimento de análise: história real plena

Considerando as informações do quadro acima, sobre as áreas do conhecimento, podemos perceber que cerca de 17% foram estudos desenvolvidos

na área de ciências sociais, aqui considerado em conjunto, as áreas de Antropologia, Sociologia e Ciências Políticas. Além dessa grande área 8,5% foram estudos desenvolvidos pela área de Psicologia, 15% na área de Educação. Na área de Direito foram realizados 2% dos estudos. Nas subáreas que compõe a grande área da saúde, podemos verificar a existência de 25,5% dos estudos. Finalmente em outras áreas, aqui consideradas Estudos interdisciplinares: mulheres, gênero e feminismo, Direitos Humanos, Estudos das Religiões, Artes, Administração, Letras, História, Comunicação, Sociedade e Estudo da Amazônia foram produzidos 32% dos estudos.

As áreas do conhecimento foram identificadas nas capas dos trabalhos ou na nota indicativa da natureza da obra. Neste sentido, o quadro revela que, em relação à área do conhecimento dos Programas de pesquisa onde foram produzidos os trabalhos, as pesquisas em saúde se distribuem em: Enfermagem; Saúde Coletiva; Doenças Tropicais, Química da vida e Saúde, Ciências da Saúde e Medicina. Observamos também ocorrências de Estudos Interdisciplinares distribuídos em Gênero e Feminismos, Direitos Humanos e Prestação Jurisdicional. Constatamos, outrossim, o registro das áreas de Letras e linguística; Psicologia; Sociedade e cultura na Amazônia; Sociologia; Administração; Educação; Artes; Ciências Sociais; Ciências das religiões; Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas; História; Comunicação e Informação; Direito; Antropologia; Política Social e Estudos Culturais.

Já a metodologia empreendida nas produções foi detectada conforme descrito nos textos, e, assim apresentada, como abordagem, métodos ou tipo de estudo. Grande parte das pesquisas foram realizadas, segundo uma abordagem qualitativa, apresentando, entretanto, diversas perspectivas e referenciais, como: fenomenologia Social de Alfred Schutz; fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty, e trabalhos respaldados em Giorgio Agamben e em Paulo Freire. Além desses, os trabalhos foram embasados em perspectiva socio - histórica; interdisciplinar, priorizando as teorias feministas de gênero, raça e classe. Muitos deles também usaram a perspectiva interacionista de Goffman. Outras metodologias também foram verificadas como a afrodescendente de pesquisa, a qual, segundo Akotirene

(2014), adapta o acesso ao conhecimento, sistematizando de maneira reflexiva o saber, descartando a neutralidade e a objetividade científicas da produção do conhecimento, levando em consideração que os métodos tradicionais são criados a partir dos interesses do cientista e não decorrentes da interpretação em ciências sociais. Verificou-se também a utilização da metodologia antropológica, especialmente aquelas usadas em trabalhos do tipo etnografia, como o uso de observação participante. Alguns trabalhos foram desenvolvidos metodologicamente por meio da produção de cartografias, de estudos de caso; qualitativo-quantitativo; quantitativo; transversal. Alguns também usaram histórias de vida e o levantamento dos dispositivos, em especial, acerca dos direitos das mulheres presas.

Os estudos também informaram os instrumentos de coleta dos dados. Neste sentido, o quadro demonstra a significativa utilização de entrevistas como instrumento de coleta. Em média, foram entrevistadas quatro mil, novecentos e oitenta e cinco mulheres, algumas delas informando a utilização de questionários semiestruturados. Destaca-se que, em um trabalho de São Paulo, a autora informa a utilização de observação participante como instrumento de coleta de dados, de modo que, embora a pesquisadora tenha realizado entrevistas com as famílias das presas, constata-se que a análise de dados coletados a partir da escuta foi relacionado ao contato direto com as presas, durante a observação participante, quando da realização das visitas, o que justifica a inserção deste trabalho no nosso estudo de pesquisas empíricas em que foram ouvidas mulheres presas. Foram verificadas também em muitos trabalhos, além de entrevistas diretas, a recorrência de outras técnicas, como a junção de observações realizadas no campo, com análise de documentos. Além desses instrumentos, identificamos também a realização de grupos focais; análise de fotografias; uso de registro etnográfico (diário de campo) e a autoentrevista assistida, destacada pela possibilidade de garantir a privacidade das entrevistadas.

Os procedimentos de análise também foram identificados nos textos, aí entendidos como os métodos ou referenciais utilizados para análise dos dados coletados. Conforme demonstrado no quadro acima, grande parte dos trabalhos

descreveram a análise de conteúdo como procedimentos de análise utilizado, destacando-se, nesse ponto, o referencial de Laurence Bardin. A análise do discurso também foi procedimento de análise destacado, tendo, por referencial a análise de discurso de Michel Foucault, Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Encontramos também o procedimento estatístico de análise, aí, destacando a utilização de *softwares* para análise univariada e bivariada. O procedimento de análise comuns nos trabalhos etnográficos também foram citados, pelo uso direto das falas das interlocutoras. A análise de trajetórias de vidas, por meio de estudos de narrativas foram comuns, além de e análises históricas e amparadas na criminologia crítica.

Também compuseram a lista de procedimentos de análise descritos nas produções: análises de núcleos de significação; análises amparadas na genealogia de Michel Foucault; análise institucional e análises amparadas em discursas tipologias discursivas. Importante destacar certa dificuldade em capturar as informações relativas à maneira como as pesquisadoras realizaram as análises dos dados obtidos no campo, junto às mulheres aprisionadas. Grande parte dos trabalhos, não esclarecia os procedimentos de análises utilizados, muito embora fossem dissertações e teses.

As tabelas seguintes demonstram o quantitativo de IES, em relação à área do conhecimento do Programa de produção das pesquisas (tabela 5). Também demonstram à metodologia das produções (tabela 6), procedendo-se à análise quantitativa dessas demonstrações.

5.1 ANÁLISE QUANTO À ÁREA DO CONHECIMENTO

A tabela abaixo traz as áreas do conhecimento dos Programas de produção das pesquisas, mostrando as respectivas IES e total verificado.

Tabela 5 – Quantidade de produções em relação à área do conhecimento dos Programas de pesquisa onde foram desenvolvidas as produções:

Área do conhecimento	IES	Total
Saúde	UFAL – UFBA – UFCE (4) - UFPA – UFRN - UFRS – UFSC – UNB – USP	12
Educação	UFMT (2) – UFSC – UNB (2) - UFMA – UFSE	7
Sociologia e Ciências Sociais	UFAM – UNB – UFPA - UFRS – UFSE	5

Psicologia	UFAM – UFRS – USP – UFPE	4
Direitos Humanos	UFGO – UFTO - UFPB (2)	4
Direito	UFSC	1
Antropologia	USP – UFSE	2
Letras	UFRS – UFAL	2
Interdisciplinares (gênero e feminismos)	UFBA (2)	2
Política Social	UNB	1
História	UFPE	1
Estudos Culturais	USP	1
Sociedade e Cultura	UFAM	1
Administração	UFES	1
Comunicação	UFRS	1
Artes	UFPA	1
Ciência das Religiões	UFPB	1

Em relação à área do conhecimento dos Programas de pesquisa onde foram produzidos os trabalhos, conferimos que à área de saúde é a que mais tem produzido trabalhos sobre o encarceramento de mulheres. Em saúde, as doze pesquisas se espalham da seguinte forma: Enfermagem (5); Saúde Coletiva (3); Doenças Tropicais (1), Química da vida e Saúde (1), Ciências da Saúde (1) e Medicina (1). A Bahia trouxe uma dessas pesquisas em Enfermagem. Logo atrás da área de saúde, vem Educação, com sete produções, seguidas de Sociologia e Ciências Sociais, com 5, e de Psicologia e Direitos Humanos, com 4 cada uma.

Especialmente, na Bahia, há trabalhos produzidos em Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero.

Antropologia, Letras e Estudos interdisciplinares de gênero e feminismos apresentaram duas pesquisas cada uma, sendo da Bahia as duas de Estudos Interdisciplinares de gênero e feminismos. Chama atenção, em todo o Brasil, apenas um trabalho, apresentado por Programas das áreas de Direito, Política Social, História, Estudos Culturais, Sociedade e Cultura, Administração, Comunicação e Artes.

A seguir, a tabela 6, com demonstração quantitativa das IES, em relação à abordagem metodológica; aos instrumentos de coletas utilizados e ao procedimento de análise empreendido.

5.2 ANÁLISE QUANTO À METODOLOGIA

A tabela abaixo traz o quantitativo das produções, por IES, em relação à denominação macro da abordagem empreendida ou aos instrumentos de coleta utilizados e procedimentos de análise adotados. É comum que os trabalhos confundam num só processo, os métodos de coleta, de tratamento e de análise de dados. Dessa forma, a tabela abaixo subdivide-se em três eixos de análise: um, em relação à abordagem que esses trabalhos disseram trabalhar; outro, em relação aos instrumentos de coleta de dados descritos e um terceiro eixo, em relação ao procedimento de análise adotado.

Tabela 6 – Quantidade de produções em relação à metodologia empregada: Abordagem, Instrumentos de coleta e Procedimentos de análise:

Abordagem /tipo de estudo/método	IES	Total
Qualitativo	UFAL – UFAM (2) – UFBA (2) – UFES – UFMT (2) – UFPA – UFPB (2) – UFRN – UFRS (2) – UFSC – UFSE (2) – UFTO – UNB (4) – USP	23
Qualitativo-quantitativo	UFAM – UFPE – UFSC – UNB - USP	5
Transversal	UFCE (3) - UFPA	4
Entrevistas em profundidade	UFGO – UFSE	2
Antropológico	UFPB – UFSC	2
Quantitativo	UFCE	1
Metodologia afrodescendente de pesquisa	UFBA	1
Cartografia	UFRS	1
Estudo de caso	UFRS	1
Levantamento de dados e análise dos dispositivos	UFMA	1
História de vida	USP	1
Não evidenciada	UFAL – UFPA – UFPE – UFRS – USP	5
Instrumentos de coleta	IES	Total
Entrevistas	Todas	47
Análise de documentos	UFAM – UFBA – UFPA – UFSC (2) – UFSE - UNB	7
Observações	UFBA – UFMT – UFSC – UFSE – UNB (2)	6
Autoentrevista assistida	UFCE (3)	3
Grupo focal	UFMA - UNB	2
Fotografias	UFPA – UFSE	2
Desenho estória tema	UFBA	1
Registro etnográfico	UFBA	1
Material biológico	UFPA	1
Procedimentos de análise	IES	Total
Análise de conteúdo	UFBA – UFMA – UFPB (2) – UFPE – UFRN – UFRS (2) – UFSC – UFTO – UNB (2)	12
Estatístico	UFCE (4) – UFPA – UNB	6
História de vida	UFAL – UFAM – UFPA – UFRS – UFSC - USP	6
Análise do discurso	UFAL – UFAM – UFES – UFMT - UFRS	5

Etnográfico	UFSE (2) – USP	3
Qualitativo	UFBA – UFGO - UNB	3
Genealogia	UFPA – UNB	2
Qualitativo-quantitativo	UFBA	1
Núcleo de significação	UFAM	1
História real plena	USP	1
Histórico – social	UFPE	1
Textual discursiva	UFSE	1
Criminologia crítica	UFSC	1
Análise institucional	UFRS	1
Não evidenciados	UFMT – UFPA - UFPB – USP	4

Em relação à metodologia, nas descrições contidas nas produções, vinte e três trabalhos apresentaram abordagem qualitativa na metodologia desenvolvida nas pesquisas. Foram identificadas também, cinco produções com diziam ter uma abordagem qualitativa e quantitativa; além de quatro estudos que se autointitulavam de transversais; duas entrevistas em profundidade e duas de caráter etnográfico.

Outras abordagens descritas, com uma produção cada, foram abordagem quantitativa, cartografia, estudo de caso, levantamento e análise dos dispositivos e histórico de vida. Destaca-se que, em cinco produções não foi possível identificar a abordagem metodológica empregada, de forma descrita no texto. Sabemos que caracterizar um trabalho apenas como qualitativo não atribuí a sua singularidade metodológica, mas alguns assim o fizeram, atribuindo-se apenas o rótulo de qualitativos. A imprecisão de uma tabela de métodos de coleta e de análise deriva-se da imprecisão constante em muitos trabalhos analisados.

Todos os trabalhos utilizaram entrevistas como instrumento de coleta, atendendo, inclusive ao nosso critério de inclusão de pesquisas empíricas em que foram ouvidas diretamente mulheres em condição de prisão. Sete deles descreveram também, como instrumento de coleta, a análise de documentos e seis produções baseadas em observações. Além desses instrumentos, identificamos a autoentrevista assistida, como instrumento de três produções; grupo focal e fotografias com duas produções; desenho história-tema, registro etnográfico e material biológico com uma produção cada.

Quanto aos procedimentos de análise, doze trabalhos descreveram a análise de conteúdo, sendo dez deles referenciados por Laurence Bardin. O procedimento estatístico de análise fora utilizado por seis produções, assim como a história de

vida. A análise do discurso fora procedimento de análise de cinco produções. Em seguida, vem o etnográfico e qualitativo com três produções, seguidos da genealogia com duas. Com uma produção cada estão: qualitativo-quantitativo; núcleos de significação; história real plena; histórico – social; textual discursiva; criminologia crítica e análise institucional. Em quatro produções, não foi possível identificar o procedimento de análise adotado, uma vez que não descrito no texto.

5.3 ANÁLISE COMPARATIVA DAS PRODUÇÕES TEMÁTICAS POR REGIÃO

Os quadros comparativos abaixo demonstram a distribuição regional das áreas temáticas envolvendo o cárcere feminino protagonizadas nas pesquisas realizadas nas IES públicas do país (tabelas 7 e 8).

Tabela 7 – Quantitativo comparativo entre as regiões do Brasil, em relação às temáticas centrais:

Temáticas	Regiões	Quantidade	Total
Maternidade	Centro-oeste: -	0	7
	Nordeste: UFAL, UFRN, UFPB	3	
	Norte: UFAM (2)	2	
	Sudeste: USP	1	
	Outros: UFSC	1	
Saúde	Centro-oeste: UFGO, UFMT, UNB,	3	11
	Nordeste: UFCE (3), UFPB.	4	
	Norte: UFPA, UFTO	2	
	Sudeste: USP	1	
	Sul: UFRS	1	
Subjetividades	Centro-oeste: UFMT, UNB (4)	5	29
	Nordeste: UFPE (2), UFMA, UFPB, UFSE (3),	12	
	UFCE, UFBA (3), UFAL.		
	Norte: UFPA (2), UFMA	3	
	Sudeste: UFES, USP (2)	3	
Sul: UFRS (4), UFSC (2)	6		

Em todo Brasil, verificamos a existência de pesquisas com temas ligados à maternidade, saúde e subjetividades da mulher presa. Em relação à condição materna na prisão, foram considerados o período gestacional, a questão do puerpério, a relação mãe-filho e questões que envolvem a vivência e os direitos das crianças que permanecem na prisão, em razão do encarceramento de suas mães.

Em relação à saúde, observamos abordagens acerca da educação em saúde, de fatores relacionados à hipertensão, incidência, preservação e controle dos vírus

do HIV, bem como acerca do subtema sexualidade da mulher em situação de cárcere. Importante a análise dos subtemas, uma vez que, apesar do Nordeste ter apresentado significativo número de trabalhos ligados à saúde, identificamos a ausência de trabalhos envolvendo a sexualidade da mulher presa nessa região, sendo esse aspecto apenas estudado na região Central e Norte do País, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 8 – Quantitativo comparativo entre as regiões do Brasil, em relação aos subtemas:

Subtemas	Temas	IES	Quantidade	Total
Sexualidade	Saúde	Centro-oeste: UFGO, UFMT, UFTO	3	3
		Nordeste: -		
		Norte: -	0	
		Sudeste: -		
Criminalidade		Sul: -		7
		Centro-oeste: -	0	
		Nordeste: UFAL, UFBA (2), UFPE, UFSE	5	
		Nortes: UFAM	1	
Trabalho e educação		Sudeste: -	0	7
		Sul: UFRS	1	
		Centro-oeste: UFMT, UNB (2).	3	
		Nordeste: UFMA	1	
Religiosidade		Norte: -	0	2
		Sudeste: UFES	1	
		Sul: UFSC (2)	2	
		Centro-oeste: -	0	
Violências contra a mulher	Subjetividades	Nordeste: UFPB, UFSE	2	1
		Norte: -	0	
		Sudeste: -	0	
		Sul: -	0	
Racismo e sexismo		Centro-oeste: -	0	1
		Nordeste: UFBA	1	
		Norte: -	0	
		Sudeste: -	0	
Família		Sul: -	0	1
		Centro-oeste: UNB	1	
		Nordeste: -		
		Norte: -	0	
Cotidianos e experiências vividas no ambiente prisional		Sudeste: -		7
		Sul: -		
		Centro-oeste: UNB	1	
		Nordeste: UFSE	1	
		Norte: UFPA	1	7
		Sudeste: USP (2)	2	
		Sul: UFRS (2)	2	

Em relação às subjetividades, foram analisados subtemas envolvendo criminalidade feminina; trabalho e educação no âmbito prisional; religiosidade; violências contra a mulher; racismo e sexismo no ambiente prisional feminino; família e cotidiano e experiências vividas no âmbito do cárcere feminino. No Nordeste, observamos prevalência de estudos ligados às subjetividades da mulher presa e, nesse aspecto, notamos a predominância de trabalhos envolvendo a criminalidade feminina (5). Religiosidade, violência contra a mulher e racismo e sexismo nas prisões foram temáticas abordadas apenas em trabalhos nordestinos. No Nordeste, verificamos, ainda, a ausência de produções ligadas à família da mulher presa. Tal temática fora abordada apenas no Distrito Federal (UNB).

Passaremos, a seguir às evidências recorrentes nas produções de IES públicas do Brasil.

5.4 ANÁLISE QUANTO ÀS EVIDÊNCIAS GERADAS PELAS PESQUISAS DESENVOLVIDAS SOBRE APRISIONAMENTO FEMININO NO BRASIL

Em relação ao que fora evidenciado nas produções sobre o encarceramento feminino, a partir das conclusões dos autores, relacionamos os aspectos mais comuns, presentes em, pelo menos, três ou mais produções, de modo a estabelecer a demonstração das evidências gerais constatadas. Dessa análise, emergiram tópicos que serão apresentados a seguir.

5.4.1 Sentimento de Culpa e Tristeza na Vivência da Maternidade na Prisão

Um das evidências mais recorrentes, corresponde aos sentimentos de culpa e tristeza vivenciados, decorrentes da vivência da maternidade na prisão. A pesquisa de Galvão (2012), por exemplo, constatou que as mulheres, ao vivenciarem a gravidez dentro do presídio, estão mais propensas a experimentarem sentimentos de preocupação, dúvidas, tristezas e medo quanto à saúde do bebê pela falta de assistência pré-natal, e quanto ao ambiente prisional devido à estrutura para atender às suas necessidades. (GALVÃO, 2012) Ainda que essas mulheres tenham

praticado ações desviantes que prejudicaram de forma significativa a sua vida e as relações constituídas na sua família, observou-se que, de uma forma geral, todas as entrevistadas preocupam-se com seus filhos e buscam maneiras diversas de afastá-los do contato com o mundo do crime, sobretudo, no tráfico de drogas, pois elas desejam uma vida diferente para eles. (ANDRADE, 2015)

Marques (2011) também constatou que os caminhos da vivência da maternidade em contexto prisional perpassam os descaminhos do Poder Público, que falha em garantir acesso a direitos fundamentais, como educação, saúde e trabalho, perpetuando um ciclo de exclusão social. (MARQUES, 2011) No interior do cárcere, o exercício da maternidade prossegue com a preocupação com o bem-estar e sustento dos filhos, mas agora acrescido de sentimento de culpa, vergonha e tristeza por estarem presas. (MARQUES, 2011) O sonho da liberdade para muitas mulheres apresenta contornos de retomada de antigo pesadelo: como sustentar os filhos depois que cumprirem suas penas e não mais receberem pelo trabalho que executam na prisão? (MARQUES, 2011)

Os (des) caminhos da maternidade em contexto prisional percorrem meandros de um Poder Judiciário moroso, de um Poder Legislativo que não escuta a protagonista da história, mas que cria leis que interferem diretamente no seu destino e no destino de seus filhos; e um Poder Executivo que tropeça da elaboração dos inquéritos à manutenção da higiene básica no sistema prisional. (MARQUES, 2011) Martins (2016) destaca a angústia das mães, dia após dia, para o enfrentamento do momento da partida da criança para outro espaço, onde terá um convívio com parentes ou até mesmo, com estranhos, ou, ainda, terá a possibilidade de ser adotada. (MARTINS, 2016)

A pesquisa de Spinola (2016) também mostrou que o cotidiano prisional se apresentou como violador e normatizador da experiência materna e de sua relação com as crianças. A experiência na maternidade foi utilizada como mais um modo de punição das mulheres, com prejuízos a seus filhos, por vezes, irreparáveis e que extrapolam o espaço-tempo do cárcere. Ainda assim, pôde - se perceber que,

frente a violações e sofrimentos, as mulheres construíram espaços para reinvenção e resistência em relação a esse cotidiano. (SPINOLA, 2016)

O tópico a seguir traz evidências no que tange ao abandono e perda dos laços familiares decorrentes da entrada da mulher no sistema prisional.

5.4.2 Abandono e Perda dos Laços Familiares

Outra evidência constatada nas pesquisas foi a perda dos laços familiares. Moreira (2012), por exemplo, constatou que o aprisionamento foi demarcado como uma situação que ocasionou perdas relacionadas à liberdade, aos laços familiares e aos bens materiais. Da mesma forma, Lago (2014) expõe que o encarceramento altera profundamente as formas pelas quais as mulheres dão continuidade às relações previamente estabelecidas, mas não as retira completamente dessas mesmas relações e promove outras anteriormente inexistentes. Essas evidências também foram destacadas na pesquisa de Martins (2016). Foram percebidos as dificuldades e o abandono que as mulheres presas sofrem por parte da família e da sociedade; bem como o descaso do Estado e das autoridades competentes para com esta população. (MARTINS, 2016)

Buckeridge (2011) também destacou que as queixas acerca do isolamento e da solidão acrescidas das relações sociais baseadas na lógica mercadológica e individualista, sem perspectiva coletiva, dá indicativos para pensar que, no espaço do cárcere, aparecem com cores mais fortes, problemas centrais da sociedade em que está inserido. E que, possivelmente, assim ocorre porque na prisão as formas usualmente encontradas em liberdade para encarar estes problemas estão temporariamente suspensas ou impedidas. (BUCKERIDGE, 2011)

A seção seguinte traz os impactos do gênero e classe nas condições de aprisionamento feminino, bem como na prática criminosa. Conforme evidenciado por Lago (2014), veremos no tópico seguinte conclusões de que o gênero é um marcador que se articula à situação social das mulheres pobres.

5.4.3 Impactos do Gênero, Classe e Raça no Interior na Prisão e no Crime

Outra evidência recorrente é acerca dos impactos do gênero no interior da prisão. Em suas conclusões, Birolo (2010) aponta que as detentas são discriminadas em seu aspecto de gênero. Neste sentido, o jugo resultante do papel definido para a mulher na sociedade continua a existir: amparo aos filhos, sustento, cuidado com bem-estar físico e emocional, porém, por estarem presas tais missões são agravadas por novos sentimentos: culpa, vergonha, constrangimento e medo do futuro. (MARQUES, 2011)

Paro (2016), em suas análises, confirma essas evidências, afirmando que os entraves sexista, legal e burocrático distanciam e enfraquecem o vínculo familiar e os laços matrimoniais, gerando odiosa sensação de injustiça pela discriminação de gênero, com reflexos psíquicos, emocionais, comportamentais e disciplinares, estimulando o homossexualismo circunstancial, a violência sexual, descontentamentos internos, amotinamentos e rebeliões. (PARO, 2016) Fernandes (2013) também conclui, em suas análises, que às mulheres presas são atribuídos os preconceitos referentes às questões de gênero, existentes em sociedades patriarcais e machistas. (FERNANDES, 2013)

Embora a proporção de mulheres presas venha crescendo em ritmo mais rápido do que a proporção de homens privados de liberdade, ainda são poucos os esforços em conhecer mais profundamente as elaborações que essas mulheres produzem diante da vida prisional. As suas questões são quase que emudecidas pelo contexto prisional brasileiro, majoritariamente composta por homens e atravessada por situações de degradação e violações de direitos. (LAGO, 2014)

No que tange aos impactos do gênero e classe na prática criminosa, Oliveira (2016) constatou que o crescimento do narcotráfico aliado à crescente participação feminina no espaço público, tem tido significativa influência no aumento do número de mulheres na prática criminosa. O autor evidenciou que a reincidência criminal entre as mulheres está ligada também à experiência do vultoso rendimento do crime, especialmente, o tráfico de drogas. (OLIVEIRA, 2016)

Neste sentido, ganhos financeiros gerados pelo comércio das drogas foram sinalizados como relevantes para suprir necessidades pessoais e dos familiares antes do aprisionamento. (MOREIRA, 2012) Cáceres (2015) também ratifica essa evidência, ao concluir que fatores interseccionais orientam a opção pela atividade do comércio ilegal de drogas como inserção laboral para o grupo de mulheres que cresceram nas periferias do Distrito Federal. (CACERES, 2015) Silva (2014) também conclui que os impactos dos feminismos foram vividos de modo diferente pelas mulheres pobres e das periferias. (SILVA, 2014)

O envolvimento com drogas para umas está relacionado à busca para suprir necessidades básicas, como alimentação; para outras, significa ter acesso às roupas da moda, outras, ainda, pelas influências dos companheiros, como ocorre com a maioria das mulheres envolvidas com o tráfico de drogas. (SILVA, 2014) Essa também é uma conclusão da pesquisa de Cardoso (2017), que relata que o envolvimento da mulher com a criminalidade tem fortes relações com a desigualdade social e com as transformações que ocorreram no mundo do trabalho e nas relações familiares com a reestruturação produtiva e a emergência do neoliberalismo.

O trabalho no comércio de drogas e em outras atividades ilícitas que geram renda vai se naturalizando como qualquer outra forma de reprodução da vida são atividades tão precárias e perigosas, quanto, milhares de outras existentes no mercado informal, conduta por vezes oferecem melhores ganho e a possibilidade de conciliar o cuidado com a prole e o trabalho. (CARDOSO, 2017) Para desacelerar o crescimento da taxa de encarceramento feminino torna-se imprescindível, portanto, pensar outras formas de enfrentamento da expansão criminalidade, para além da construção de prisões e investimentos em políticas repressivas, além de repensarmos nossa atual política de combate às drogas. (CARDOSO, 2017)

Moreira (2012) trouxe, ainda, a evidência de desigualdades de gênero no tocante aos envolvimento das mulheres com as drogas e as suas repercussões, assinalando a urgência de maiores investigações sobre a temática. (MOREIRA,

2012) O autor sinaliza para a reprodução das desigualdades de gênero no papel desempenhado pelas mulheres no tráfico. (MOREIRA, 2012)

Para Andrade (2015), existe uma grande cortina que torna a criminalidade feminina em grande parte “invisível” pela sociedade de maneira que fica difícil perceber os desvios que ocorrem de forma velada e que, muitas vezes, começam dentro dos lares como foi percebido nos relatos desta pesquisa apresentando-se como espancamentos e xingamentos contra suas filhas. (ANDRADE, 2015) Embora o desvio feminino comparado com o masculino seja menor em termos de estatísticas, são visíveis o seu crescimento e a amplitude em diversos países, sobretudo, no Brasil. (ANDRADE, 2015) Neste sentido, a pesquisa de Andrade (2015) levou a pensar na mulher enquanto protagonista no mundo do desvio e afastar a ideia de que o crime cometido por ela é caracterizado como “tipicamente feminino” uma vez que ela pode cometer qualquer tipo de crime.

Alencastro (2017), em suas conclusões, reforça a evidência dos impactos de gênero e classe nas prisões femininas e na prática criminosa, ao tonar explícita a existência de um jogo perverso de presenças e ausências de proteções e punições. A autora explica a lógica que reforça o processo de precarização da vida das mulheres: Até o momento da prisão de uma mulher, quantos direitos lhes foram negados e/ou subtraídos? Até o momento da prisão de uma mulher, quantas violências ela sofreu? Até o momento da prisão de uma mulher, quantas vezes o Estado se materializou em ameaça de punição? Até o momento da prisão de uma mulher, quantas vezes o Estado negou-lhe proteção? (ALENCASTRO, 2017)

Em sua pesquisa, Oliveira (2016) conclui que as encarceradas são afetadas pelo patriarcalismo e discriminações de classe e raça, bem como pela presença de marcas de resistência à ideologia dominante. Neste sentido, Lopes (2013) concluiu que o trabalho prisional não oferece condições de ressocialização para o trabalho das apenadas, uma vez que ele não é configurado segundo a lógica do regime flexível de produção, bem como os dispositivos de exclusão não são eliminados, mas aumentados pelo cárcere. (LOPES, 2013)

Os resultados da pesquisa de Lopes (2013) revelaram que as mulheres são afetadas por uma série de dispositivos de exclusão social, o que fez com que elas, desde o nascimento, vivessem às margens da sociedade, o que, por consequência, as impediram de ingressar no regime de produção flexível. (LOPES, 2013) Os dispositivos de exclusão identificados foram cor ou raça, visto que a maioria dessas mulheres são negras; a condição social, uma vez que todas se declararam pobre, com exceção de apenas uma, que disse ter origem de classe média; baixa escolarização antes da prisão; gênero, pois, por serem mulheres, eram delas as responsabilidades pela criação dos filhos e cuidado do lar, o que em as impediu de continuarem os estudos e, em alguns casos, de trabalhar; núcleo familiar desestruturado, que pode ter contribuído para a instabilidade afetiva, por isso elas tiveram muitos relacionamentos amorosos. (LOPES, 2013)

Akotirene (2014) também concluiu que as mulheres negras aprisionadas, por força da sua condição de raça e classe que resulta em baixa escolaridade, não desfrutam das poucas possibilidades de trabalho existentes. (AKOTIRENE, 2014). A autora traz também evidências de pouca tolerância, tanto por parte da instituição, quanto das próprias internas, à prática de religiões afro-brasileiras. (AKOTIRENE, 2014) Na conclusão de seu trabalho, Guimarães (2015) também revela que, na penitenciária feminina pesquisada, assim como em certamente outras penitenciárias no país, mulheres, quase sempre negras e, quase sempre pobres, são submetidas ao abandono social que conhecem nas ruas. (GUIMARÃES, 2015)

A seguir, também se mostrou evidente a precarização da saúde no ambiente prisional feminino. As produções trouxeram importantes conclusões acerca da falta de política voltada à preservação da saúde da mulher presa.

5.4.4 Assistência à Saúde Deficitária no Interior da Prisão

Nas conclusões de Silva (2017), evidenciou-se que mulheres com história de encarceramento têm muitos fatores de risco para HAS, tais como: maior idade, ser negra, obesa e além da imobilidade e estresse gerados por fatores específicos de encarceramento, como a exposição ao excesso de pessoas por celas. (SILVA, 2017)

Neste sentido, faz-se necessária a aplicação de meios preventivos e curativos, assegurando a inclusão dessas mulheres nas ações de promoção e atenção à saúde preconizada pelo SUS. (SILVA, 2017)

Soares (2015) também apontou, em suas conclusões, que as variáveis de idade e escolaridade demonstraram correlação estatística significativa com os marcadores de infecção pelo HBV. Fatores de risco como compartilhamento de material perfurocortante, tatuagem, internação hospitalar, cirurgia dentária e não uso de preservativo apresentaram frequência elevada, sendo a variável de internação hospitalar, cirurgia dentária e não uso de preservativo apresentaram frequência elevada, sendo a variável de internação hospitalar estatisticamente associada aos marcadores de infecção pelo HBV. (SOARES, 2015)

Em se tratando de saúde deficitária na prisão, fora também evidenciado por Freire (2017) que, apesar das recomendações nacionais e internacionais para a realização de forma efetiva da testagem para HIV na prisão, ainda se observa a deficiência de estudo de abrangência nacional que avaliem a situação do teste para o HIV e soroprevalência de HIV na população penitenciária feminina brasileira. (FREIRE, 2017)

Teixeira (2017) também depreendeu que, na unidade prisional, não existe uma política de prevenção voltada para a mulher, acarretando problemas de saúde e conseqüentemente um quadro clínico de risco. Através dos exames de prevenção realizados de colo de útero e mama, verificou-se a ocorrência de sífilis, candidíase e triconomíase, como doenças prevalentes. (TEIXEIRA, 2017)

Em relação às presas gestantes, Galvão (2012) concluiu que a assistência à saúde nas prisões femininas é deficitária e, muitas vezes, não ocorre, colocando em risco a vida do bebê e da própria mãe. (GALVÃO, 2012) Quem confirma essa evidência é Spinola (2016) que conclui que, nas experiências gestação, parto e pós-parto, as mulheres grávidas vivenciam diferentes condições de vulnerabilidade e riscos para sua integridade física, bem como para seu bebê em formação, com precário acesso aos cuidados em saúde e sob marcantes violações de direitos. (SPINOLA, 2016) No que tange ao puerpério, Birolo (2010) concluiu que o serviço

de saúde é precário no acompanhamento da detenta com seu filho; o ambiente prisional não é adequado para a vivência do puerpério; as detentas puérperas não se sentem privilegiadas devido a sua condição perante as outras detentas; e, o poder vital da detenta determina como ela enfrenta a situação de ter uma criança sob sua responsabilidade dentro do ambiente prisional. (BIROLO, 2010)

Oliveira (2016) concluiu que a separação entre a sociedade e as pessoas encarceradas, estabelecida na norma e pelas instituições penitenciárias, torna-se insustentável quando observada sobre algumas perspectivas. Entre elas, a perspectiva da saúde pública e do controle de doenças e agravos epidêmicos, porque, neste aspecto (como em vários outros), a prisão não limita a propagação social dos males ali produzidos. (OLIVEIRA, 2016) Dessa forma, o envolvimento de toda a rede de saúde, observando as pessoas encarceradas como sujeitos e parte do público geral a ser atendido, torna-se imprescindível para o sucesso das políticas de prevenção e erradicação de determinadas incidências que agravam as condições de saúde, tanto nas prisões como no tocante à população em geral. (OLIVEIRA, 2016)

Completando as evidências, está a necessidade de ações estratégicas para adaptação ao ambiente prisional. O tópico seguinte constitui o apanhado de conclusões em relação às transformações que a condição de prisão impõe à mulher.

5.4.5 Necessidade de Ações Estratégicas para Adaptação ao Ambiente Prisional

Em suas conclusões, Coelho (2010) evidenciou que as apenadas absorveram a identidade de “boas presas”, como necessidade de sobrevivência na prisão e como forma de resistência ao estigma de criminosa, pois a representação desse papel é incompatível com o desejo de restabelecer os seus espaços de pertencimento social. (COELHO, 2010) Andrade (2015) também constatou que o impacto que o encarceramento provoca no cotidiano das mulheres que chegam ao presídio foi um dado bastante relevante encontrado na pesquisa, uma vez que, cada uma delas, quando passa a conviver com as normas, com as presas e com a equipe de trabalho,

depararam-se com a possibilidade de se desviar dentro do cárcere, devido às dificuldades encontradas. (ANDRADE, 2015)

Santana (2012) ratifica que o presídio feminino não é simples espaço onde as interlocutoras estão pela obrigatoriedade do cumprimento da pena; ele é reelaborado e ressignificado cotidianamente, marcando as mudanças de valores, concepções e condutas das mulheres sentenciadas, transformando as certezas da vida anterior ao cárcere em dúvidas recorrentes e que também criam oportunidades de novos arranjos sociais. (SANTANA, 2012) As interações na sociedade prisional feminina passaram a se caracterizar pela instabilidade, pela presença de um código informal sustentado pelas presas, por ambivalências nos discursos e nas práticas relativas à mulher envolvida em delitos de drogas e, por extensão, à mulher (COLARES, 2011). Colares (2011) destaca, ainda, em suas conclusões que rebeldia, micro poderes, sexualidade e ações coletivas definem as relações sociais entre as mulheres aprisionadas. (COLARES, 2011)

Silva (2014) constata a produção de subjetividades múltiplas, dóceis, submissas, agressivas, constroem diferentes corpos, os corpos que se revoltam na morte, na loucura, corpos que recriam suas próprias estéticas com piercings, corpos que também se alijam. (SILVA, 2014) Nessa linha de intelecção, Vinhas (2014) coloca que é possível resistir na prisão e à prisão e essa resistência emerge nas falas das apenadas estudadas. Com a expressão *Habeas Corpus* e, também, com a forma dos sujeitos serem punidos dentro das prisões, o Estado legitima o encarceramento e a sustentação da vigilância dos corpos biológicos não singularizados, tratados indistintamente dentro da instituição penal. (VINHAS, 2014)

Fernandes (2013) também constatou em seu estudo que a utilização dos Jogos Cooperativos proporcionou o desenvolvimento de atividades lúdicas, que amenizaram a tensão do clima de competição, como os impostos pelos jogos do campeonato de vôlei e futsal. Alguns conteúdos de jogos cooperativos tornaram o ambiente propício para o processo de socialização e aprendizagem devido à construção dos vínculos sociais, coesão de grupos e consolidação de amizades. (FERNANDES, 2013) Todos os procedimentos vivenciados ativamente pelas

alunas motivaram reflexões sobre seus hábitos no cotidiano do ambiente cultural penitenciário, e colaboraram com os processos de diferenciação progressiva (novas especificações dos conceitos) e de reconciliação integradora (novas relações entre conceitos), que indicam a ocorrência de aprendizagem significativa. (FERNANDES, 2013)

Na sua conclusão, Lago (2014) também evidencia que cumprir uma pena de privação de liberdade exige, a todo tempo, uma série de mediações com outras presas, com a instituição prisional, com o PCC, com as organizações que realizam trabalhos voluntários ali, com as pessoas extramuros-que estão na rua ou privadas de liberdade em outras instituições. Essas mediações são fundamentais para que as mulheres consigam movimentar-se pela prisão, instituir relações e encontrar um lugar nessa dinâmica. (LAGO, 2014)

A seção seguinte traz as inúmeras evidências relacionadas aos impactos da prisão nas subjetividades das mulheres. O tempo, o cotidiano na prisão são alguns dos fatores que promovem transformações nas mulheres em situação de prisão.

5.4.6 Impactos nas Subjetividades no Interior da Prisão

Em suas conclusões, Silva (2014) evidencia que, no interior das prisões, as mulheres retornam, em suas cartas, para valores que questionaram, escrevem-se maternas, dóceis, performatizam as filhas que não foram, as mães que não puderam ser, fazem do amor romântico uma possibilidade de afirmação de si, um sim à vida na prisão. (SILVA, 2014) Silva (2014) evidenciou que as mulheres presas performatizam, de diferentes maneiras, o lugar da mulher, nas ruas e nas prisões. Se de um lado, questionam os valores tradicionais das mulheres, na prisão, retornam para o lugar da mãe, do amor romântico. (SILVA, 2014)

Outra evidência nesse mesmo sentido é a demonstração do impacto da idade e tempo de prisão em aspectos especialmente autorreflexivos da consciência, o que aponta para o caráter relativamente maleável do autoconceito na idade adulta, simultâneo à sua madura estruturação nesta etapa da vida. (RODRIGUES, 2013) A

autora constatou que, na prisão, a vida segue. Mesmo encarcerada, viver ainda é um ato obrigatório, onde a vida não fica suspensa pela detenção. Por vezes, a alegria, descontração entram em confronto com relatos de histórias de vida cheias de dor, tragédia e marginalidade, reforçando a ficção contida nos retratos. (RODRIGUES, 2013)

Na sua pesquisa, John (2014) concluiu que o cotidiano difícil, economicamente desvalorizado e politicamente desconhecido, é reconhecido e está presente no melodrama, o que aproxima singularmente a telenovela do cotidiano das camadas populares das quais essas mulheres fazem parte. A telenovela reflete, por vezes, preconceitos de classe, e, com sua estrutura entranhada na matriz cultural do melodrama, continua a fazer sentido, evocando e evidenciando um inconsciente coletivo compartilhado pelos integrantes da cultura popular. (JOHN, 2014) No ambiente prisional, a telenovela acaba se tornando uma íntima companheira, um mundo possível, um mundo de projeção de memórias de suas histórias de vida, do que já foram, do que são e, sobretudo, do que pretendem vir a ser. Assim, a telenovela se constitui num lugar de memória. (JOHN, 2014)

Lago (2014), por sua vez, concluiu que as mulheres apresentadas em sua pesquisa não vivenciam suas privações de liberdade sozinhas, tampouco têm em sua experiência de encarceramento o primeiro contato com o mundo da prisão: há conhecidas, familiares, amigas que estão ou estiveram na mesma situação; outras acompanharam a prisão de seus "homens" antes mesmo de serem marcadas pelo sistema da justiça. Essa vivência compartilhada da instituição prisional não dispensa da necessidade de entender e integrar as dinâmicas que regem o mundo da prisão e o conectam à vida fora dela. (LAGO, 2014) No processo de elaboração de sua trajetória, as mulheres formulam concepções de família, remetem a relacionamentos amorosos e produzem olhares sobre si. Tais formulações ajudam a situá-las no mundo da prisão e conectar a experiência do cárcere à vida na rua, tanto em relação à vida anterior ao cárcere como em relação às suas perspectivas de futuro. (LAGO, 2014)

Os entraves para o exercício da sexualidade também foram evidências recorrentes, como veremos a seguir. Guimarães (2015), Calicchio (2015) e Paro (2016) são as autoras que convergem para essa constatação.

5.4.7 Entraves para o Exercício da Sexualidade

No que tange ao exercício da sexualidade na prisão, Guimarães (2015) evidenciou que a concessão da visita íntima não decorre da compreensão de que se trata de direito da mulher presa. A administração Penitenciária acaba por utilizar a visita íntima como moeda de troca, violando a dignidade da mulher presa. (GUIMARÃES, 2015) Não há liberdade no exercício da sexualidade, uma vez que mulheres, sob a guarda e proteção estatal, são levadas a trocar sexo por dinheiro, para manutenção do vício nas drogas ou para compra de comida. (GUIMARÃES, 2015). Dessa forma, o direito à sexualidade não é emancipatório. Em razão da precariedade e abandono (social e familiar) que marcam o cárcere feminino, a visita íntima se transformou em instrumento de opressão e subjulgo, atentando contra o direito democrático à sexualidade e, principalmente, contra a dignidade humana. (GUIMARÃES, 2015)

Por outro lado, Calicchio (2015) expõe que as mulheres do estudo, exacerbaram a condição de seres sexuados, possuidoras da consciência-corpo, com capacidade de enfrentar a realidade interna de aprisionamento, como também, demonstram seres humanos responsáveis pela afetividade social, com condições de transformar e de serem transformadas e de viverem a sexualidade. (CALICCHIO, 2015) Neste sentido, a castidade forçada extrapola os limites da pena privativa de liberdade e atenta contra o direito constitucional à formação e manutenção da família. A falta de ambientes adequados à privacidade e à intimidade do casal gera a sensação de mecanização do ato sexual, desprovido de amor, carinho e afeto, necessários à manutenção da relação conjugal. (PARO, 2016)

Uma outra evidência trazida foi a consideração da prisão como política de segregação. O tópico seguinte aborda as evidências trazidas pelas produções que demonstram que a prisão e o processo de encarceramento em massa é apenas uma

das peças de um grande mapa de suspensão de direitos impostos pelo Estado. (ALENCASTRO, 2017)

5.4.8 Prisão como Política de Segregação

Em seu trabalho, Leite (2012) considera a prisão como uma opção política de segregação e de proliferação da delinquência. (LEITE, 2012) Neste mesmo sentido Lema (2015) conclui que a seletividade antecede o cárcere, a clientela do sistema é sempre recrutada nos mesmos estratos sociais e, quase sempre, criminalizando as condutas que são tipificadas nos crimes contra o patrimônio (furto e roubo), seguidas dos crimes contra as pessoas e contra os costumes e, fundamentalmente, a criminalização das drogas. (LEMA, 2015)

Outra evidência nessa mesma direção é a trazida por Alencastro (2017), que conclui que o Estado, que se configura como ora penal, ora social, ora neoliberal é sempre um. Sendo um, é também contraditório e ambíguo em si, além de refletir os processos de disputas e lutas constantes numa sociedade racializada, generalizada e de classes. Em relação ao sistema penitenciário brasileiro, pode-se afirmar sobre seu objetivo, a ressocialização dos presos e, inclusive, sua emancipação, são pro forma, e ignoram a singularidade dos sujeitos, transformando-os em uma massa equânime que serve de objeto do poder do Estado. (VINHAS, 2014)

Lema (2015), em suas conclusões, traz a evidência de que a prisão funciona com uma eficácia invertida, o trabalho não somente contraria o discurso da ressocialização, como confirma a laborterapia. A função da prisão tem caráter retribucionista, porém através do trabalho a ser nela realizado as pessoas condenadas podem um dia ser “ressocializadas”, “reeducadas”, “reinseridas” novamente na sociedade. (LEMA, 2015)

A autora confirma suas evidências, ao constatar que a prisão continua a reproduzir sua função legitimadora, agora, mais do que nunca, sob o discurso das ideologias “res”, abriu-se a possibilidade de exploração da mão de obra encarcerada, que contraria o próprio dispositivo legal que prevê o caráter educativo

e produtivo do trabalho realizado pela pessoa presa, impossibilitando a exploração lucrativa desta atividade e, ainda, estabelecendo que o trabalho carcerário deva ser gerido por fundação ou empresa pública, com o objetivo de profissionalização do condenado. (LEMA, 2015) Dessa forma, a mesma autora concluiu que o encarceramento, conforme afirmado pelas próprias mulheres encarceradas e observados na realidade do PFF, não serve para ressocializar e, menos ainda, para diminuir o crime e ou a violência engendrada pelo sistema, servindo apenas como discurso legitimador dos agentes de criminalização secundária ou ainda pelos empresários que, em nome da “ressocialização”, camuflam seus interesses reais na exploração da mão de obra que não tem voz, para reivindicar direitos. (LEMA, 2015)

Seguindo essa mesma evidência, Gomes (2015) propõe-se um modelo de programa sustentável específico para mulheres encarceradas no sistema prisional, pois entende que o cárcere é um lugar que requer a construção de um novo itinerário de vida, que proporcione a geração de renda às reeducandas durante o período de reclusão. (GOMES, 2015) Neste sentido, Pinel (2017) reforça que a educação e o trabalho são vistos, ainda, como benefícios distintos e privilégio de poucas. Ressalta-se a urgência de uma nova proposta política e pedagógica que não só ofereça a Educação Básica, mas também uma Educação Profissional e possibilidades de acesso à Universidade Pública, com a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais (PINEL, 2017).

Em arremate, Alencastro (2017) conclui que a política de assistência social e a política de encarceramento se encontram também em suas missões e intenções, ou melhor, se encontram naquilo que desejam apagar, exterminar. Nenhuma delas “visa reduzir a pobreza, mas busca apenas diminuir a visibilidade dos pobres na paisagem cívica e “dramatizar” o imperativo do assalariamento”. (WACQUANT, 2008 *apud* ALENCASTRO, 2017)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão de literatura de teses e dissertações produzidas entre 2009 e 2019, no Brasil, por Instituições de Ensino Superior, públicas, de um modo geral, mostrou que, embora as produções tenham se dedicado a pesquisar um tema central, percebemos que, em se tratando de aprisionamento feminino, muitos temas estão interligados. As universidades públicas são a principal fonte de publicações de pesquisa no Brasil. (CAPES, 2019) A produção do conhecimento nesses espaços de ensino é que dão o retorno à sociedade acerca dos recursos públicos investidos na educação superior. Esses investimentos, por sua vez, são de suma importância, diante da premissa de que o avanço científico constitui instrumento para o progresso e desenvolvimento.

As discussões sobre o aprisionamento feminino demonstram a vulnerabilidade das mulheres aprisionadas. As teses e dissertações mostram as estruturas de poder no interior das instituições prisionais femininas e seus efeitos na vida das mulheres encarceradas. Segundo a revisão produzida, as prisões femininas são instituições complexas que servem para aprofundar o racismo e o sexismo. Entretanto, poucos estudos se dedicam a aprofundar a questão racial, ponto fundante desse tipo de aprisionamento. A discussão interseccional, capaz de problematizar a relação raça, classe e gênero existe entre as pesquisas, mas com fôlego menor do que deveria.

Ainda assim, as pesquisas demonstram também que as instituições prisionais são espaços, concretos, onde as dominações e as violências materiais e simbólicas se legitimam. Mais uma vez, poder-se-ia problematizar que essas violências são determinadas para o público-alvo do aprisionamento feminino no Brasil, as mulheres negras. Não foi possível estimar se as pesquisadoras em sua maioria eram ou não mulheres negras. Talvez essa caracterização faça diferença no sentido de entender a relação de identificação entre pesquisadoras e pesquisadas.

Os efeitos da violência produzem danos à integridade física, psíquica, moral as mulheres aprisionadas, o que resulta em dor e sofrimento. Chamou-nos a atenção o fato de alguns assuntos estarem sempre presentes e se repetirem, sendo observado

que a maioria das pesquisas foram realizadas por mulheres. A relação de identificação de gênero, entre pesquisadoras e pesquisadas, pode ter sido a responsável por assegurar o tratamento de temas tão sensíveis como o da maternidade, por exemplo. No Nordeste, todas as publicações foram de pesquisadoras, enquanto nas outras regiões, apenas dois homens se destacaram como autores dessas pesquisas, sendo uma do Tocantins e outra de São Paulo.

Da leitura dos resultados dessas pesquisas, depreendemos que o percurso da mulher na entrada do crime, envolve questões que passam pela sua vulnerabilidade social e econômica e, na grande maioria das vezes, pela sua cor. Por sua vez, essas questões aprofundam aspectos da cultura patriarcal e do racismo enraizados na sociedade, refletindo no modo como a comunidade e sua própria família irá enxergar essa mulher, sobretudo, quando ela passa ou já passou pela experiência materna. As pesquisas nos levaram a compreender que a mulher na prisão passa por uma trajetória que lhe impõe vivenciar, enquanto sua condição materna, experimento do sentimento de culpa e de insegurança em relação aos filhos, tendo em vista a falta de estrutura do sistema penitenciário para atender às especificidades da gestante; o estigma do pós – cárcere e as dificuldades na retomada do vínculo materno.

As produções acerca do aprisionamento feminino também permitem compreender a questão social da família monoparental feminina e os efeitos danosos da prisão. Lembramos que a monoparentalidade é também um aspecto que tangencia a vida de muitas mulheres negras e pobres. Apreendemos, outrossim, que a prisão produz prejuízos à saúde das mulheres encarceradas, sobretudo, em razão de condições sanitárias e estruturais deficientes, uma vez que depreendemos o surgimento de doenças associadas ao ingresso nas prisões; assistência à saúde deficitária; falta de garantia do direito à visita íntima e dos problemas de saúde decorrentes do racismo e sexismo institucionais; corpos femininos como moeda de troca e as consequências emocionais geradas pela dificuldade em receber visita íntima.

A realização desse trabalho permitiu um profundo mergulho no universo do aprisionamento feminino, ainda que realizada sem ter adentrado no ambiente prisional. A cada leitura, pudemos compreender o quanto vivenciado por essas mulheres, sendo importante destacar que as diversas leituras permitiram um olhar através de vários aspectos que, talvez, não fossem verificados numa pesquisa sob um único foco. Neste sentido, a revisão de literatura mostrou-se eficaz, enquanto método utilizado, pois nos permitiu uma análise multidimensional a respeito das questões envolvendo a mulher em situação de prisão, o que reforça o quanto evidenciado acerca da necessidade da efetivação de pesquisas sob uma perspectiva multidisciplinar.

Tratando-se de um mestrado profissional, no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, este trabalho traz sua contribuição à atuação ministerial, na medida em que apresenta a realidade prisional, no que diz respeito ao encarceramento feminino. A atuação do Ministério Público abrange a articulação de ações e iniciativas ligadas à segurança pública e defesa social, identificando situações e tendências e contribuindo para a formulação de políticas públicas no setor. A pesquisa vem a facilitar a proposição de ações voltadas à satisfação das especificidades inerentes ao público prisional feminino.

Neste sentido, poderá colaborar para a atuação do órgão de execução com atribuição na Execução Penal e na área de Direitos Humanos, bem como à consecução das ações definidas no Plano de ação do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social, em especial: 1. Ampliação da atividade ministerial relacionadas à execução e acompanhamento de medidas judiciais e extrajudiciais de proteção às crianças e adolescentes vitimizados, em razão da privação da liberdade de suas mães; 2. Prestação de apoio à política estadual de penas e medidas alternativas, contribuindo para a redução de mulheres que cometem delitos de menor potencial ofensivo no sistema penitenciário; 3. Participação, junto ao Governo do Estado, nas iniciativas voltadas à ampliação do número de Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas no interior do Estado. (MPBA, CEOSP, 2011)

Para além das ações voltadas à elaboração de políticas neste setor, esta pesquisa evidencia a necessidade de realização de estudos, com maior profundidade, acerca das especificidades envolvendo as mulheres negras aprisionadas. Isso porque fora evidenciado que os dispositivos de exclusão existentes na sociedade ultrapassam os portões das penitenciárias femininas, de modo que os impactos do aprisionamento são sentidos de modo diverso entre negras e não negras, ficando aqui, um gancho para realização de estudo futuro.

Estudos de revisão são importantes, pois se propõem a congregar todo o conhecimento produzido na literatura, de modo a entender as singularidades do fenômeno. Embora carentes no âmbito das ciências sociais, esses estudos são fundamentais para compreensão da conjuntura que envolve a sociedade como um todo, uma vez que produz evidências baseadas em estudos anteriormente realizados, promovendo uma integração das problematizações, sob diversos aspectos. Nesta perspectiva, diante do atual cenário de crise do sistema prisional, os estudos de revisão mostram-se fundamentais para compreensão das circunstâncias e adversidades que envolvem também o aprisionamento masculino, o que, por certo, trará contribuições para tomada de decisões pelos agente públicos e para elaboração de políticas voltadas à redução dos danos.

REFERÊNCIAS

ABDELAZIZ, Jamila de Souza. **O uso de medicação psicotrópica por mulheres presas no Distrito Federal e as interfaces com a política nacional de atenção integral das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ADORNO, Sérgio. Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira. In BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (organizadores) **Cidadania, um projeto em construção. Minorias, Justiça e Direitos**. São Paulo: Claro Enigma. 2012.

ALENCASTRO, Júlia Freire. **“Faca só lâmina”**: um estudo dos papéis desempenhados pelas famílias nos processos de proteção social das mulheres presas no DF. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ALMEIDA, Giseliene Medeiros Almeida. **As invisíveis do cárcere: interfaces identitárias de mulheres aprisionadas**. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

ALMEIDA, Patrícia Regina Cardoso de *et al.* Condição de Saúde de Mulheres Privadas de Liberdade: Uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**. V. 19, n. 1, p. 73 – 80. jan. 2015.

ANDRADE, Fabiana Santos. **Pela cortina do desvio: a trajetória de mulheres presas do presídio feminino de Nossa Senhora do Socorro-SE**. Dissertação (mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

ANJOS, Cleide Leite de Sousa dos. **Cárcere na unidade de prisão feminina de palmas: formas de aprisionamento e direitos humanos fundamentais à luz da criminologia crítica**. Dissertação (Mestrado profissional Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017.

ASSIS, Cleber Lizardo de; VITÓRIA, Eloísa Ádria Rodrigues. A prevalência de sintomas depressivos em mulheres encarceradas do município de Pimenta Bueno, Rondônia. **Sociais e Humanas**. Santa Maria, v. 29, n. 02, p. 08-20, mai /ago 2016.

BARCINSKI, Mariana, CÚNICO, Sabrina Daiana, BRASIL, Mariana Valentim. A maternidade no contexto do cárcere: uma revisão sistemática. **Estud. Pesqui. Psicol.** Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 509 – 528, 2015.

BASÍLIO, L. R. M. (2013). **A dialética de transformação do Self e do Autoconceito: dimensões auto-refletidas no cárcere feminino.** 203f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BASTOS, M. **Cárcere de mulheres.** Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda., 2015.

BIROLO, Ioná Vieira Bez. **Puerpério em ambiente prisional: vivência de mulheres.** Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BRASIL. BAHIA. Ministério Público do Estado. Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social. **Plano de Trabalho: Ações integradas e referenciais na defesa dos direitos sociais.** Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/seguranca-publica/acoes/projetos/plano_trabalho_ceosp.pdf. Acesso em 13/11/2020.

BRASIL. BAHIA. Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização. Central de Informação de Documentação. **População Carcerária do Estado da Bahia (por regimes).** Disponível em: <http://www.seap.ba.gov.br/sites/default/files/dados/2019-09/PRESOS%20CONDENADOS%20E%20PROVIS%C3%93RIOS%20-%202010-09-2019.pdf>. Acesso em 13/09/2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico – CNPq. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes.** Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/ciencias-humanas>. Acesso em 07/09/2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras/** Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, Conselho Nacional de Justiça – 1. Ed – Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Bangkok jogam luz nas mazelas de gênero do sistema penal, diz autora.** Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/82802-regras-de-bangkok-jogam-luz-nas-mazelas-de-genero-do-sistema-penal-diz-autora>. Acesso em 08.09.2018.

BRASIL. Cidadania e Justiça. **Governo lança Política Nacional de Atenção às mulheres encarceradas.** Disponível em: <https://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/01/governo-lanca-politica-nacional-de-atencao-as-mulheres-encarceradas>. Acesso em 08.09.2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pretos ou pardos são 63,7% dos desocupados. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18013-pretos-ou-pardos-sao-63-7-dos-desocupados>. Acesso em: 05/12/2018.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Atlas de Violência 2018. Brasília: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2018.

BRASIL. Lei de Execução Penal, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN.** Organização: Thandara Santos e Renato Campos Pinto de Vitto. Colaboradores: Alexandre Vaz de Oliveira Moraes *et al.* Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2014.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres.** Organização: Thandara Santos. Colaboradores: Marlene Inês da Rosa *et al.* Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **A pesquisa científica no Brasil: relatório Capes-MEC 2013-2018**. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ez10.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pnews&component=Clipping&view=pnewsclipping&cid=1749&mn=0&. Acesso em 19/11/2020.

BUCKERIDGE, Fernanda Cazelli. **Por entre as grades: Um estudo sobre o cotidiano de uma prisão feminina**. 2011. 112f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BOFF, Adelaide Bersch. A constituição da subjetividade: da norma ao cuidado a partir de Michel Foucault. Dissertação (mestrado em Filosofia) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

BUGLIONE, Samantha. O dividir da execução penal: olhando mulheres, olhando diferenças. In: CARVALHO, Salo de (org.). **Crítica à execução penal. Doutrina, jurisprudência e projetos legislativos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

CACERES, Juliana Gonçalves. **À margem das fronteiras legais: Trajetórias sociais de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas na penitenciária feminina do Distrito Federal**. Dissertação (mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismos) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999.

CALICCHIO, Maria das Graças de Mendonça Silva. **Sentidos da sexualidade em mulheres privadas de liberdade: a interface de uma educação sexual emancipatória**. 2015. 141 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

CAMPOS, Carmen; CARVALHO, Salo. Tensões atuais entre a Criminologia Feminista e a Criminologia Crítica: a experiência brasileira. In: CAMPOS, Carmen. (Org.). **Lei Maria da Penha: Comentada em uma Perspectiva Jurídico-Feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CARDOSO, Clarice Marques. **Histórias das mulheres privadas de liberdade em Manaus - Vidas marcadas pela pobreza, violência e abandono**. Dissertação (mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

CARVALHO, Emanuela. **A Terceira pessoa depois de ninguém**. Salvador: Paginae Editora, 2018.

CASTILHOS, Adriane de, SILVA, Eveline Franco da. Atenção à saúde da mulher em situação de prisão: um estudo de revisão integrativa. **IV Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG**. Caxias do Sul. 04 a 06 de outubro de 2016.

CHERNICHARO, L.P. **Sobre Mulheres e Prisões: Seletividade de Gênero e Crime de Tráfico de Drogas no Brasil**. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COELHO, Sheila Cristina Rocha. **PARA ALÉM DO CÁRCERE: o significado reeducativo da pena privativa de liberdade em uma instituição penal para mulheres em São Luís**. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

COLARES, Leni Beatriz Correia. **Sociação de mulheres na prisão disciplinaridades, rebeliões e subjetividades**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CONFORTO, Edivandro Carlos; AMARAL, Daniel Capaldo; SILVA, Sérgio Luis da. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. **Anais**. Porto Alegre, RS: [s.n.], 2011.

CORDEIRO, Fabíola. Criminalidade, gênero e sexualidade em uma penitenciária para mulheres no Brasil. **Trivium: Estudos Interdisciplinares**, ano IX, v. 1, p. 1-15, 2017.

COSTA, Ana Cláudia. **Abandono, a pena mais sofrida de mulheres nas prisões do Rio**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/abandono-pena-mais-sofrida-de-mulheres-nas-prisoas-do-rio-16313782>. Acesso em: 31/10/2018.

DAVIS, Ângela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução: Marina Vargas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, Mônica Cecilia; TAKAHASHI, Renata Ferreira; BERTOLOZZI, Maria Rita. Revisão sistemática: noções gerais. **Rev. Esc. Enferm.** São Paulo, v. 45, n. 5, p.1260-1266, 2011.

DEL OLMO, Rosa. **Reclusion de mujeres por delitos de drogas reflexiones iniciales.** *Reunión del Grupo de Consulta sobre el Impacto del Abuso de Drogas en la Mujer y la Familia.* Organización de los Estados Americanos O.E.A. Fundación José Félix Ribas, 1996. Disponível em: http://www.cicad.oas.org/reduccion_demanda/esp/Mujer/venezuel.pdf

DONATO, Helena; DONATO, Mariana. Etapas na Condução de uma Revisão Sistemática. **Revista Científica da Ordem dos Médicos.** Acta Med Port, mar; v. 32, n. 3, p. 227-235, 2019.

DUARTE, Thaís Lemos; GIVISIEZ, Fernanda Machado. **Cárcere Feminino: mecanismo de docilização de mulheres “desviantes”.** Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/01/05/carcere-feminino-mecanismo-de-docilizacao-de-mulheres-desviantes/>. Acesso em: 04.05.2018.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO Carla Lúcia Goulart Constant. Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática. **Rev Min Enferm.** 2014 jan/mar; 18(1): 1-260.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo.** São Paulo: IBCCrim, 2004.

FERNANDES, Charles Augusto Moreira. **Memórias do cárcere: estudo sobre as motivações e significados para a prática de atividades físicas coletivas de um grupo de mulheres presas.** 2013. 142 f. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FIGUEIRÓ, Rafael de Albuquerque *et al.* Consumo de Medicação Psicotrópica em uma Prisão Feminina. **Psicologia política.** v. 15. n. 34. p. 531-546. Set. – Dez. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história de violência nas prisões**. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes. 27^a ed. 1999.

FRANÇA, Alba Maria Bonfim de, SILVA, Jovânia Marques de Oliveira e. Maternidade em situação de Prisão. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 29, n. 4, p. 411 – 420, out/ dez. 2015.

FRANÇA, Alba Maria Bonfim de. **Percepções e significados da maternidade de mulheres em situação de prisão: uma contribuição da enfermagem à luz da fenomenologia social**. Dissertação (mestrado em Enfermagem). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

FREIRE, Deborah Gurgel. **Fatores associados à testagem para o HIV e soroprevalência de HIV na população penitenciária feminina do Brasil: resultados de um inquérito nacional**. Tese (doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

GALVÃO, Mayana Camila Barbosa. **Vivência de mulheres em situação de cárcere penitenciário durante o período gestacional**. Dissertação (mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

GALVÃO, Cristina Maria; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; MENDES, Karina Dal Sasso. Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto – Enfermagem**. Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764. 2008.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Maurício Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 23(1):183-184, jan-mar, 2014.

GAMA, Isabelle da Silva. **Inquérito nacional sobre violência na vida da população penitenciária feminina brasileira**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, Fortaleza, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Estigma Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert. Sabotagem, 2004.

_____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução: Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva. 9ª ed, 2015.

GOMES, Crisonéia Nonata de Brito. **Programa Mulheres Mil: Uma oportunidade de reinserção social cidadã às reeducandas da penitenciária feminina do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GUIMARÃES, Mariana Costa. **A problemática da visita íntima no cárcere feminino: Um estudo de caso sobre a penitenciária feminina Consuelo Nasser**. Dissertação (mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal de Goiás, Goiania, 2015.

IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Normas de apresentação tabular*. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993. 61 p.

JOHN, Valquiria Michela. **Mundos possíveis e telenovela: memórias e narrativas melodramáticas de mulheres encarceradas**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

LAGO, Natália Bouças do. **Mulheres na prisão: Entre famílias, batalhas e a vida normal**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LEITE, Maynar Patrícia Vorga. **No Limite - A invenção de si no espaço prescrito e proscrito da prisão**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LEMA, Vanessa Maciel. **O trabalho das mulheres no presídio feminino de Florianópolis: das funções declaradas às funções latentes e realmente cumpridas**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

LOPES, Arianna Oliveira Santana; OLIVEIRA, Camila Cristina Santana de. Saúde da Mulher em situação de prisão: direitos sexuais e reprodutivos. **Revista Saúde.com**. 10 (4): 392-408, 2014.

LOPES, Beatriz Correia. Poder e Trabalho: **Análise dos Programas de ressocialização de apenadas do Estado do Espírito Santo**. Dissertação (mestrado em Administração) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses**. 6. ed. Salvador: EDUFBA, 2019. p 158

MANCINI, Marisa Cotta; SAMPAIO, Rosana Ferreira. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**. São Carlos, v. 11, n.1, p.83-89, jan./fev. 2007.

MARQUES, Soraya Fabiane Neves. **Os (des) caminhos da maternidade em contexto prisional: Um estudo com mulheres reclusas no Estado do Amazonas**. Dissertação (mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

MARTINS, Maria Aparecida da Silva. **Filhos concebidos no cárcere: mães apenadas do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - COMPAJ**. Tese (doutorado em Sociedade e Cultura) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 16 (2): 333-357, maio-agosto/2008.

MELLO, Marcelle Guimarães de. **Percepção de nutrizes sobre a promoção do aleitamento materno no sistema prisional à luz da estrutura dos sistemas abertos de Imogene King**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MODESTI, Marli Canello. **As mulheres aprisionadas e os reflexos familiares decorrentes do cárcere: as drogas e as dores da privação da liberdade**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MORAES, Nayana Maria Leal. **As hepatites B e C na população carcerária feminina do Pará: prevalência, genotipagem e fatores de risco**. Dissertação (Mestrado em Doenças Tropicais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

MOREIRA, Vanessa dos Santos. **Impactos do envolvimento de mulheres presidiárias com o fenômeno das drogas**. 124f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

NICOLAU, Ana Isabel Oliveira. **Conhecimento, atitude e prática de presidiárias quanto ao uso do preservativo masculino e feminino**. Dissertação (mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

OLIVEIRA, Anaize Anália de. **A experiência religiosa no cárcere: O caso do Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão em João Pessoa – PB**. Dissertação (mestrado em Ciência das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

OLIVEIRA, Lisiane Alcária de. **Contradições e convergências nos discursos das presidiárias: patriarcalismo e sedução do consumo na prática criminosa feminina**. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

OLIVEIRA, Shirleny de Souza. **A saúde no âmbito prisional feminino: análise acerca da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Pessoa Privada de Liberdade no contexto de João Pessoa-PB**. Dissertação (mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

ORMEÑO, Gabriela Isabel Reyes. **Histórico familiar de mulheres encarceradas: fatores de risco e proteção para os filhos**. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

PADOVANI, Natália Corazza. **Vamos falar de sexo: os discursos sobre sexo em trinta anos na Penitenciária Feminina da Capital**. In: **II Simpósio de Pesquisa de Pós-Graduandos em Sociologia UNESP, UFRJ, USP, UFSCar, UNICAMP, 2009**, São Paulo - SP. Anais do II Simpósio de Pesquisa de Pós-Graduandos em Sociologia UNESP, UFRJ, USP, UFSCar, UNICAMP, 2009.

PAGOTTO V, BACHION MM, SILVEIRA EA. Autoavaliação da saúde por idosos brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Rev Panam Salud Publica**. v. 33, n. 4, 2013.

PARO, Marcelo Laurito. **Visita íntima na unidade prisional feminina de regime fechado e provisório de Palmas/TO: sentidos e significados analisados sob o enfoque fenomenológico**. Dissertação (Mestrado profissional Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.

PESSOA, F. M. I. **Violência sofrida por mulheres antes do seu encarceramento: revisão integrativa da literatura**. 2016. 81f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

PESSOTI, Geziany Lais; *et al.* Construções afetivas: intervenção psicossocial em uma penitenciária capixaba. **Revista Científica Faesa**. Vitória-ES, v. 9, n. 1, p. 27-37, 2013.

PINEL, Walace Roza. **Educação em prisões: um olhar à formação profissional na penitenciária feminina do Distrito Federal**. 2017. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

POMPEI, Luciano de Melo. Descritores ou palavras-chave nas bases de dados de artigos científicos. **Femina**. v. 38, n. 5, maio/2010.

PORTELLA, Ana Paula. Criminologia feminista. In. LIMA, R. S. de; RATTON, J. L; AZEVEDO, R. G. de. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 135 – 139.

QUADRADO, Jaqueline Carvalho. **Fragmentos de uma genealogia de mulheres no contexto prisional: um estudo de relatos sobre a experiência de aprisionamento**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

RAMOS, Alice Maria Santos. **Cárcere e infância: o direito das crianças de mães encarceradas**. Dissertação (mestrado em Cidadania, Políticas Públicas e Direitos Humanos) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

RAMOS, Altina; FARIA, Paulo M.; FARIA, Ádila. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 14, n. 41, p. 17-36, janeiro-abril. 2014.

REBOUÇAS, Gabriela Maia. O avesso do sujeito: provocações de Foucault para pensar os direitos humanos. **Revista Opinón Jurídica Universidad de Medellín. Medellín**, v. 14, n. 28, p. 45 – 62, July/Dec. 2015.

RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira, DEUS, Niedja Mara Silva Fontes de. Mulheres encarceradas: a saúde atrás das grades. **Journals Bahiana School of Medicine and Public Health**. 30/11/2017.

RODRIGUES, Renata Aguiar. **Identidades submersas: uma análise do cárcere feminino como crônica visual**. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

ROEVER, Leonardo. Compreendendo os estudos de revisão sistemática. **Revista Sociedade Brasileira de Clínica Médica**. v. 15, n. 2, abril-junho. 2017.

SANTA RITA, Rosangela Peixoto. Criança em ambiente penitenciária: uma análise da experiência brasileira. **Revista voxjuris**. Rio de Janeiro, ano 2, v. 2, n. 1, 2009.

SANTANA, Ana Paula Palheta. **A Casa dos Dias: A vida no cárcere feminino**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012

SANTANA, Viviane Rocha de. **“Aceitar Jesus, porque Satanás atenta...”: as conversões neopentecostais no presídio feminino de Sergipe**. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SANTOS, Carla Adriana da Silva. **Ó pa í, prezada! Racismo e sexismo institucionais tomando bonde no conjunto penal feminino de salvador**. 2014. Dissertação (mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2014.

SANTOS, DSS, BISPO, TCF. Mãe e filho no cárcere: uma revisão sistemática. **Rev baiana enferm**. 2018; 32:e 22130.

SANTOS, Márcia Vieira dos; ALVEZ, Valdecyr Herdy; PEREIRA, Audrey Vidal; RODRIGUES, Diego Pereira; MARCHIORI, Giovanna Rosário Soanno; GUERRA, Juliana Vidal Vieira. Saúde mental de mulheres encarceradas em um presídio do estado do Rio de Janeiro. **Texto Contexto Enfermagem**. 2017.

SANTOS, Pollyana dos. **Os sentidos das experiências escolares nas trajetórias de vida de mulheres em privação de liberdade**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

SCARIOT, Luciana Ferreira da Silva Moraes. **Práticas de leitura, escrita e letramento na penitenciária feminina em Cuiabá-MT: a visão da professora e suas alunas**. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

SCHOTT, Robin. **Eros e os processos cognitivos: uma crítica da objetividade em filosofia**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, E. M. da. **A mulher detenta, a sua saúde sexual e a sua sexualidade: revisão sistemática da literatura brasileira sobre atuação da enfermagem neste processo**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2013.

SILVA, Paula Negrão da. **Fatores Associados à Prevalência de Hipertensão Arterial Sistêmica na População Penitenciária Feminina do Brasil**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, Programa de Pós- Graduação em Saúde Pública, Fortaleza, 2017.

SILVA, Vanuza Souza. **O entre da liberdade, as prisões: os feminismos que emancipam, prendem?: uma história do gênero feminino na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande (1970-2000)**. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA, Vera. Controle e Punição: As prisões para mulheres. **Ex aequo**, Coimbra, n. 28, p. 59-72. 2013.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, vol.8, n.1, p.102-106, 2010.

SPINOLA, Priscilla Feres. **A experiência da maternidade no cárcere: cotidiano e trajetórias de vida**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TEIXEIRA, Alessandra, OLIVEIRA, Hilem. Maternidade e encarceramento feminino: o estado da arte das pesquisas no Brasil. **BIB**, São Paulo, n. 81, p. 25-41, 1º semestre de 2016 (publicada em agosto de 2017).

TEIXEIRA, Marlene Menezes de Souza. **Prática de educação em saúde no contexto do cárcere feminino na região do Cariri**. Tese (Doutorado em Estudos das Ciências: Química da vida e Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27 – 55, janeiro-fevereiro. 2006.

TORRES, Cláudia Regina Vaz. A criança e o sistema prisional. In. CARVALHO FILHO, Milton Júlio de; COELHO, Maria Tereza Ávila Dantas. **Prisões numa abordagem interdisciplinar**. Salvador: Edufba, 2012. p. 161 – 177.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Faculdade de Ciências Agrônomas. Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos. **Tipos de Revisão de Literatura**. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2020.

VIEIRA, Cláudia Maria Carvalho do Amaral. **Crianças encarceradas - a proteção integral da criança na execução penal feminina da pena privativa de liberdade**. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VINHAS, Luciana Iost. **Discurso, corpo e linguagem: Processos de subjetivação no cárcere feminino**. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

WACQUANT, Loic (2000). **As Prisões da Miséria**, Oeiras, Celta Editora.